

ANAHY GARCIA TREPTOW

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
PARÁ: o que revela a história do currículo do Curso de Educação
Física da Universidade do Estado do Pará?**

Belém - Pará
Novembro - 2008

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
PARÁ: o que revela a história do currículo do Curso de Educação
Física da Universidade Estadual do Pará?**

ANAHY GARCIA TREPTOW

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Federal do Pará, como exigência para obtenção do título de Mestre em Educação, sob a orientação do Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha.

Belém - Pará
Novembro - 2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP) –
Biblioteca Profa. Elcy Rodrigues Lacerda/Instituto de Ciências da Educação/UFPA, Belém-PA

Treptow, Anahy Garcia.

A Formação do professor de educação física no Pará: o que revela a história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade Estadual do Pará?; orientador, Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha. _ 2008.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2008.

1. Escola Superior de Educação Física do Pará – Currículos 2. Professores de educação física – Formação - Pará. 3. Educação física - Currículos – Pará. I. Título.

CDD - 21. ed. 378.199098115

ANAHY GARCIA TREPTOW

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO
PARÁ: o que revela a história do currículo do Curso de Educação
Física da Universidade Estadual do Pará?**

Orientador: _____
Prof. Dr. Genylton Odilon Rêgo da Rocha (UFPA)

1º Examinadora: _____
Prof. Dr^a. Marta Genú Aragão (UEPa)

2º Examinadora: _____
Prof. Dr^a. Josenilda Maria Maués da Silva (UFPA)

AVALIADO EM ____/____/____

CONCEITO: _____

AGRADECIMENTOS

- A Deus, por todas minhas conquistas.
- À minha Mãe, por todo suporte, para que eu pudesse me dedicar ao Mestrado.
- À Direção Geral da Escola de Ensino Fundamental e Médio “Ten. Rêgo Barros”, pela autorização de minha licença para cursar o Mestrado.
- Ao professor Genylton Odilon Rêgo da Rocha, orientador e amigo que, mesmo distante, estudando em outro país, muito contribuiu para a construção e desenvolvimento deste trabalho. Meus sinceros agradecimentos por suas valiosas contribuições, críticas, estímulos e paciência.
- À professora Marta Genú Soares Aragão, pela atenção e carinho, pela participação na pré-qualificação, na qualificação, na banca examinadora, pelas sugestões e contribuições críticas para o bom desenvolvimento do mesmo.
- Ao professor Paulo Sérgio de Almeida Corrêa, pela participação na qualificação e pelas sugestões para o acerto deste trabalho.
- À professora Josenilda Maués, por nos dar o apoio necessário, na ausência do professor Genylton, e também pela participação e contribuição na qualificação.
- À Lucíola de Fátima Trivério Maia e Marcelo Augusto Vilaça de Lima, pelo convite para fazer o Mestrado, pelo grupo formado para estudo, pelas resenhas elaboradas, pela ajuda no projeto.
- À Coordenadora do Curso de Educação Física Josiléia Vallinoto, por ter aberto as portas do Curso de Educação Física da UEPA, para que eu pudesse proceder as pesquisas.
- À Coordenação Acadêmica do Curso de Educação Física, tendo como representantes: Maria Ismênia Matni de Sousa (Coordenadora) e Maria Célia Oliveira da Silva, que me facilitaram e ajudaram na pesquisa da documentação do CEDF.

- Aos funcionários da Biblioteca “Prof. Jonathas Pontes Athias”, do CEDF, Sônia (Coord.), Suzimary, Eunice, Ana Aleixo, Joana D’arc, Sheila, Terezinha, Altir, por me ajudarem nas consultas e empréstimos de livros, dissertações, teses etc.
- A todos meus colegas de Mestrado da linha de Currículo e Formação de Professores e da linha de Políticas Públicas, pelo carinho e amizade.
- À Lúcia Couceiro, professora e amiga, cujo apoio foi de valor inestimável e que muito contribuiu para a realização deste trabalho.
- À minha irmã Thais Garcia Treptow, pelas horas, dias e meses de pesquisa na Biblioteca Arthur Viana e no Arquivo Morto.
- À amiga, professora Catarina Maria Costa dos Santos, pela disponibilidade, estímulo e valiosas contribuições na finalização dessa pesquisa.
- À professora Julia Maria Moura Nogueira, pela revisão deste trabalho, contribuindo para sua clareza e correção.
- A todos que, direta ou indiretamente, possibilitaram a realização deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa tem como **objetivo** analisar a história do currículo do curso de formação de professores de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, nos anos de 1970 a 2007. Utilizou-se, como **método** de trabalho, a pesquisa documental a partir da análise dos regimentos, das matrizes curriculares e do Projeto Político Pedagógico (PPP) de 1999 do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, da resolução do Conselho Federal de Educação nº 69/1969, que determinava o currículo mínimo, criava a licenciatura em Educação Física e mantinha o técnico desportivo; da Resolução CFE nº 03/87, que preconizava a formação em licenciatura plena e/ou bacharelado; da Resolução CNE/CES nº 07/2004, que institui as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Educação Física; da Resolução nº 01/2002, que trata das Diretrizes Curriculares para os cursos de formação de professores de Educação Básica em nível superior com licenciatura plena; e da Resolução nº 02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores de Educação Básica em nível superior. **Conclui-se** que o curso, através de seus currículos, apresenta antes do PPP 1999, uma concepção de curso desportivizado e um perfil de profissional compatível com o de técnico desportivo, acrítico, ahistórico e, após o PPP 1999, adquire uma outra concepção, direcionada para a docência, expressa no trabalho pedagógico em diferentes campos de trabalho, evidenciando um perfil de profissional com caráter ampliado, generalista, humanista, crítico e reflexivo, pautado em princípios éticos, políticos, pedagógicos e com base no rigor científico.

Palavras-chaves: Currículo; Formação do Professor; Educação Física; História do Currículo; UEPa.

ABSTRACT

This research has the aim of analyzing the history of the curriculum of the teachers graduation course on Physical Education at the Federal University in Pará, from 1970 to 2007. It was used, as a method of work, the documentary research based on the analysis of the regiments, curricular matrices, and Pedagogical Political Project (PPP) of the Federal University of Pará, and the resolutions of the Federal Council of Education nº 69/1969, that determined the minimum curriculum, created the Physical Education's Major, and kept the sporting technician; the Resolution CFE nº 3/87, that preconized the Major degree and/or BA; the Resolution CNE/CES nº 7/2004, that instituted the Curricular Policies for the Graduation Courses in Physical Education; the Resolution nº1/2002, that deals with the Curricular Policies for the courses of Elementary School Teachers (superior level, major degree); the Resolution nº 2/2002, that institutes the length of the Major Courses in Elementary School Teaching. It was verified that the course, by its curriculum, can be conceived in two different moments: the first one, before the PPP of 1999, was a sportive conception course and build a professional profile similar to the profile of a sportive technician, non-critical, non-historical; and the second moment, just after the PPP of 1999, the course acquired a brand new conception, directly connected to teaching, expressed in the pedagogical work of different fields, enhancing a professional profile that is broad, generalist, humanist, critical and reflexive, based on ethical, political, and pedagogical principles, on the basis of the scientific rigour.

Key Words: Curriculum. Professional formation. Physical education. Curriculum History. UEPa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AS ORIGENS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPA	
1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPA	30
1.1.1 A Educação Física no Brasil quando da criação do CEDF-UEPA	30
1.1.2 O Contexto sócio-histórico paraense, a criação do CEDF-UEPA e seus primeiros regimentos.	38
1.2 O CURRÍCULO PRESCRITO E O PERFIL PROFISSIONAL NOS REGIMENTOS DE 1970, 1973 E 1979.	41
1.2.1 O currículo prescrito e o perfil profissional no regimento de 1970	41
1.2.2 O currículo prescrito e o perfil profissional no regimento de 1973	47
1.2.3 O currículo prescrito e o perfil profissional no regimento de 1979	50
1.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE PERPASSOU OS CURRÍCULOS PRESCRITOS NOS PRIMEIROS REGIMENTOS	54
2 AS REFORMAS CURRICULARES IMPLANTADAS NO CEDF-UEPA EM 1982 E 1988	
2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE OCORRERAM AS REFORMAS CURRICULARES DE 1982 E 1988 IMPLEMENTADAS NO CEDF-UEPA	57
2.1.1 As Mudanças Sofridas pelo Curso de Educação Física no Brasil na Década de 1980	57
2.2 AS REFORMAS DE 1982 E 1988 NO CEDF-UEPA: CURRÍCULO PRESCRITO E PERFIL PROFISSIONAL	64
2.2.1 O Currículo Prescrito e o Perfil Profissional na Reforma de 1982	65
2.2.2 O Currículo Prescrito e o Perfil Profissional na Reforma de 1988	67
2.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADOTADA	71
3 AS TRANSFORMAÇÕES VERIFICADAS NO CURSO E NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO FINAL DO SÉCULO XX E NO INÍCIO DO SÉCULO XXI - O CURRÍCULO DE 1999	75
3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA CURRICULAR DE 1999 OCORRIDA NO CEDF-UEPA	75
3.1.1 Os Novos Rumos para os Cursos de Educação Física no Brasil no Contexto das Reformas Educacionais Neoliberais	75
3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE 1999: O NOVO DESENHO CURRICULAR E O PERFIL PROFISSIONAL ALMEJADO	80
3.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADOTADA NO CURRÍCULO DE 1999	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	96
ANEXOS	103

INTRODUÇÃO

A sociedade, principalmente a brasileira, vive grandes mudanças de paradigmas que causam uma verdadeira revolução na produção e na comunicação do conhecimento. Tais mudanças invadem a área de recursos humanos exigindo qualidade de serviços, revisão das categorias ocupacionais, formação continuada de profissionais, novas capacitações no que diz respeito à adaptabilidade ao novo, criatividade, autonomia, comunicação, iniciativa e cooperação.

Diante desse contexto de profundas mudanças em todos os setores sociais, a escola básica e o ensino superior são utilizados, segundo Frigotto (1998), como instrumentos capazes de adequar a sociedade às novas exigências do mundo globalizado. Desta forma, ficam assim perpetuados os interesses da política neoliberal que pretende desobrigar o Estado de serviços elementares e essenciais à população, o que favorece a proliferação de serviços educacionais a partir do capital privado.

As novas exigências mercadológicas, apoiadas no discurso das competências, habilidades e atitudes, tornam o mercado de trabalho mais competitivo e excludente. Para Gentilli (2000), os profissionais, ao serem pressionados por essas novas exigências, internalizam a necessidade pela busca constante de aperfeiçoamento e por formação continuada.

Neste cenário, as instituições de Ensino Superior no Estado do Pará buscam reestruturar seus currículos numa perspectiva centrada nas questões sócio-profissionais e mercadológicas, tentando garantir, no processo normativo, competências básicas consideradas fundamentais para que o profissional assuma o perfil exigido pela sociedade neoliberal.

Para Gonçalves (2003), estas mudanças na estrutura curricular dos cursos superiores, são providenciais para que se formem profissionais com competência técnica e capaz de operar dentro das inovações tecnológicas do cotidiano, porém, ao mesmo tempo torna a educação algo mecanicista e com poucas perspectivas de mudança do *status quo*.

Na visão de Arroyo (1998) este retorno ao mecanicismo e às especializações das ações dos profissionais é chamado de neo-fordismo, ou seja, pretende-se uma produção em massa e com especialistas em determinadas funções que a exerçam com qualidade, porém a preços mínimos e com pouca ou quase nenhuma condição para desenvolver suas tarefas.

Aos profissionais da educação caberia, segundo Enguita (1993), dentro desta nova perspectiva, garantir repasses de conteúdos e conhecimentos que tornassem a educação algo pragmático e direcionado à funcionalidade da sociedade, porém, ele mesmo destaca que, ao assumir esta postura, os profissionais da educação tornaram a ideologia neoliberal mais forte e, ao mesmo tempo, torna a educação distante de suas reais funções de preparar os indivíduos para a vida e para a cidadania.

De acordo com Andrade Filho (2001) no caso específico do curso de Educação Física, para além da perspectiva neoliberal, espera-se que o mesmo possa assegurar, aos futuros profissionais, a aquisição de conhecimentos técnico-científicos, didático-pedagógicos e ético-profissionais, o que contribuirá para seu desenvolvimento global, aproximando-os da Educação Física lúdica, educativa e contributiva para aprofundar seus conhecimentos, aprimorando-os como pessoas humanas, com formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico.

A formação inicial, como preparação profissional, tem um papel de grande importância para possibilitar que os professores se apropriem de determinados conhecimentos e possam experimentar, em seu próprio processo de aprendizagem, o desenvolvimento de competências necessárias para atuar nesse novo contexto da sociedade, porém com capacidade de transformar efetivamente a educação. Por esta razão, questiona-se: que formação está sendo dada aos profissionais do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, desde sua criação até o período em que foi vigente o Projeto Político Pedagógico de 1999?

Na década de 1980, os cursos de formação de professores em Educação Física adotavam um currículo centrado em abordagens tecnicistas. Percebia-se que o enfoque desses cursos era o de proporcionar condições para que os professores tivessem a oportunidade de se aprimorar em habilidades esportivas, enquanto que o processo de escolarização era pouco enfatizado. A preocupação em formar o

professor-atleta e os técnicos desportivos sobrepunha-se a formação de educadores (ANDRADE FILHO, 2001).

Com base nas mudanças contidas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – nº 9394/96, houve uma reestruturação curricular no curso de formação de professores em Educação Física. Desta feita, a mudança proposta sugeria aos cursos disciplinas de caráter pedagógico e humanístico, com um percentual maior que as orientações curriculares anteriores, evidenciando, claramente, a ênfase em novos parâmetros que atendam o caráter integral do aluno.

Que implicações essas perspectivas curriculares tiveram na trajetória do currículo do Curso de Educação Física da UEPA? Esse questionamento fez com que realizássemos uma pesquisa com o objetivo de analisar os currículos adotados pelo curso de Educação Física da UEPA, com a intenção de entender como as mudanças efetivadas nestes currículos interferiram decisivamente na formação do profissional de Educação Física da atualidade. Por esta razão optou-se pela realização de um estudo baseado na história do currículo.

Segundo Goodson (1995, p.07), o interesse dos pesquisadores pela história do currículo vem desde a primeira fase da “Nova Sociologia da Educação”. A importância que esta corrente da Sociologia deu à análise do campo do currículo, deve-se a crença de que “a perspectiva histórica permitia expor a arbitrariedade dos processos da seleção e organização do conhecimento escolar e educacional.”

A história do currículo “desnaturaliza” os conhecimentos presentes no currículo. O currículo é dotado de uma história, é socialmente produzido e, conseqüentemente, sujeito às mudanças e às flutuações. Nesse sentido Goodson afirma que:

O currículo tal como nós o conhecemos atualmente não foi estabelecido, de uma vez por todas, em algum ponto privilegiado do passado. Ele está em constante fluxo e transformação. De forma igualmente importante e relacionada, é preciso não interpretar o currículo como resultado de um processo evolutivo, de contínuo aperfeiçoamento em direção a formas melhores e mais adequadas (GOODSON, 1995 p. 07).

As análises históricas, que estão sendo feitas para historiar o currículo, têm procurado mostrar as suas rupturas e disjunturas, não enfatizando assim apenas os seus pontos de continuidade e evolução.

Para Goodson (1995, p.08), “o objetivo central de uma história do currículo não consiste simplesmente em descrever como se organizava o conhecimento escolar no passado, apenas para demonstrar como era diferente da situação atual”. Diz o autor que os estudos devem considerar principalmente o processo de seleção e organização do conhecimento que foi sendo realizado ao longo do tempo na escola. O que implica em:

não ver o currículo como resultado de um processo social necessário de transmissão de valores, conhecimentos e habilidades, em torno dos quais haja um acordo geral, mas como um processo constituído de conflitos e lutas entre diferentes tradições e diferentes concepções sociais (GOODSON, 1995,p.08).

De acordo com Rocha (1996, p.68), outro elemento é apontado como fundamental para um estudo acerca da história do currículo, “é a pesquisa sobre os processos informais e interacionais que subvertem e transformam o que é dito ‘legal’”. Diz que as leis, normas, regulamentações e guias curriculares são interpretados de diferentes formas, ficando muito distantes da intenção de seus criadores, afirmando que “inúmeros processos intermediários agem no sentido de transformar o prescrito, apresentando, ao final, uma nova gama de conhecimentos considerados válidos e legítimos”. Friso, entretanto, que nesta pesquisa não será trabalhada esta possibilidade de investigação, uma vez que nela será analisado o que foi prescrito enquanto currículo em diferentes momentos históricos da instituição investigada.

Uma das principais características das pesquisas da história do currículo é o seu caráter histórico-social, onde todo currículo tem efeitos sobre as pessoas. Nesse sentido Goodson afirma que:

Uma história do currículo não deve estar focalizada apenas no currículo em si, mas também no currículo enquanto fator de produção de sujeitos dotados de classe, raça, gênero. Nessa perspectiva, o currículo deve ser visto não apenas como a expressão ou a representação ou o reflexo de interesses sociais determinados, mas também como produzindo identidades e subjetividades sociais determinadas. O currículo não apenas representa, ele faz. É preciso reconhecer que a inclusão ou exclusão no currículo tem conexões com a inclusão ou exclusão na sociedade (GOODSON, 1995, p. 10).

É nesta perspectiva, que estas características da história do currículo, conforme apontadas por Goodson (1995) ajudaram a entender o que vinha acontecendo com o currículo do Curso de Formação de Professores de Educação Física, da Universidade do Estado do Pará e, sobretudo, com as transformações que ocorreram no perfil do profissional formado por este curso.

Deve-se salientar que, ao estudar a história do currículo, se parte do princípio apontado por Moreira e Silva:

o currículo não é o veículo de algo transmitido e passivamente absorvido, mas o terreno em que ativamente se criará e produzirá cultura. O Currículo é, assim, um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria-prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão (MOREIRA E SILVA, 2000, p. 28)

Com esta orientação teórica procura-se aqui um distanciamento daqueles que fazem estudos sobre o currículo, vendo este construto social meramente como sendo sinônimo de grade curricular, o que empobrece e reduz seu entendimento.

Sabe-se que os currículos de graduação em Educação Física no Brasil foram influenciados por vários fatores que orientaram a Educação Física no país. Conforme Andrade Filho:

[...] a formação profissional em seu desenrolar foi se comprometendo com objetivos sociais e de promoção de conhecimentos científicos ditados por outros segmentos profissionais, de fora para dentro da área, desde o início. Objetivos sociais, como fortalecer a raça, modelar a personalidade do educando, esportivizar a sociedade, atender as demandas do mercado de serviços, transformar a realidade social, e/ou objetivos científicos, como experimentar/promover o uso em larga escala de exames biofisiológicos e a

aplicação de técnicas didático-pedagógicas (escola novista, tecnicista, histórico - crítica) e de treinamento esportivo de rendimento são signos que, cada um a seu tempo, enredaram a área desde o começo (ANDRADE FILHO, 2001-b, p. 35).

As propostas curriculares, adotadas ao longo do tempo pelos cursos de Educação Física, foram direta ou indiretamente influenciadas pelas diferentes concepções de Educação Física que se constituíram no Brasil.

Os estudos sobre a Educação Física têm apontado as diferentes concepções na área. É importante salientar que, tais concepções, embora sejam apresentadas aqui de maneira didática, na prática é possível se notar a coexistência de diferentes concepções disputando o status de hegemônica, isto é, de concepção dominante de um determinado período. É possível, também, observar que algumas gerações de graduandos em Educação Física, fortemente influenciadas por esta ou aquela concepção venham descobrir, no seu cotidiano profissional, as críticas e as limitações impostas por essas concepções, obrigando-se a ressignificar sua prática pedagógica às novas tendências. Neste caso, portanto, não é surpreendente se um profissional, cuja formação acadêmica se inseriu no contexto da concepção competitivista, inclua outra concepção em suas práticas e discursos, a partir de reflexões acadêmicas, pesquisas e leituras.

Quando isto acontece, este profissional passa a entender que as concepções de educação física são passíveis de transformações e estas estão atreladas ao processo geral de mudanças sociais, políticas e econômicas da sociedade. Este profissional, como agente social, está inserido nesse processo, no qual interferirá com suas reflexões e práticas profissionais.

São estas mudanças conjunturais, avanços científicos, reflexões e práticas cotidianas, dos profissionais de Educação Física, que têm, portanto, contribuído para a elaboração de tantas concepções sobre Educação Física. Elas estão presentes, por conseguinte, nos currículos, que são os documentos que dão visibilidade, porque não dizer, materialidade, às concepções e que finalmente registram o domínio desta ou daquela concepção.

O currículo não é algo natural; ele é construído socialmente e produz subjetividades e identidades, segundo afirmação de Moreira e Silva (2000). Estas

subjetividades e identidades, uma vez produzidas, revelam as intenções dos que participaram do processo e que culminou com o desenho curricular prescrito, mais ainda, revelam conflitos e tensões inerentes à elaboração do mesmo.

Moreira e Silva (2000) destacam o caráter transgressor dos currículos. Esta transgressão sugere a presença de sujeitos sociais contrários à manutenção do *status quo* e vêem, nos currículos, uma possibilidade de converter a ordem social estabelecida. Essa dimensão de mudança ou de continuidade, presente nos projetos curriculares, se constitui no cerne do debate da história do currículo.

No caso específico do estudo sobre a concepção de Educação Física, que perpassou os currículos prescritos, observou-se que há uma estreita relação entre as concepções inerentes nos currículos e os interesses das elites econômicas e sociais vigentes (SOARES, 1994).

Muitas propostas de classificação de concepções (tendências), na área da Educação Física Escolar, que existiram ao longo do tempo, foram organizadas por vários autores. Como esta temática não é o foco central desse trabalho, citaremos alguns autores com suas classificações e comentaremos sobre as concepções mais representativas na Educação Física Brasileira.

No livro a “Educação Física Progressista – A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física Brasileira”, Paulo Ghiraldelli (1991) apresentou as concepções de Educação Física, sugerindo a seguinte classificação: Educação Física Higienista (até 1930), Educação Física Militarista (1930-1945), Educação Física Pedagogicista (1945-1964), Educação Física Competitivista (pós-1964) e a Educação Física Popular.

Castellani Filho, (1988) em seu livro “Educação Física no Brasil – A história que não se conta”, diz que as concepções de maior significância na Educação Física naquele período seriam: biológica, psicopedagógica e histórico-crítica.

Darido e Sanches Neto, (2005) no artigo “O Contexto da Educação Física na Escola” no livro “Educação Física na Escola: implicações para prática pedagógica” destacam duas classificações. A primeira, diz respeito àquelas que surgiram no contexto anterior a 1980 e a segunda, são as que surgiram a partir de 1980. Eles apontam o higienismo e o militarismo, a esportivista e a recreativista como sendo as

concepções de Educação Física anteriores a 1980. Dentre aquelas que surgiram depois de 1980 eles indicaram, como principais concepções do período, a psicomotricidade, a desenvolvimentista, a construtivista, a crítico-superadora, a crítico-emancipatória, a saúde renovada e os PCN's.

Taffarel (2007) apresenta em um artigo “Prática Pedagógica e Produção do Conhecimento na Formação Profissional na Área de Educação Física & Esporte no Nordeste do Brasil: Um Estudo a Partir da Avaliação Institucional na UFPE”, uma classificação mais atualizada e redefinida, que foi apresentada inicialmente por Castellani Filho, e a autora acrescentou, como referência, o enfoque teórico e as proposições metodológicas, a saber:

- 1- Concepções não propositivas;
abordagem sociológica (BETTI, BRACHT, TUBINO);
abordagem fenomenológica (MOREIRA, PICOLLO, SANTIM);
abordagem cultural (DAOLIO).
- 2- Concepções propositivas
 - a) Não Sistematizadas;
abordagem desenvolvimentista (GO TANI);
abordagem Construtivista com ênfase na psicogenética (FREIRE);
abordagem da Concepção de Aulas Abertas a experiências (HILDEBRANDT);
abordagem a partir da referência do Lazer (MARCELINO e COSTA);
abordagem Crítico- Emancipatória (KUNZ e BRACHT); e
abordagem Plural (VAGO).
 - b) Sistematizadas
abordagem da Aptidão Física/Saúde (ARAÚJO, GUEDES); e
abordagem Crítico Superadora (COLETIVO DE AUTORES) (2007,p.08).

Taffarel (2006) diz que as abordagens não propositivas e propositivas se referem a proposições teóricas e metodológicas relativas ao trato com o conhecimento, sistematização e organização do processo de trabalho pedagógico e

também com objetivos e avaliação do processo ensino-aprendizagem da Educação Física na Escola.

Algumas concepções, do período anterior a década de 1980, caracterizaram-se por adotar uma visão tradicional, acrítica, sem uma abordagem social, atreladas ao mecanismo de manutenção do *status quo* vigente na sociedade brasileira. Foram elas responsáveis por tornar o campo da Educação Física restritos a aspectos psicológicos, biológicos, fisiológicos e técnicos e negligenciaram as determinações históricas, pois a análise da relação entre Educação Física e o contexto social foi feita de forma reducionista, na medida em que o papel da Educação Física era formar um cidadão física e psiquicamente mais apto para desempenhar seu papel na sociedade.

Outras concepções, que surgiram a partir de 1980, se caracterizam pela realização de uma análise crítica e caminham por uma pedagogia progressista que dá, à Educação Física, características e conteúdos próprios, numa perspectiva de transformação social, dentro de um contexto cultural, político e econômico, em que o movimento humano é entendido em todas as suas dimensões e significados.

Comentaremos, a seguir, algumas das principais concepções debatidas no cenário da Educação Física Brasileira.

A **Psicomotricidade** tem como foco a criança no pré-escolar, suas aprendizagens espontâneas, exploratórias, suas relações interpessoais e contribui para a formação e estruturação do esquema corporal pois, por meio das atividades, as crianças, criam, interpretam e se relacionam com o mundo em que vivem. A Psicomotricidade permite a compreensão da forma como a criança toma consciência do seu corpo e das possibilidades de se expressar por meio desse corpo, localizando-se no tempo e no espaço. A educação psicomotora da criança evidencia a relação através do movimento de seu próprio corpo, levando em consideração sua idade, a cultura corporal e os seus interesses. Para essa educação ser trabalhada, devem ser utilizadas as funções motoras, perceptivas, afetivas e sócio-motoras, pois assim a criança explora o ambiente, passa por experiências concretas, indispensáveis ao seu desenvolvimento intelectual e é capaz de tomar consciência de si mesma e do mundo que a cerca (LE BOULCH, 1987).

Tani (1988, p.28-30), no livro “Educação Física Escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista”, apresenta a **Concepção Desenvolvimentista**, dizendo que o movimento é o meio e fim principal da Educação Física, direcionado para crianças de quatro a quatorze anos. A Educação Física, para atender às necessidades e expectativas da criança, necessita compreender as suas características em termos de crescimento, desenvolvimento e aprendizagem.

A Educação Física escolar deve estimular o desenvolvimento de capacidades perceptivo-motoras e de capacidades físicas, através de experiências motoras oferecidas em ambiente propício e organizadas de acordo com as características de crescimento e desenvolvimento das crianças. As tarefas de aprendizagem a serem ensinadas devem sempre manter correspondência com a seqüência normal de desenvolvimento, para que não se estabeleçam conteúdos nem muito além e nem muito aquém das capacidades reais da criança. Esta, por sua vez, deve adquirir e reter um amplo repertório de habilidades básicas, para que não tenha problemas na aquisição de habilidades específicas mais complexas. A concepção desenvolvimentista busca, em função da progressão normal do crescimento físico, do desenvolvimento fisiológico, motor, cognitivo e afetivo social, da aprendizagem motora, sugerir elementos para a estruturação da Educação Física escolar.

Freire (1997, p.15-16), ao explicar sobre a abordagem **Construtivista** no livro “Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física”, diz que a intenção da mesma é a construção do conhecimento a partir da interação do sujeito com o mundo, respeitando o universo cultural do aluno, explorando as diversas possibilidades educativas de atividades lúdicas espontâneas, propondo tarefas cada vez mais complexas e desafiadoras com vistas à construção do conhecimento. O jogo é o principal meio de ensinar, privilegiado como sendo um “instrumento pedagógico”.

É uma concepção em que o professor de Educação Física se questiona; argumenta baseado em teorias da pedagogia e psicologia; busca inter-relações entre vários autores; se baseia em Piaget; conhece todas as faces do desenvolvimento infantil; respeita a atividade da criança, considerando-a uma especialista em brinquedos; acredita na afetividade como um recurso pedagógico; pensa nas razões para propor um jogo tornando-o mais significativo, variando as atividades; discute o que cada jogo mobiliza, exige; solicita, ao nível do cognitivo, do

físico, do social, do simbólico, do motor, das ações, do entendimento, da resolução de problemas, mostrando as possibilidades de aprendizagem proporcionadas; pensa no movimento como um todo, levando em conta o que pode ser ampliado, modificado; vê o aluno como um todo; e acredita que a aprendizagem se dê no espaço da liberdade.

A **Concepção Crítico-Superadora**, tem como principal obra o livro “Metodologia do Ensino da Educação Física”, escrito por um coletivo de autores (1993, p.39-41), que faz uma abordagem de currículo escolar vinculada a um projeto político pedagógico, em que se destaca a função social da educação física na escola. Nesse projeto, a função social do currículo é ordenar a reflexão pedagógica do aluno de forma a pensar a realidade social desenvolvendo determinada lógica. A amplitude e a qualidade dessa reflexão são determinadas pela natureza do conhecimento selecionado e apresentado pela escola, bem como pela perspectiva epistemológica, filosófica e ideológica adotada.

Na perspectiva da reflexão sobre a cultura corporal, a dinâmica curricular, no âmbito da Educação Física, busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido, no decorrer da história, exteriorizada pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, esportes e outras modalidades que podem ser identificadas como formas de representação simbólicas de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas.

A expectativa da Educação Física Escolar, que tem como objeto a reflexão sobre a cultura corporal, contribui para a afirmação dos interesses de classe das camadas populares, na medida em que desenvolve uma reflexão pedagógica sobre valores como solidariedade, cooperação, distribuição, sobretudo enfatizando a liberdade de expressão dos movimentos – a emancipação - negando a dominação e submissão do homem pelo homem.

Nessa perspectiva o Esporte, enquanto tema de cultura corporal, é tratado pedagogicamente na Escola de forma crítico-superadora, evidenciando o sentido e o significado dos valores que inspira e as normas que o regulamentam dentro do nosso contexto sócio-histórico. Esta organização do conhecimento não desconsidera

a necessidade do domínio dos elementos técnicos e táticos; todavia, não os coloca como exclusivos e únicos conteúdos da aprendizagem.

Para Kunz (2006), principal representante da concepção **Crítico-Emancipatória**, a emancipação do aluno pode ser entendida como um processo contínuo de libertação das condições limitantes de suas capacidades racionais críticas e do seu agir no contexto sociocultural e esportivo. Essa concepção é crítica pela capacidade de questionar e analisar as condições e a complexidade de diferentes realidades de forma fundamentada, permitindo uma constante auto-avaliação do envolvimento objetivo e subjetivo no plano individual e situacional.

Busca-se, nessa concepção, uma reflexão sobre a possibilidade de ensinar os esportes pela sua transformação didático-pedagógica, alcançar através das atividades com o movimento humano, o desenvolvimento de competências como a autonomia, a competência social, e a competência objetiva, que significa, na prática, o saber cultural, historicamente acumulado, apresentado e criticamente estudado pelo aluno. É por intermédio dessa competência que se valoriza também a condição física, o esporte, as atividades de lazer, da aprendizagem motora, da dança. Diz-se que é necessário orientar o ensino num processo de desconstrução de imagens negativas que o aluno interioriza na sua prática de esportes autoritários e domesticadores.

Betti (1991, p. 24), no livro “Educação Física e Sociedade”, diz que a essência da **Concepção Sistêmica** está no entendimento de que é um sistema aberto que sofre e interage influenciando a sociedade. Esta concepção fundamenta-se nos princípios da não exclusão e da diversidade de atividades, propondo à educação física a valorização de vivências esportivas, atividades rítmicas e expressão. Considera que é importante conduzir o aluno na descoberta dos motivos da prática de sua atividade física, favorecendo a vivência de atitudes positivas em relação à atividade, através de comportamentos adquiridos pelo conhecimento, compreensão e análise cognitiva relacionadas às conquistas materiais e espirituais da cultura física, conduzindo suas vontades e emoções para a prática e o prazer do corpo em movimento. Esta concepção coloca como o mais importante e um dos principais alicerces para a cidadania, na escola, a aprendizagem de conteúdos diversos e de atividades variadas do mundo do movimento.

A importância do conhecimento acerca dessas concepções se evidencia nas palavras de Soares (1994). Para ele, este conhecimento é importante por vários fatores: primeiro, pelo fato de que há uma íntima relação entre as concepções vigentes e os interesses das elites econômicas e sociais, refletidos nos programas e métodos de ensino; segundo, porque ajuda o professor a repensar sua profissão, desenvolver uma visão crítica dos conteúdos e práticas existentes ao longo da história pedagógica brasileira; terceiro, porque desenvolve a capacidade de descobrir a todo instante, na sua prática de vida e de trabalho, as relações sociais reais que estão por trás das concepções, das técnicas, dos discursos, dos programas de ensino e, principalmente, a contribuição que essas concepções trouxeram para o processo de transformação pela qual passou e passa a Educação Física Brasileira.

A formação do licenciado em Educação Física, atualmente, tende a exigir do graduando, além do conhecimento específico da disciplina, o conhecimento geral de outros saberes. Com a possibilidade de dialogar com outras ciências e tecnologias, estes profissionais poderão se posicionar ou não diante da demanda social característica da ordem vigente. As concepções existentes e suas mais diversas classificações, portanto, servirão de base para nortear o profissional de Educação Física em sua trajetória.

O Curso de Educação Física, em suas origens, se mostrava diferenciado das demais licenciaturas. Para o ingresso na Escola Nacional de Educação Física e Desportos, bastava o candidato ter o curso secundário fundamental enquanto que, para ingressar na Faculdade Nacional de Filosofia¹, era exigido o curso secundário complementar, pré-requisito para o acesso ao curso superior. A duração do curso de licenciatura em Educação Física era de apenas dois anos, enquanto para os demais licenciados eram necessários quatro anos de estudos. Com relação ao seu conteúdo, apenas na disciplina Metodologia da Educação Física e Desportos havia uma aproximação com os conteúdos das disciplinas pedagógicas de outros cursos.

¹ A Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi), foi criada simultaneamente com a Escola Nacional de Educação Física e Desportos, e compreendia os cursos de Filosofia, de Ciências, de Letras, de Pedagogia e um especial de Didática. Ao concluir um dos cursos, com duração de três anos, era conferido o título de Bacharel. Ao Bacharel que concluísse o curso de Didática de um ano era conferido o diploma de Licenciado, ficando habilitado ao exercício do magistério no ensino secundário (BORGES, 1998).

Esse distanciamento entre a Educação Física e as demais licenciaturas permaneceu quase inalterado até a década de 1970, quando os cursos de licenciatura em Educação Física foram ajustados às determinações do CFE, quanto às exigências do currículo mínimo.

A Educação Física, no Brasil, participou como instrumento ideológico nos projetos dominantes em diferentes fases do desenvolvimento do capitalismo no país. Na década de 1930, durante o processo de mudança da sociedade agro-exportadora para a industrial, o ensino da Educação Física servia para atender a um dos objetivos do Estado Novo que era o de “[...] forjar um determinado homem, com disciplina não só para o trabalho, mas para servir a defesa do país [...]”. No contexto da década de 1960, “o esporte se tornou uma das dimensões privilegiadas para uma propaganda ideológica, na tentativa de equiparação do desenvolvimento cultural ao desenvolvimento econômico [...]”. Com a abertura das discussões teóricas, na década de 1980, durante o processo de redemocratização da sociedade brasileira, a Educação Física começa a questionar sua relação com a sociedade. (NOZAKI, 2004, p. 6).

Na década de 1990, a Educação Física perde sua centralidade na composição do projeto dominante. Isto se deve, segundo Nozaki (2004, p. 7), ao novo contexto do país “mediado pelo agravamento da crise do capital, pela retomada dos projetos neoconservadores e pelo avanço das políticas neoliberais”. Para ele, neste cenário político-econômico da globalização para o mundo do trabalho, se impõe um novo modelo de formação humana.

Em oposição a essa desvalorização Nozaki (2005) destacou um movimento de valorização e de reorientação para o campo não escolar no final do século XX, a partir de um discurso ligado ao empreendedorismo, que aponta um mercado emergente das práticas corporais, principalmente o das atividades físicas identificadas na perspectiva da promoção da saúde e da qualidade de vida.

A formação do profissional de Educação Física, no Brasil, teve na sua história quatro reestruturações curriculares oficiais em seus cursos até os dias atuais. O primeiro modelo curricular de graduação em Educação Física foi estabelecido por ocasião da criação da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), junto à Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, pelo

Decreto Lei nº 1212, de 17 de abril de 1939. O país encontrava-se em pleno Estado Novo, onde prevalecia a concepção dos professores de Educação Física com formação para atuar como “instrumentos disciplinadores e produtores de corpos eugênicos e produtivos para o ajuste e o modelamento do corpo social a serviço da nação brasileira” (DAVID, 2003, p. 29).

O segundo modelo curricular foi definido com a Resolução do Conselho Federal de Educação nº 69 de 6 de novembro de 1969, que determinava o currículo mínimo para os cursos de formação de professores em Educação Física, criava a licenciatura em Educação Física e mantinha o técnico desportivo, apesar da introdução de disciplinas pedagógicas comuns a todas as licenciaturas (de acordo com o Parecer CFE nº 672/69), “permanece a continuidade da preponderância das disciplinas técnico-biológicas e desportivas” (AZEVEDO & MALINA 2004, p. 140).

O terceiro modelo curricular, que reestruturou os cursos de graduação em Educação Física, foi instituído com o Parecer nº 215/87, que conduziu a Resolução CFE nº 03 de 16 de junho de 1987, a qual visava à formação em licenciatura plena e/ou bacharelado; conferia as IES flexibilidade e autonomia para criarem seus currículos; aumentou a carga horária do curso; instituiu as áreas de conhecimentos e tornou obrigatória a apresentação de uma monografia no final do curso. Conforme Azevedo e Malina (2004, p. 124), a criação do bacharelado, apesar de fundamentada no mercado de trabalho, visava ao desenvolvimento da pesquisa e, conseqüentemente, “a busca do reconhecimento da Educação Física na universidade também como um campo de conhecimento científico”. Os mesmos autores dizem que, “apesar da abertura, na prática o currículo modificou-se essencialmente na organização das disciplinas para cumprir a exigência da reforma, [...], mantendo a continuidade de ênfase no enfoque técnico-biológico e esportivo [...]”.(ibid, p. 140).

A partir da formulação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, todos os cursos de graduação do país deveriam ser organizados com base em diretrizes curriculares gerais. No caso específico da Educação Física, houve nesse período um amplo debate com propostas provenientes de várias instâncias, tais como Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física da SESU/MEC, Diretores dos Cursos de Educação Física vinculados ao Conselho Regional de Educação Física – CREF, Diretrizes Curriculares do Conselho Federal de Educação

Física – CONFEF, Comissão Organizada pelo Ministro do Esporte (FIGUEIREDO, 2003).

O quarto modelo curricular para os cursos de graduação em Educação Física nasce embasado em três orientações normativas: Resolução nº01/2002 do CNE, que trata das Diretrizes Curriculares para os cursos de formação de professores de Educação Básica em nível superior, com licenciatura plena e na Resolução nº 02/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de formação de professores de Educação Básica em nível superior; dando integralidade e terminalidade à licenciatura, e a Resolução CNE/CES nº 07/2004, que instituiu as Diretrizes Curriculares para os cursos de Graduação em Educação Física.

Assim, a partir da necessidade de se estudar mais profundamente a influência desses modelos na história do currículo do Curso de Educação Física da UEPA, definiram-se as seguintes questões desta investigação:

- Que concepções de Educação Física foram adotadas nas propostas curriculares do curso de formação de professores de Educação Física da Universidade do Estado do Pará desde a sua criação até o período de vigência do Projeto Político Pedagógico implantado em 1999?
- Que perfis profissionais buscaram-se formar em decorrência dos currículos prescritos para o curso de formação de professores de Educação Física da Universidade do Estado do Pará?

O objeto de estudo do presente trabalho é a história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. Para fins de pesquisa fez-se um recorte temporal que vai de 1970 até 1999. A justificativa para esta seleção é que, em 1970, foi criado no Pará o Curso de Educação Física, e no ano de 1999, foi instituído um novo Projeto Político Pedagógico que produziu muitas mudanças na estrutura desse curso. No ano de 2007, o curso de Educação Física passou pela construção de um novo PPP, que entraria em vigor em 2008. Uma comissão dirigindo a avaliação do curso anterior (PPP 1999), com a participação de docentes e discentes, socializou os problemas com a comunidade acadêmica e construiu (em assembléias) as modificações curriculares para o curso.

Durante a pesquisa, que se desenvolveu nestes dois anos (2006-2008), fez-se necessário, por questões de prazo para sua finalização, optar por esse período.

Isso, no entanto, não representou nenhum desgaste para o tema aqui proposto. O debate sobre o PPP de 2008, além de demandar tempo, chegou no momento em que essa pesquisa se encontrava em fase avançada.

A inquietação, provocada pela possibilidade de se ter em mãos as informações sobre o novo PPP 2008, conduziu ao debate e às reflexões preliminares sobre essa nova fase em que se encontrava o CEDF; no entanto, prefere-se o ônus da crítica, por não ter ampliado o recorte temporal da pesquisa, à produção inconsistente de mais um capítulo dessa história que, acredita-se, outros escreverão.

O Curso de Educação Física é mantido pela Universidade do Estado do Pará, curso ofertado há 37 anos, sendo o primeiro a ser criado no Estado, e o que se encontra mais bem estruturado tendo, inclusive, sido interiorizado, ofertado hoje nos municípios de Conceição do Araguaia (Campus VII), Altamira (Campus IX), Santarém (Campus XII), e Tucuruí (CAMPUS XIII), onde a UEPA mantém *campi* universitários.

Além do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém conta atualmente com mais três cursos nessa área, que são: o da Universidade Federal do Pará (UFPA), da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC) e da Escola Superior da Amazônia (ESAMAZ), entretanto, por questões metodológicas, optou-se por trabalhar apenas com a trajetória curricular pela qual passou o Curso de Educação Física da UEPA.

Ao desenvolver esta pesquisa objetivou-se: a) identificar as prescrições curriculares que foram sendo adotadas ao longo da trajetória do Curso de Educação Física da UEPA; b) analisar as concepções de Educação Física que nortearam as propostas curriculares do curso de formação de professores de Educação Física da UEPA, desde sua criação em nível superior, até as recentes reformas em função das diretrizes curriculares nacionais; e c) identificar o perfil do profissional almejado nas propostas curriculares que foram sendo prescritas para o curso de formação de professores de Educação Física da UEPA.

Ao analisar-se a história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, pode-se entender melhor a formação do professor, realizada por esse curso, suas concepções, as prescrições curriculares e os perfis

profissionais almeçados e, assim, conhecer as competências profissionais adquiridas em cada período pelos egressos desta licenciatura.

A importância deste estudo se deve primeiramente ao fato de que há necessidade de pesquisas referentes à história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará e, conseqüentemente, de estudos sobre as mudanças ocorridas no currículo desta instituição, desde a sua criação até o Projeto Político Pedagógico de 1999, uma vez que se apontam as conseqüências dessas mudanças no perfil do profissional de Educação Física.

Deve-se mencionar que se optou por fazer uma investigação de caráter qualitativo, buscando interpretar a realidade social na qual o curso, objeto desse estudo, está situado.

O tipo de pesquisa aqui realizada foi um estudo de caso histórico-organizacional, através do qual se realizou o estudo da história do currículo do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará. A pesquisa histórico-organizacional é uma investigação em que o interesse do pesquisador recai sobre a vida de uma instituição, que pode ser uma escola, uma universidade, um clube etc., partindo do conhecimento que existe sobre a organização que se deseja examinar (TRIVIÑOS, 1987. p. 134).

A metodologia utilizada para o desenvolvimento desta pesquisa teve como primeira etapa a revisão bibliográfica com o objetivo de conhecer e embasar o estudo, com enfoque na história do currículo, história da formação do professor de Educação Física no Brasil, em especial no Pará, as concepções de Educação Física e os perfis dos profissionais. Foram analisados livros, teses, dissertações, artigos de diversos autores, e Anais do Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, sobre o tema pesquisado.

A segunda etapa contou com a análise documental a partir dos documentos normativos do curso de formação de professores em Educação Física, que são: Decreto-lei nº. 1.212, que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos em 1939; a Resolução nº. 69, de 6 de novembro de 1969, que previa o currículo mínimo; a Resolução CFE nº. 03, de 16 de junho de 1987, que estabeleceu duas graduações, Licenciatura e Bacharelado; Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996,

que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; além dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Física, de 1997.

No segundo momento da pesquisa documental, foram coletados os dados relacionados à documentação sobre o currículo no Curso de Educação Física - CEDF, para a realização de um estudo dos documentos internos, como os regimentos do curso; as matrizes curriculares, desde a criação até o Projeto Político Pedagógico de 1999, a partir de fontes primárias, ou seja, em documentos, considerados cientificamente autênticos; prática largamente utilizada nas ciências sociais, na pesquisa histórica, a fim de descrever e comparar os fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências; também foram utilizadas fontes secundárias, consideradas confiáveis para a realização da pesquisa (PÁDUA, 2000).

Para a organização e análise do material de investigação, optou-se pelo método de análise de conteúdo que, de acordo com Trivinos (1987, p. 17), é utilizado para o estudo “das motivações, atitudes, valores, crenças, tendências”. A opção quanto ao uso desse método partiu de uma visão mais ampla do fenômeno estudado. Desenvolveu-se essa análise, respeitando-se as três etapas básicas no processo de uso da análise de conteúdo: a pré-análise, a descrição analítica e a interpretação inferencial.

A pré-análise constitui-se da organização do material de pesquisa, um levantamento inicial para a análise da evolução das matrizes curriculares.

A descrição analítica, a segunda fase do método de análise de conteúdo, começou na pré-análise. O material foi submetido a um estudo orientado pelas questões norteadoras e pelo referencial teórico-metodológico adotado. Nessa etapa, procedimentos como a codificação, classificação e categorização são básicas para o surgimento de quadros de referências.

A interpretação inferencial teve como suporte o material de pesquisa já organizado e sustentou-se nos processos reflexivos e intuitivos do pesquisador que avançou para o estabelecimento de relações entre a problemática pesquisada e o objeto do estudo. De acordo com Trivinos (1987, p. 62), nessa fase, o pesquisador deve “aprofundar sua análise tratando de desvendar o conteúdo latente que eles possuem”.

A opção por este método pareceu ser a mais apropriada para uma abordagem qualitativa, tendo em vista a possibilidade de descrever e estudar, de forma mais aprofundada, a história do currículo do curso de formação de professores do CEDF e as modificações que ocorreram com a Resolução 69/69; a Resolução 03/87; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96, e os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997.

Para fins de análise, as disciplinas das diversas matrizes curriculares foram agrupadas em categorias por eixos de formação, o que permite sua aplicação em todas as matrizes do período em foco.

Os eixos correspondem a:

- Formação Geral Biológica – FGB, com as disciplinas ligadas a fundamentação e estudo do corpo humano: Anatomia, Biologia, Fisiologia, Cinesiologia, Fisiologia do Exercício, Higiene, Socorros de Urgência;
- Formação Geral Humanística – FGH, com as disciplinas ligadas ao desenvolvimento de uma postura ética, crítica e social: Sociologia, Psicologia, Filosofia, História da Educação Física, Inglês, Língua Portuguesa e Comunicação;
- Formação Técnico-Desportiva – FTD, com as disciplinas ligadas à organização e desenvolvimento das atividades físicas e dos desportos: Futebol, Voleibol, Handebol, Basquetebol, Natação, Atletismo, Ginástica, Recreação, Rítmica, Judô, Legislação e Organização de Competição etc.
- Formação Pedagógica – FP, com as disciplinas voltadas ao desenvolvimento das competências relacionadas à prática educativa no ambiente escolar: Didática, Estrutura, Prática de Ensino;
- Formação Científica – FC, com as disciplinas vinculadas ao desenvolvimento de conhecimentos e habilidades para a pesquisa: Estatística, Metodologia da Pesquisa.

Os resultados da pesquisa estão organizados em três secções, a saber:

1º capítulo: “As Origens do Curso de Educação Física da UEPA”.

2º capítulo: “As Reformas Curriculares Implantadas no CEDF-UEPA em 1982 e 1988”.

3º capítulo: “As Transformações Verificadas no Curso e na Formação do Profissional de Educação Física no final do Século XX e no Início do Século XXI: o Currículo de 1999”.

O 1º capítulo está dividido em três partes, sendo que, na primeira parte, destaca-se o contexto histórico da criação do Curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, subdividido em duas partes: a Educação Física no Brasil no período da criação do CEDF e o contexto sócio-histórico paraense quando da criação do CEDF-UEPA e seus primeiros regimentos; na segunda parte, mostra-se o currículo prescrito e o perfil profissional assumido nos regimentos de 1970, 1973 e 1979 e, na terceira parte, a concepção de Educação Física que perpassou os currículos prescritos nos primeiros regimentos do CEDF.

O 2º capítulo divide-se também em três partes: primeiramente faz-se uma contextualização política, social e educacional da década de 1980, com as mudanças sofridas nos cursos de Educação Física no Brasil; na segunda parte, mostram-se as reformas ocorridas em 1982 e 1988, o currículo prescrito para o Curso de Educação Física e as implicações desse currículo no perfil do professor em 1982 e 1988 e, na terceira parte, comenta-se sobre a concepção de Educação Física adotada nesse período.

No 3º capítulo descreve-se, em primeiro lugar, a década de 1990 e seu contexto; em segundo lugar, mostra-se a criação do Projeto Político Pedagógico de 1999 que deu origem a uma nova organização curricular e um novo perfil almejado para o período e, por último, a concepção adotada no novo currículo.

1 AS ORIGENS DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPA

1.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA UEPA

Neste sub-capítulo será feita uma breve retrospectiva dos acontecimentos anteriores à constituição da Escola Superior de Educação Física do Pará, fato ocorrido em 11 de maio de 1970, com a finalidade de compreender os motivos que levaram à criação do curso de Educação Física no Estado do Pará. Nesse sentido, dividiremos este sub-capítulo em dois itens: um tratando da retrospectiva histórica da Educação Física no Brasil e o segundo tratando especificamente do contexto histórico paraense.

1.1.1 A Educação Física no Brasil quando da criação do CEDF-UEPA

Sabe-se que, após o golpe de 1964, acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (Usaid), influenciaram os rumos e as reformas educacionais instituídas naquele período. O Brasil receberia apoio técnico e financeiro para implementar as reformas nos três níveis de ensino: primário, secundário e superior.

Estas reformas tinham como objetivo atrelar o sistema educacional brasileiro ao modelo econômico dependente de interesse norte-americano, que passou a ser implementado no país. Como fruto desses acordos e das propostas das comissões de estudo (Relatório Meira Matos e Relatório Atcon), foi elaborada a Lei de Reforma Universitária, Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, baseada no modelo universitário americano e, mais tarde, o ensino primário e secundário por meio da Lei 5.692/71.

De acordo com Andrade Filho (2001-b) e Azevedo e Malina (2004), a Lei nº. 5.540/68, baseada nos estudos do Relatório Atcon (Rudolph Atcon, teórico norte-americano) e no Relatório Meira Matos (Coronel da Escola Superior de Guerra), fixou normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Entre outras providências, o Presidente da república escolheria

os reitores e diretores das universidades e faculdades federais, que deveriam se responsabilizar pela disciplina nesses estabelecimentos; a extinção do regime de cátedra (cargo de professor universitário, titular de uma disciplina), que foi substituído pelo regime departamental; unificou o vestibular que passou a ser classificatório; uniu as faculdades em universidade, que visava, com a concentração de recursos, a uma maior produtividade; sugere a adoção de créditos; dividiu as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que resultou na criação das Faculdades ou Centros de Educação; divide o currículo em uma parte geral (ciclo básico) e outra profissional, entre outras modificações geradas pela lei.

De acordo com David (2003), esta reforma, além de ter sido um produto resultante dos acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a Agência Interamericana de Desenvolvimento (USAID), foi polêmica e agressiva, que gerou grandes problemas na sociedade civil, com a cassação de direitos, perseguições de estudantes e intelectuais que resistiam ao regime.

Houve uma massificação do ensino com a proliferação de cursos de nível superior e o aumento de escolas de 1º e 2º graus (ensino fundamental e médio). O ensino superior de caráter privado teve uma maior expansão, pois recebeu incentivo do governo por meio de verbas públicas e, em 1973, chegou a receber 39% dos recursos públicos do ensino superior (MATA 2005).

O quadro a seguir, mostra a expansão das instituições de ensino superior no Brasil no período de 1971/1975.

Quadro 1. Expansão das Instituições do Ensino Superior

Anos	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1971	53	80	51	435	619
1972	55	74	52	520	701
1973	56	85	85	631	857
1974	47	78	77	628	830
1975	46	82	87	645	860

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil apud MATA 2005

De acordo com Ghiraldelli (1991, p. 20) as Escolas de Educação Física (EEFs), multiplicaram-se desse período em diante e o desporto de alto nível tornou-

se o paradigma da Educação Física. Este mesmo autor diz que o “desporto de alto nível”, também conhecido por “desporto-espetáculo”, é oferecido à população, com o objetivo de “dirigir e canalizar energias” e, pelos meios de comunicação e também através de ações governamentais, é introduzido no meio popular, massificando a prática desportiva, para que saíssem daí os atletas que iriam trazer medalhas olímpicas ao país. Estas ações eram incentivadas pelo governo ditatorial, pois iam ao encontro da proposta de um “Brasil Grande”, que mostraria através de suas conquistas internacionais o seu poderio.

Houve um grande desenvolvimento científico nas áreas de fisiologia do esforço, treinamento desportivo, biomecânica e o governo investiu na criação de centros esportivos e de laboratórios de fisiologia do esforço nas EEFs.

De acordo com Ghiraldelli:

a ênfase na técnica, no desporto de alto nível e na competitividade, que caracterizou fortemente os currículos das EEFs nas décadas de 1960 – 1970, está vinculada aos projetos da tecnoburocracia militar e civil que chegou ao poder em março de 1964. A ideologia do desenvolvimento com segurança e da unidade nacional em torno do Brasil - Potência serviu de sustentáculo para a tecnização da educação e da Educação Física, no sentido de uma racionalização despolitizadora, que visava a um maior rendimento educacional e esportivo. O desporto de alto nível foi promovido e tornado representativo da idéia de Brasil Grande, por meio da conquista de medalhas para o país em competições internacionais (GHIRALDELLI, 1991, p. 30).

Esta mesma visão do momento histórico é assumida nos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos quais se menciona que:

Após 1964 a educação, de modo geral, sofreu as influências da tendência tecnicista. O ensino era visto como uma maneira de se formar mão de obra qualificada. Era a época da difusão dos cursos técnicos profissionalizantes. [...] em 1968, com a Lei nº. 5.540, e em 1971, com a Lei nº. 5.692 a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado: era considerada uma atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno. (BRASIL, 1997, p. 22)

Nessa fase, desenvolveu-se a Educação Física numa concepção competitivista que se caracterizava pela competição e superação individual como valores fundamentais e desejados para uma sociedade moderna. Trataremos de forma mais aprofundada esta concepção no tópico 1.3 deste capítulo. A Educação Física fica submetida ao desporto de elite, que está relacionado à *performance*.

O momento histórico em que o Brasil atravessava, neste período, proporcionava um ensino mais técnico e desmotivava a busca por competências e habilidades que levassem os indivíduos a questionar o sistema vigente e assim perpetuar a ideologia do regime militar.

Segundo Betti (1988), a partir de 1968 a educação passou a ser vista como um dos componentes do desenvolvimento econômico do país e dentro do planejamento econômico global, o campo educacional, principalmente o Ensino Superior, foi objeto de atenção com os seguintes Planos: Plano Decenal de 1967/1976, Plano Quinquenal de 1975-1979 e Plano Setorial de Educação e Cultura 1972-1974.

Nessa mesma época, por meio do Decreto-Lei 705, de 25 de julho de 1969, assinado pelo Presidente Costa e Silva, foi modificado o artigo 22 da Lei nº 4.024 de 1961, que passou a ter a seguinte redação: “Será obrigatória a prática da Educação Física em todos os níveis e ramos da escolarização, com predominância esportiva no ensino superior”. Antes a obrigatoriedade da prática da Educação Física se restringia aos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos.

Ainda sobre esse período, deve-se destacar que, em maio de 1969, o Governo Brasileiro determinou a elaboração de um “Diagnóstico da Educação Física e Desportos no Brasil”, por meio de um acordo entre o Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (CNRH/IPEA) do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral e a Divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (DEF/MEC), que constituiu o primeiro censo e levantamento quantitativo do setor, como também serviu de base para os futuros planos nacionais de Educação Física e desportos no País (Andrade Filho, 2001).

Segundo ainda Andrade Filho (2001) esse diagnóstico foi importante para se traçar diretrizes que poderiam melhorar a formatação dos cursos de Educação Física deste período.

Este Diagnóstico, dentro de um de seus levantamentos, mostra que o período pós 1964 caracterizou a primeira fase da expansão das escolas de Educação Física no Brasil, o que indica que o número de escolas de formação dos profissionais em Educação Física cresceu de cinco (05), em 1939, para quarenta e duas (42) em 1971 (Ver quadro 2).

Quadro 2. Crescimento das escolas de Educação Física de 1925 a 1971

Ano	Escola Militar	Escola Federal	Escola Estadual	Escola Municipal	Escola Particular
1925 – 1939	03	01	01		
1940 - 1964	01		05		01
1968 - 1971	01	02	04	04	31

Fonte: Costa 1971 apud Andrade Filho 2001 p. 53

A elaboração de um Plano de Educação Física e Desportos (PED) do Ministério da Educação e Cultura foi a primeira medida ocasionada pelo Diagnóstico e previa o auxílio com verbas da recém criada Loteria Esportiva. Tinha como objetivo elevar o nível de Educação Física Integral, o nível do Desporto e o nível da Recreação. Com relação à Formação de Profissionais pretendia melhorar a qualidade e aumentar a quantidade de profissionais, por meio de cursos de aperfeiçoamento de habilitados, treinamento de leigos para o ensino médio e formação de professores para o fundamental. Para os docentes das Escolas Superiores de Educação Física foram ofertados cursos de extensão e aperfeiçoamento (ANDRADE FILHO, 2001).

Outro fato relevante, para compreendermos o período em que foi criado o Curso de Educação Física da UEPA, foi a elaboração e aprovação do parecer CFE nº. 894/69 e da Resolução nº. 69, de 6 de novembro de 1969, que previa o currículo mínimo para os cursos de formação de professores de Educação Física, com no mínimo três anos de duração e, no máximo, cinco, com uma carga horária mínima de 1800 horas-aula, em que a formação do professor de Educação Física seria feita em curso de graduação que lhe conferiria o título de Licenciado em Educação Física e Técnico de Desportos². (SOUZA NETO, 2004).

² O currículo de 1939 não atendeu às expectativas de preparar todas as modalidades de técnicos (ver anexos) para trabalhar com a Educação Física e com os desportos.

Nesta Resolução o licenciado em Educação Física e o Técnico Desportivo, tinham as seguintes competências:

Do professor se espera que mostre, dentre outras coisas: domínio da Educação Física, visando essencialmente à aptidão física do indivíduo, embasamento científico da Educação Física, domínio das técnicas, didáticas e conhecimento geral e variado de técnicas esportivas. [...] do técnico desportivo, destacamos como principais: domínio em profundidade de técnica específica, a um ou mais desportos; domínio de técnicas de treinamento aplicadas a determinada modalidade desportiva, embasamento científico de treinamento de sua área, conhecimento de técnicas de liderança e de organização (SILVA 1983 apud DAVID 2003, p. 35).

Conforme Pereira Filho (2005), este é o segundo modelo³ curricular oficial para os cursos de formação de professores em Educação Física. O currículo mínimo consistia em um bloco de matérias obrigatórias que apresentavam a seguinte divisão: matérias básicas (Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene) e matérias profissionais (Socorros Urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação). De acordo com as características e necessidades de cada região caberia à Instituição complementá-lo. Assim, a partir da união do currículo mínimo, com a parte diversificada de responsabilidade de cada instituição, o currículo torna-se pleno.

As matérias pedagógicas (Psicologia da Educação, Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus e Prática de Ensino sob a forma de

³ O primeiro currículo oficial (ver anexos) para o curso de formação de professor em Educação Física é o currículo instituído por meio do decreto-lei nº. 1.212 de 17 de abril de 1939, que criou a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD) e estabeleceu as diretrizes para a formação profissional. São oferecidos cinco cursos de graduação, O Curso Superior de Educação Física era realizado em dois anos e os demais cursos: Curso Normal de Educação Física, Curso de Técnica Desportiva, Curso de Treinamento e Massagem e Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos, eram realizados em um ano, todos com um núcleo comum de disciplinas básicas e disciplinas específicas em função do curso escolhido. Conforme Azevedo (2004, p.131), “[...] seu currículo que se tornou padrão para as demais escolas de Educação Física surgidas no país, seguia o modelo da EsEFEx e, por conseguinte, o chamado método francês também foi adotado com a perspectiva de ênfase técnico-biológica”. Nota-se a predominância de disciplinas de cunho técnico-desportivo e biológico caracterizando um currículo desportivizado em todos os cursos. Em 1945, com o decreto-lei nº. 8.270, houve uma revisão nesse currículo e uma nova reestruturação, onde a base do conhecimento segue a mesma seqüência da proposta de 1939, e as mudanças ocorrem na exigência de diploma, porque passaram a ser Cursos de Especialização, como pré-requisito para os seguintes cursos: Educação Física infantil, técnica desportiva e medicina aplicada à Educação Física e desportos; e a duração do curso passa de dois para três anos (SOUZA NETO 2004, p.118).

Estágio Supervisionado), de acordo com o Parecer n. 672/69, passaram a fazer parte dos currículos dos cursos de Educação Física a partir desse período.

Assim, segundo Faria Júnior (1987),

com sete (7) anos de atraso em relação à legislação (Parecer nº 292/62 do CFE) e com trinta (30) anos, de fato, em relação às demais licenciaturas, matérias pedagógicas como Didática, Prática de Ensino, Psicologia, etc. , foram efetivamente incluídas nos currículos de Educação Física, aproximando a formação deste profissional da dos demais. (FARIA JÚNIOR 1987 apud BORGES 1998, p. 28).

Azevedo (1999) comenta que esta modificação curricular se deu por exigência da reforma universitária com o currículo mínimo, e se configurou essencialmente na inclusão e exclusão de disciplinas, onde a seleção das mesmas se daria pela importância adquirida no decorrer do processo histórico e também pelo prestígio e argumentação do profissional responsável pela sua disciplina e, principalmente, na inclusão das disciplinas pedagógicas. Esta autora afirma que não houve a preocupação em consultar algum autor ou teoria curricular para esta modificação e que a discussão prioritária girava em torno da obrigatoriedade da Educação Física no ensino e na expansão do mercado de trabalho. Salienta, ainda, que, apesar da inclusão das disciplinas pedagógicas, o profissional formado por esse modelo de curso continuava essencialmente técnico e com uma fundamentação teórica desprovida de um corpo de disciplinas filosóficas sociológicas consistentes.

Pereira Filho (2005) destaca como reflexo da ditadura militar, a implantação de um currículo centrado em disciplinas que pouco incentivavam o posicionamento crítico dos educandos. O autor atenta para as mudanças nas denominações de algumas das disciplinas deste currículo, como um dos critérios adotados para indicação da matéria, pois as mesmas apresentavam um “padrão do passado”. Disciplinas que no passado eram denominadas de Desportos Coletivos Terrestres, Desportos Individuais Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa e Desportos Terrestres Individuais, foram alteradas, respectivamente, para futebol, basquetebol e voleibol, natação, remo, pólo aquático e saltos ornamentais, esgrima, jiu-jítsu, luta livre e boxe, atletismo, pesos e halteres, ginástica de aparelhos e tênis.

No quadro 3 apresenta-se o desenho curricular dos cursos de Educação Física a partir da resolução 69/1969.

Quadro 3. Currículo Mínimo dos cursos de Educação Física

Biologia	Higiene	Rítmica
Anatomia	Socorros Urgentes	Natação
Fisiologia	Sociologia	Atletismo
Cinesiologia	Didática	Recreação
Biometria	Ginástica	+ 2 cadeiras desportivas facultativas

Fonte: Andrade Filho 2001, p. 132

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais para Educação Física (BRASIL, 1997, p. 22), a partir do Decreto n. 69.450/71, relacionado ao âmbito escolar, a Educação Física foi considerada como “a atividade física que, por seus meios, processos e técnicas, desenvolve e aprimora forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando”. A ênfase na aptidão física foi mantida nesse decreto. Nesse período, a iniciação esportiva a partir da 5ª série foi o eixo fundamental do ensino e a escola seria o "celeiro de novos talentos". A maior meta era projetar cada vez mais a imagem do país por meio do desempenho dos seus atletas. Por isso, as aulas de Educação Física da época começaram a valorizar o aluno mais habilidoso em detrimento dos demais.

Ainda na década de 1970 pode-se ressaltar no que tange ao desenvolvimento da Educação Física como área de conhecimento, alguns fatos importantes: o estímulo à realização da pós-graduação em Educação Física no exterior (Mestrado e Doutorado) pela Coordenação do Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES/MEC; a fundação em 1974, do Centro de Estudos do Laboratório de Aptidão Física de São Caetano do Sul – CELAFISCS, o qual tinha como objetivo primar pela produção científica principalmente nos temas ligados à Antropometria e à Fisiologia do Esforço; a instituição do primeiro mestrado em Educação Física na Universidade de São Paulo em 1977; a criação em 1978, do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE que é uma entidade científica que congrega pesquisadores ligados à área de Educação Física/Ciências do Esporte (BETTI, 1988).

Em 1975, pela Lei nº 6.251 de 08/10/1975, é estabelecida a Política Nacional de Educação Física e Desportos e, nesse mesmo ano, o Brasil implanta o programa de valorização do esporte para todos, com o lema “Mexa-se”, o qual oscilava entre o conteúdo pedagógico-social e a manipulação ideológica (OLIVEIRA, 1985).

Para os anos de 1976-1979 foi lançado O Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), que tinha como objetivo geral para a Educação Física e esporte estudantil, para o esporte de massa e para o esporte de alto nível:

Aprimorar a aptidão física da população; maximizar e difundir a prática da Educação Física e do desporto estudantil; elevar o nível técnico dos desportos, para o aprimoramento das representações nacionais; implantar e intensificar a prática de desporto de massa; capacitar os recursos humanos necessários as atividades a serem desenvolvidas no sistema desportivo nacional (BRASIL 1976 apud BETTI, 1988, p. 124).

Betti (1988) afirma que o principal efeito da Política Nacional de Educação Física e Desportos e do PNED foi “esportivizar definitivamente a Educação Física Escolar”, o que elevou o esporte ao primeiro posto nas preocupações nacionais.

A falta de professores titulados em quantidade suficiente para implantação de programas de pós-graduação levou, em 1979, cerca de setenta professores de Cursos de Educação Física do Brasil para os Estados Unidos (Ibid., 1988).

No final da década de 1970, com a reorganização dos movimentos sociais, amplia-se o debate em torno das questões relativas à formação de recursos humanos para a Educação Física. O ponto central das discussões recaía no caráter inapropriado de um currículo mínimo obrigatório para todos os Cursos de Licenciatura, determinado pela Resolução nº 69/69 do CFE e pelo Parecer nº 894/69 do CFE.

1.1.2 O Contexto sócio-histórico paraense, a criação do CEDF-UEPa e seus primeiros regimentos.

A década de setenta representou para o Estado do Pará, no campo sócio-político-econômico e educacional, um período de grandes mudanças, pois a

Amazônia passou a ser atrelada aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com a finalidade de ter uma maior integração ao restante do país.

No Pará, no Governo de Jarbas Passarinho, em 1964, um importante convênio é firmado com um órgão ligado à Agência Internacional de Desenvolvimento (USAID), a “Aliança para o Progresso”, para ampliação do sistema de ensino nas zonas urbana e rural, conforme Passarinho:

A confiança despertada é tal que, pela primeira vez, o Pará assina um convênio com a USAID, através do qual a “Aliança para o Progresso” que faz uma doação inicial de 1 bilhão de cruzeiros para a construção de 250 novas salas de aula. O convênio deverá atingir a doação total de 10 bilhões de cruzeiros, aos quais devemos somar três bilhões do orçamento estadual e federal e que serão empregues para a construção de mais 1.556 salas de aula, 5 escolas normais, 4 centros de treinamento de professores, 4 ginásios industriais e recuperação total do Instituto de Educação do Pará, “Lauro Sodré”, e Colégio Estadual “Paes de Carvalho” (Passarinho apud Corrêa 1997, p. 119).

Esses acordos representaram, para o Estado beneficiado pelo capital externo, a aceitação de regras determinadas pelos agentes internacionais, principalmente em relação às políticas educacionais.

Com a vinda dos grandes projetos de desenvolvimento para a Amazônia, impulsionados pelo I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974), adotado pelo Governo Federal, o Estado do Pará teve que ampliar e fortalecer seu sistema educacional e investiu na formação de mão-de-obra, com vistas ao mercado de trabalho proveniente do setor empresarial.

Nesse período, com a abertura de espaço para participação da iniciativa privada no ensino superior, são criadas duas Faculdades Isoladas Privadas, o Centro de estudos Superiores do Estado do Pará – CESEP e as Faculdades Integradas do Colégio Moderno – FICOM, que mais tarde se uniram em uma só instituição privada denominada de União dos Estudos Superiores do Pará – UNESPA, que foi transformada em 1994, na Universidade da Amazônia – UNAMA.

Foram nessas circunstâncias, nesse conjunto de leis e ações do governo militar, que a Escola Superior de Educação Física, atual Curso de Educação Física

da Universidade do Estado do Pará foi criada, em 11 de maio de 1970, com a finalidade de:

Atuar no campo do ensino superior, proporcionar maior acesso à educação e cultura, promover a pesquisa, elevando o índice educacional do país, possibilitar habilitações profissionais para atendimento das necessidades do país e especialmente a Região Amazônica, além de promover a cultura física, desenvolver a vida social dos alunos e manter vivos os ideais de brasileiros e ao de solidariedade humana (SANTOS, 1985, p. 16).

Conforme Santos (1985), os primeiros passos para a criação da Escola Superior de Educação Física do Pará ocorreram em 1960. O Governo do Estado do Pará em apoio ao desenvolvimento da Educação Física e dos Desportos, em parceria com o Departamento de Educação Física, Recreação e Esportes (DEFRE), selecionaram um grupo de oito bolsistas para freqüentarem o Curso Superior de Educação Física na Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro⁴.

Dos oito bolsistas que, em 1960, freqüentaram a ENEFD, cinco fizeram parte do primeiro quadro de professores da Escola, que era constituído de 13 professores, sendo: 09 professores de Educação Física, 03 Médicos e 01 Bacharel em Direito e Geógrafo.

Com a finalidade de habilitar pessoal para o magistério da Educação Física, Matni e Santos (1984) afirmavam que foram realizados cursos intensivos em Educação Física, na Capital e no Interior do Estado, em 1961 e em 1963. Em janeiro de 1967 e janeiro de 1970 houve a realização de Curso Preparatório e Exames de Suficiência em Educação Física.

A Escola Superior de Educação Física do Pará foi instituída pela resolução nº. 10/70, de 13 de fevereiro de 1970, da Fundação Educacional do Estado do Pará e foi autorizada a funcionar pelo Decreto Presidencial nº. 66.548 de 11 de maio de

⁴ A Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi criada no dia sete de setembro de 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Reorganizada em 1937, quando passou a se chamar Universidade do Brasil, tem a atual denominação desde 1965.

1970. Seu reconhecimento deu-se pelo Decreto Presidencial nº. 78. 610 de 21 de outubro de 1976.

Com a criação da Universidade do Estado do Pará e a extinção da Fundação Educacional do Pará, em 24 de fevereiro de 1994, a Escola Superior de Educação Física do Pará incorporou-se a esta, passando a chamar-se Curso de Educação Física (CEDF), e, juntamente com os cursos de Medicina, Enfermagem, Fisioterapia, e Terapia Ocupacional, foram integrados ao Centro de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade do Estado do Pará, que congrega os cursos da área de saúde.

Após a criação da ESEF do Pará em 1970, três regimentos foram elaborados. Estes documentos tinham objetivos claros normatizar o funcionamento da Instituição. A primeira versão foi publicada em 1970, a segunda em 1973 e a terceira, em 1979, conforme analisado a seguir.

1.2 O CURRÍCULO PRESCRITO E O PERFIL PROFISSIONAL NOS REGIMENTOS DE 1970, 1973 E 1979.

1.2.1 O currículo prescrito e o perfil profissional no regimento de 1970

Neste item serão feitos comentários sobre o regimento de 1970, o desenho curricular oferecido para o período, o ordenamento legal vigente, qual o conhecimento que predominava e o perfil profissional decorrente deste currículo prescrito.

O primeiro regimento da Escola Superior de Educação Física foi aprovado pela Resolução nº 22, de 10 de abril de 1970, do Conselho Estadual de Educação. Nele consta que a instituição foi criada com a finalidade de formar e aperfeiçoar pessoal técnico em Educação Física, desportos e recreação; imprimir ao ensino da Educação Física, dos desportos e da recreação, em todo o Estado, unidade teórica e prática; difundir conhecimentos e realizar pesquisas relacionadas à sua especialização (Pará, 1970).

Além do Curso Superior de Educação Física e do Curso de Técnica Desportiva na Graduação, a Escola Superior de Educação Física oferecia os cursos

de especializações em: Medicina da Educação Física e dos Desportos; curso de Educação Física Infantil, curso de Recreação e curso de Massagem; oferecia, também, curso de pós-graduação em Dança e curso de Extensão Universitária.

O Curso Superior de Educação Física tinha por finalidade formar professores com conhecimentos das diferentes formas de trabalho físico, aplicáveis a qualquer categoria de indivíduos. O curso de técnica desportiva formava pessoal para exercer a profissão no campo dos desportos referente à sua especialização.

As disciplinas oferecidas na Escola Superior de Educação Física, referentes ao regimento de 1970, foram as seguintes: Anatomia, Biologia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria, Higiene, Fisioterapia, Nutrição, Traumatologia, Socorros de Urgência, Didática, Psicologia, Sociologia, História, Legislação, Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos, Ginástica, Rítmica, Recreação, Natação, Atletismo, Desportos, Educação Moral e Cívica (Estudos de Problemas Brasileiros), Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau.

Conforme o artigo 10, do capítulo II – Das Disciplinas – artigo único, a Escola poderia, mediante proposta do Conselho Departamental, se aprovada pelo Conselho de Professores e sancionada pelo órgão competente, criar ou tirar disciplinas e também alterar a denominação das mesmas.

A instituição era composta dos seguintes departamentos, cada um responsável pelo ensino das disciplinas que estão vinculadas a sua área, conforme consta no regimento publicado no Diário Oficial do Estado do Pará, 11/04/1970.

Departamento Pedagógico (Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino 2º Grau, História, Legislação, Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos, Psicologia, Sociologia, Educação Moral e Cívica (Estudo de Problemas Brasileiros).

Departamento Biológico (Anatomia, Biologia, Biometria, Fisiologia, Fisioterapia, Cinesiologia, Higiene, Socorros Urgente, Traumatologia e Nutrição).

Departamento Gímico Desportivo (Ginástica, Recreação, Rítmica, Natação, Atletismo e Desportos (com exceção de Natação e Atletismo)) (Pará, 1970).

Conforme o artigo 14, do capítulo III – Dos Departamentos – parágrafo único, a Escola poderia, conforme seus interesses culturais e aprovação do conselho

competente, criar novos ou promover a fusão ou desdobramento destes departamentos.

O Curso Superior de Educação Física, conforme o regimento, teria a duração mínima de 1800 horas-aulas, ministradas em 3 anos. O Curso de Técnica Desportiva seguia as normas do Curso Superior de Educação Física para a formação de especialista em desporto. A Escola tinha que organizar uma lista de desportos, para que o aluno escolhesse dois para sua especialização. Os egressos do Curso Superior de Educação Física, podiam completar o Curso de Técnica Desportiva e cursar as matérias que lhes faltassem.

O calendário escolar era elaborado pela Direção, com o mínimo de 180 dias letivos e previa, para cada curso definido no currículo, o número de horas-aula previsto para cada período, conforme o desenho curricular abaixo oferecido em 1970.

Quadro 4. Desenho Curricular do Curso Superior de Educação Física, Regimento de 1970

1º Ano	2º Ano	3º Ano
Dep. Biológico	Dep. Biológico	Dep. Biológico
Anatomia 45	Biologia 61	Biometria 62
Higiene 41	Cinesiologia 58	Fisioterapia 52
Socorros Urgentes 83	Fisiologia 57	
Dep. Pedagógico	Dep. Pedagógico	Dep. Pedagógico
História e Legislação da Educação Física e dos Desportos 77	Psicologia 45	Didática 95
Educação Moral e Cívica (EPB) 30	Educação Moral e Cívica (EPB)30	Sociologia 75
	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 2º Grau 40	Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos 50
		Educação Moral e Cívica (E. P. B.) 40
Dep. Gímnico Desportivo	Dep. Gímnico Desportivo	Dep. Gímnico Desportivo
Ginástica 60	Ginástica 70	Ginástica 90
Rítmica e Dança	Rítmica e Dança	Rítmica e Dança 30
Recreação 52	Recreação 50	
Natação 47	Natação 50	Natação 50
Atletismo 72	Atletismo 70	Atletismo 70
Desportos (com exceção de Natação e Atletismo) 377	Desportos (com exceção de Natação e Atletismo) 334	Desportos (com exceção de Natação e Atletismo) 265

FONTE: Regimento da ESEFPA, publicado no Diário Oficial do Estado do Pará de 11/04/1970

Desde a criação dos primeiros Cursos de Licenciatura em Educação Física os profissionais eram formados para atuar no ensino formal. Com uma visão tradicional de Educação Física, fundamentada na execução e repetição de práticas de habilidades motoras, ligada diretamente ao âmbito esportivo, sem uma fundamentação teórica histórica crítica, essa formação era responsável por um perfil de profissional de técnicos desportivos, ao invés de professores, situação esta ligada diretamente às origens da Educação Física.

Entre os anos de 1920 e 1970 a Educação Física teve prestígio estando ligada diretamente aos interesses do Estado, no tocante à formulação de políticas para a Educação e para a sociedade, conforme sua formação pautada pelo higienismo, eugenismo e o tecnicismo (CASTELLANI FILHO, 1988)

Conforme Carmo:

[] toda ação teórico-prático em Educação Física desprovida de uma consciência histórico-cultural de classe [] ela é proposital e de alto poder conservador, principalmente porque, quanto pior for a veiculação do saber, pior será a apreensão pelo aluno e, conseqüentemente, mais fácil será a utilização do conhecimento como instrumento de dominação, pois uma ação pedagógica desenvolvida sem objetividade, sem raízes históricas e perspectivas do **como deveria ser**, leva a lugar nenhum (CARMO, 1985 p.30-31; grifo do autor).

A partir de 1980 essa realidade modificou-se com os novos conhecimentos produzidos, discutindo e questionando a Educação Física, não só em conseqüência da crise conceitual por que passou a área, mas também, em conseqüência das novas exigências do mercado e da sociedade em razão da nova legislação de 1987. A formação profissional em Educação Física passou por profundas mudanças, em que a formação nos moldes tradicionais ficou ultrapassada, um novo perfil de profissional foi delineado para atender às necessidades do mercado e da sociedade, onde este profissional seja capaz de, não só possuir habilidades motoras ou reproduzir movimentos programados, mas possuir um conjunto de conhecimentos no qual esta atuação é fundamentada, para compreender como e porque executá-los.

Carmo (1985) diz que a Educação Física:

necessita de professores com competência técnica, cientes **do que fazer**, **como fazer** e **por que fazer**, e conscientes politicamente, sabendo a **quem estão servindo**, quem é beneficiado com a sua prática, enfim, professores que consigam ter uma visão de **totalidade**, na qual o importante é entender a inter-relação dinâmica das partes que compõem este todo, e não a simples justaposição dessas partes (CARMO, 1985, p.30; grifos do autor).

Com a reformulação dos currículos dos Cursos de Educação Física, a formação de professores ficou dividida em Licenciatura, para professores ligados à Educação Física Escolar e o Bacharelado, para os profissionais ligados a programas de Atividade Física para o atendimento das diferentes necessidades da sociedade em clubes, academias, empresas, condomínios, personal trainer.

Nozaki (2004) afirma que, com o reordenamento do mundo do trabalho para a formação de um trabalhador de novo tipo, adaptado às necessidades do capital, precisando de disciplinas com alto conteúdo cognitivo e interacional, de modo a trabalhar com capacidade de abstração, raciocínio lógico, poder de decisão, trabalho em equipe, entre outros, esta caracterização de formação de corpo disciplinado, adestração e repetição de exercícios com vistas à aptidão física, não é mais central para a formação do trabalhador de novo tipo para o capital. Portanto, para esta autora, sob o ponto de vista imediato, a Educação Física não faria parte do projeto pedagógico dominante para a escola pública, ficando secundarizada enquanto disciplina escolar, mas, ao mesmo tempo, ocorre uma intensificação nos interesses das práticas corporais, nos espaços privados, se apresentando como um diferencial para a formação de alunos nas escolas particulares.

Quando a Escola Superior de Educação Física do Pará - ESEFPA, foi criada, em 1970, os currículos de formação profissional em Educação Física eram regidos pela Resolução nº. 69/69 do CFE, formulada com base no Parecer nº. 894/69 do CFE. Essa resolução fixava os mínimos de conteúdo e a duração do Curso de Educação Física e especificava, também, que a formação do professor de Educação Física seria feita em curso de graduação que conferiria o título de Licenciado em Educação Física e Técnico de Desportos.

A Educação Física, nesse período de regime militar, se constituiu em um instrumento importante no contexto da segurança nacional e para a formação de mão-de-obra saudável para o desenvolvimento econômico.

A orientação no ensino da Educação Física, na década de 1970, era uma orientação com ênfase na aprendizagem tecnicista, em detrimento das disciplinas que orientam os alunos a uma reflexão crítica. Com predomínio do conteúdo esporte, em sua dimensão técnica, enfatizava a repetição mecânica dos movimentos com estafetas (formação em fila de alunos para organizar atividades competitivas), sem uma progressão dos fundamentos ensinados durante as séries. Essa orientação estava inserida no contexto da política educacional da época (NOZAKI 2004).

As disciplinas da área desportiva e biológica apresentavam uma carga horária bem superior, configurando um currículo desportivizado com um perfil de professor mais técnico, mais instrumental.

O inchaço de disciplinas do campo desportivo pode ser explicado pelas determinações do momento, quando o esporte torna-se uma razão de estado. A realização do Diagnóstico da Educação Física e desportos no Brasil, a criação em 1970 do Departamento de Educação Física (DED), o Decreto Lei nº. 69450/71, que regulamentou a Educação Física em todos os graus de ensino, o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED), para o período 1976-1979, são indicadores da intervenção da ditadura civil-militar pós-64, para a formação da tecno-burocracia e do planejamento governamental na área de Educação Física e Esportes (BETTI, 1988).

A formação do professor era a de um técnico generalista, ou seja, um profissional capaz de absorver vários conhecimentos técnicos que serviriam para o desempenho de suas atividades na Educação Física Escolar e a formação, apoiada em bases ideológicas tecnicistas, tornava o papel do professor inexpressivo na constituição de uma base teórica capaz de emancipar os indivíduos a pensar e agir por conta própria. Neste sentido, estes formatos curriculares instrumentalistas inibiam perspectivas de contraposição ao sistema e faziam da educação um forte instrumento de perpetuação dos interesses dominantes.

Azevedo comenta que:

Os profissionais que saíam formados por esse modelo de curso continuavam essencialmente técnicos, com uma fundamentação teórica de atendimento ao exercício da técnica profissional exercida, ainda desprovida de um corpo filosófico-sociológico consistente, apesar das disciplinas pedagógicas (AZEVEDO, 2004, p. 136).

Nesta concepção, o profissional técnico é um mero repassador de conhecimentos prontos e acabados, o que torna a educação algo mecanicista e instrumental distante da realidade concreta dos educandos.

Neste sentido, o regimento de 1970 do Curso de Educação Física da UEPA atendia às propostas vigentes na Resolução 69/69 e também as expectativas do contexto da época, com a Educação Física servindo aos interesses do Estado, como instrumento de segurança nacional e para o desenvolvimento econômico.

1.2.2 O currículo prescrito e o perfil profissional no regimento de 1973

Em 1973 foi aprovado um segundo regimento da Escola Superior de Educação Física pela Resolução nº 44 do Conselho Estadual de Educação (Diário Oficial do Estado do Pará, 22/05/1973), que apresentava a mesma finalidade e os mesmos cursos de graduação: Curso Superior de Educação Física e Curso de Técnica Desportiva.

A admissão era feita por meio de Concurso de Habilitação e poderiam concorrer todos os candidatos que concluíram os estudos no 2º grau ou equivalente. O concurso de habilitação constava de exames de aptidão morfofisiológico, provas de aptidão física e provas escritas.

No novo regimento ocorreram mudanças na carga horária, que aumentaram o curso em mais um ano, com inclusão de disciplinas e a criação de mais dois departamentos, com o desmembramento do departamento Gímnico desportivo.

Com relação à organização didática o regimento de 1973 diz que “o currículo de cada curso será constituído por um conjunto de disciplinas em obediência à legislação vigente, com aprovação do Conselho de Professores e órgãos competentes” (PARÁ 1973, p. 18).

O Curso Superior de Educação Física, conforme o regimento, teria a duração mínima de 1800 horas-aulas, ministradas no mínimo em 6 semestres e, no máximo, em 10 semestres e era constituído das seguintes disciplinas: Anatomia I e II, Biologia I, Biometria I, Cinesiologia I, Didática I, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, Estudos de Problemas Brasileiros I e II, Fisiologia I e II, Fisioterapia I, Higiene I e II, História, Legislação, Organização e Administração da Educação Física e dos Desportos I, II e III, Psicologia da Educação I e II, Prática de Ensino I, Socorros de Urgência I, Sociologia I, Atletismo I, II, III, IV, V e VI, Desportos (exceto atletismo e natação) I, II, III, IV, V e VI, Ginástica I, II, III, IV, V, e VI, Natação I, II, III e IV, Recreação I, II e III, Rítmica I, II, III e IV. O curso de Técnica Desportiva seguia as mesmas normas do regimento anterior.

O controle de aproveitamento era feito pelo sistema de créditos; o número mínimo de créditos para graduação era de 120, sendo 60 créditos para aula teórica e 60 créditos para aula prática ou trabalho; cada departamento seria responsável pelo número de créditos de sua disciplina; a verificação da nota de aproveitamento na disciplina era feita através da média entre as notas de frequência nas aulas teóricas, nas aulas práticas, na apresentação de trabalhos e também nas provas escritas, nas provas práticas e nas provas práticas orais.

Nesse regimento de 1973 houve um aumento no número de departamentos com a divisão do departamento Gímnico desportivo em departamento de atividades individuais, departamento de ginástica e arte corporal e departamento desportivo. Ficou assim a divisão dos departamentos e suas disciplinas:

Departamento Pedagógico (Didática, Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus, História, Legislação, Organização e Administração da Educação Física, Da Recreação e dos Desportos, Psicologia da Educação, Sociologia, Estudo de Problemas Brasileiros e Prática de Ensino).

Departamento Biológico (Anatomia, Biologia, Biometria, Fisiologia, Fisioterapia, Cinesiologia, Higiene, Socorros Urgente, Traumatologia e Metabologia).

Departamento de Atividades Individuais (Atletismo, Natação, Box, Judô, Karatê e Esgrima).

Departamento de Ginástica e Arte Corporal (Ginástica, Ginástica Olímpica, Recreação, rítmica, Pesos e Halteres, Saltos Ornamentais e Natação Sincronizada).

Departamento Desportivo (Handebol, Basquetebol, Futebol, Futebol de Campo, Pólo Aquático, Remo, Tênis e Voleibol) (PARÁ, 1973)

Este é o desenho curricular oferecido em 1973:

Quadro 5. Desenho Curricular 1973 - Sistema de Crédito

PRÁTICAS		BIOLÓGICAS	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	CH
Atletismo I	45	Anatomia I	45
Atletismo II	45	Anatomia II	45
Atletismo III	45	Higiene	75
Atletismo IV	45	Biologia	45
Atletismo V	45	Socorros Urgentes	60
Atletismo V I	45	Cinesiologia	75
Basquetebol I	45	Fisiologia	90
Basquetebol II	45	Fisioterapia	75
Ginástica Geral I	45	Biometria	75
Ginástica Geral II	45		
Ginástica III	45		
Ginástica IV	45		
Ginástica Olímpica I	45		
Ginástica Olímpica II	45		
Handebol I	45		
Handebol II	45		
Judô	45		
Natação I	45		
Natação II	45		
Natação III	45		
Natação IV	45		
Recreação I	45		
Recreação II	45		
Rítmica I	45		
Rítmica II	45		
Rítmica III	45		
Rítmica IV	45		
Voleibol I	45		
Voleibol II	45		
Tênis de Quadra	45		
Futebol de Campo I	45		
Futebol de Campo II	45		
Futebol de Salão	45		

Fonte: Desenho curricular 1973, Curso de Educação Física.

As mudanças no novo regimento de 1973 ocorreram principalmente na duração do Curso que, em 1970, era de 3 anos e, em 1973, passou para 4 anos; no aumento da carga horária que passou de 2079 em 1970 para 2760 horas (o mínimo oferecido nos dois regimentos era de 1800 horas-aula); no aumento de disciplinas que, em 1970, eram 36, passando em 1973 para 55. Este aumento se deu principalmente na área de conhecimentos desportivos, o que demonstra não ter havido alteração em relação ao que ocorria no regimento de 1970.

No eixo de formação geral biológica os desenhos curriculares se mantiveram estáveis, com as mesmas disciplinas, com apenas uma diferença, que foi a inclusão da Disciplina Anatomia II com carga horária de 45 horas (ver anexo 09).

No eixo de formação geral humanístico houve a inclusão das Disciplinas: Língua Portuguesa e Comunicação com 75 horas, Psicologia II 45 horas e Inglês/Frances/Espanhol com 45 horas; além desta fusão houve também a mudança de nomenclatura de Educação Moral e Cívica I, II, III com o total de 100 horas, para Estudos dos Problemas Brasileiros I, II com o total de 90 horas e a disciplina Sociologia teve a carga horária diminuída de 75 para 45 horas (ver anexo 10).

No eixo de formação técnico-desportiva foi onde aconteceu a maior inclusão de disciplinas com o desmembramento dos Desportos I, II, e III para: Basquetebol I e II, Handebol I e II, Voleibol I e II, Futebol de Campo I e II, Ginástica Olímpica I e II, Judô, Futebol de Salão, Tênis de Quadra, História e Administração, Legislação e Organização de Competições, todas com 45 horas. Houve, também, o acréscimo de disciplinas que já pertenciam ao quadro como: Atletismo IV, V, e VI; Ginástica IV; Natação IV e Rítmica IV todas com 45 horas (ver anexo 11).

No eixo de formação pedagógica o desenho curricular de 1973 contou com mais uma disciplina: Prática de Ensino com 75 horas, enquanto a disciplina Didática teve a carga horária diminuída para 60 horas e a disciplina Estrutura, que era ministrada em 40 horas, passou para 60 horas (ver anexo 12).

Em 1970 não havia o eixo de formação científica, que foi incluído em 1973, com a entrada no desenho curricular, da disciplina Estatística com 60 horas (ver anexo 13).

Conclui-se que, pelos desenhos curriculares e pelos eixos de formação, não houve alteração em relação ao que ocorria no regimento anterior, permanecendo, desse modo, a mesma concepção desportivizada de Educação Física do período pós-64, e o mesmo perfil profissional de um técnico desportivo e generalista.

1.2.3 O currículo prescrito e o perfil profissional no regimento de 1979

Em 17 de maio de 1979 o Conselho Estadual de Educação aprova a alteração de regimento pela Resolução nº. 172, da Escola Superior de Educação Física do Pará. Este regimento dizia que a Escola Superior de Educação Física do Pará era uma instituição de ensino superior mantida pela Fundação Educacional do Estado do Pará (extinta em 24/02/1994), atual Universidade do Estado do Pará.

Tinha como objetivos:

Atuar no campo de ensino superior em áreas necessárias ao desenvolvimento da educação; contribuir para que um maior número de jovens tivesse acesso à educação; incrementar e desenvolver a cultura e a educação; promover a pesquisa, com vistas a contribuir para a elevação do índice educacional do país; habilitar profissionais para atender as necessidades do país, mas em especial para fixação dos graduados na região; promover a cultura física, desenvolver a vida social dos alunos e manter vivos os ideais de brasilidade e os de solidariedade humana (PARÁ, 1979, p. 05).

A Escola continuava oferecendo as graduações em Licenciatura em Educação Física e Técnico em Desportos. Com relação ao currículo, no artigo 57 – Dos Currículos e Programas - o regimento diz que “o currículo pleno de cada curso compreende as disciplinas do currículo mínimo, as disciplinas obrigatórias correspondentes ao desdobramento das disciplinas do currículo mínimo e as que a Escola achar necessárias” (PARÁ, 1979, p. 19).

Para admissão na Escola Superior de Educação Física ainda eram exigidos o exame médico e a prova de aptidão física, ambos eliminatórios na fase classificatória do vestibular.

Os departamentos continuaram os mesmos, mas foram numerados para ajudar na codificação das disciplinas: pedagógico - 01, biológico - 02, de atividades individuais - 03, de ginástica e arte corporal - 04 e o desportivo - 05; as disciplinas foram codificadas e divididas em disciplinas básicas, disciplinas eletivas, disciplinas profissionais, disciplinas complementares obrigatórias e disciplinas complementares optativas, dentro dos cursos de Educação Física (EF) e Treinamento Desportivo (TD). Como no exemplo:

Departamento Biológico: 02
Anatomia Cd: EF0201
Biologia Cd: EF0202
Biomecânica II Cd: TD0205

Departamento Desportivo: 05
Handebol I Cd: EF0501
Basquetebol III Cd: TD0507
Voleibol II Cd: EF0515

O controle da integralização curricular continuava pelo sistema de créditos, sendo que o curso de Educação Física tinha uma carga horária de 2685 horas, com 130 créditos e o mínimo exigido na legislação era de 1800 horas.

Quadro 6. Desenho Curricular 1979

Práticas		Biológicas	
Disciplinas	Ch	Disciplinas	Ch
Atletismo I	45	Anatomia	45
Atletismo II	45	Higiene	75
Atletismo III	45	Biologia	45
Atletismo IV	45	Socorros Urgentes	60
Basquetebol I	45	Cinesiologia	75
Basquetebol II	45	Fisiologia	90
Ginástica I	45	Fisioterapia	75
Ginástica II	45	Biometria	75
Ginástica III	45		
Ginástica IV	45	Pedagógicas	
Ginástica Olímpica I	45	L. P. C	75
Ginástica Olímpica II	45	E. P. B I	45
Handebol I	45	E. P. B II	45
Handebol II	45	História E Administração	45
Judô	45	Legislação E Org. De Competição	45
Natação I	45	Sociologia	45
Natação II	45	Didática	60
Natação III	45	Psicologia I	45
Natação IV	45	Psicologia II	45
Recreação I	45	Prática De Ensino	75
Recreação II	45	Estrutura	60
Rítmica I	45	Estatística	60
Rítmica II	45	Inglês – Eletivo	45
Rítmica III	45	Francês – Eletiva	45
Rítmica IV	45	Espanhol – Eletiva	45
Voleibol I	45		
Voleibol II	45		
Tênis de Quadra (Co)	45		
Futebol de Campo I	45		
Futebol de Campo II	45		
Futebol de Salão (Co)	45		

Fonte: Desenho Curricular 1979, Curso de Educação Física.

Não houve muitas mudanças no regimento de 1979 com relação ao regimento anterior. A carga horária do curso passou de 2760 horas para 2685 horas, diminuiu em 75 horas, com a retirada de duas disciplinas desportivas, o que não chega a alterar a estrutura do curso.

Nota-se, pelas disciplinas oferecidas, ainda a predominância nas áreas técnicas desportivas e biológicas, com uma representatividade muito pequena na área pedagógica, o que caracteriza uma concepção de Educação Física desportivizada, com um perfil de professor técnico generalista.

O eixo de formação geral biológica apresentou uma estabilidade nas matrizes, com algumas mudanças na carga horária da Disciplina Biologia, apresentando aumento de carga horária de 45 horas para 60 horas, e as Disciplinas Anatomia I e II, com 45 horas cada uma em 1973, passaram para a Disciplina Anatomia com uma carga horária de 90 horas em 1979 (ver anexo 09).

O eixo de formação geral humanística (ver anexo 10) não apresentou mudanças nos seus desenhos curriculares; no eixo de formação técnico-desportiva (ver anexo 11) houve a retirada das Disciplinas Atletismo V e VI, mantendo uma estabilidade nas demais disciplinas; e no eixo de formação pedagógica e o eixo de formação científica não apresentaram nenhuma alteração (ver anexos 12 e 13).

Nesse contexto, da década de 1970, os conhecimentos adquiridos concentravam-se nas disciplinas do eixo de formação desportiva e do eixo de formação biológica. Estes eixos davam sustentação ao desenvolvimento do currículo desportivizado, direcionado para uma formação técnico-instrumental, apolítica, acrítica, ahistórica. O técnico desportivo ou treinador (com formação profissionalizante) foi a figura representativa do professor de Educação Física, que dominou nas escolas durante este período, entrando em conflito, reduzindo e enfraquecendo, o papel a ser desenvolvido pelo licenciado (com formação pedagógica). O desenvolvimento da aptidão física, a ocupação do tempo livre dos estudantes, uma melhor imagem do Brasil no campo do desenvolvimento e do rendimento esportivo internacional eram alguns dos objetivos da Educação Física para atender às determinações do sistema esportivo nacional e da segurança nacional como instrumento do governo federal (regime autoritário militar) desse momento histórico (David 2003).

Esse regimento manteve a mesma concepção e o mesmo perfil dos regimentos de 1970 e 1973. A concepção de uma Educação Física desportivizada e o perfil do profissional de um técnico desportivo foram resguardados nesse documento, atendendo aos interesses e objetivos almejados pelo Estado. Nesta

perspectiva, conclui-se que a Educação Física mantinha-se como instrumento ideológico do regime militar.

1.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA QUE PERPASSOU OS CURRÍCULOS PRESCRITOS NOS PRIMEIROS REGIMENTOS

A concepção de Educação Física, adotada nos três primeiros currículos prescritos para o Curso ofertado pela Escola Superior de Educação Física, revela os diversos interesses políticos, sociais e econômicos daquele contexto. Se de um lado coadunava-se com os interesses do Estado, sob os auspícios da ditadura militar que governou o país após o golpe militar de 1964, por outro, satisfazia os espíritos nacionalistas e patrióticos criados pelo próprio regime. A Educação Física esportivizada servia como vitrine de um governo que se pretendia forte e soberano, idealizado por um Estado autoritário, em sintonia com o modelo de ordem e de progresso desejado pelos militares.

Com a apresentação, nos currículos prescritos da década de 1970, de um predomínio na carga horária das disciplinas da área desportiva (em torno de 55%) e biológica (em torno de 22%), em detrimento de disciplinas voltadas para a formação pedagógica (em torno de 7%) e para uma pequena ingerência de disciplinas nas áreas de humanas (em torno de 11%) e científicas (em torno de 2%), demonstrando ênfase no enfoque técnico-desportivo e biológico, fica comprovada uma concepção de Educação Física competitivista, com o predomínio de uma formação de cunho tecnicista, direcionada à formação de profissionais treinadores, vinculados à prática do rendimento e à *performance* desportiva (ver anexos 9 a 14).

Estes desenhos curriculares projetavam a Educação Física e seu profissional num cenário sedutor, que é o das competições, o dos jogos, o das olimpíadas. Basta lembrar que no campo ideológico mundial, a guerra fria mantinha em campos opostos os Estados Unidos da América e (ex) União das Repúblicas Soviéticas que, dentre outras coisas, se rivalizavam nos esportes, sobretudo na ginástica olímpica. O ocidente lia o espetáculo da ginástica feita no leste europeu e demais países de orientação socialista, a partir da técnica e da dedicação do atleta e de seu instrutor em favor do esporte e da nação em detrimento dos interesses pessoais e

individuais. Falava-se de perfeição e de superação de obstáculos sem levar em consideração as diferenças concretas nas condições de ensino-aprendizagem, de investimentos e de políticas públicas voltadas para educação.

Nesta perspectiva, a Educação Física se projeta como importante elemento para a formação de indivíduos cidadãos, afinados com a idéia nacional de superação e de desenvolvimento. A lição a ser ministrada é a de que a competição e a superação individual dos obstáculos são fundamentais para a vida. Estes valores elementares se constituem nos objetivos a serem alcançados. Por este prisma esportivista e competitivista é que a sociedade moderna avaliará e validará a Educação Física.

Ora, se de um lado o currículo do Curso de Educação Física se manifesta no caráter desportivo que o caracteriza na prática, por outro se observam que tais práticas não se sustentam sem a intervenção de novos saberes. É neste sentido que se analisa a vinculação da prática da Educação Física ao avanço científico nas áreas da Fisiologia do Esforço, da Biomecânica, do Treinamento Desportivo etc. A ginástica, o treinamento, os jogos recreativos, ficam submetidos ao desporto de elite e o desporto de alto nível é o paradigma para toda a Educação Física.

Conforme Fensterseifer (1999, p. 9), com a subordinação da Educação Física ao Esporte, destacou-se o papel assumido pela técnica e também os princípios que o determinam, como os princípios da sobrepujança e das comparações, a seleção dos mais habilidosos, a especialização visando canalizar todos os esforços para um esporte e a instrumentalização corporal na busca incessante de ganhos de performance. O mesmo autor afirma que “as instituições de ensino superior, [...] superdimensionavam o saber técnico e as capacidades físicas em seus currículos, utilizando-os, inclusive, como critério seletivo para ingresso em seus cursos” e que a formação teórica dos profissionais era limitada aos “aspectos técnico-instrumentais, o que, via de regra, os mantinha afastados das discussões mais amplas travadas na escola e na própria sociedade”.

Betti (1988, p. 130) afirma que, como resultado do currículo mínimo, originou-se “um currículo balizado pela esportivização e bastante superficial” e que “sob este currículo expandiram-se os Cursos Superiores de Educação Física na década de 1970. [...]”. Diz ainda que “a formação inadequada dos recursos humanos foi um dos

fatores mais importantes que levaram a uma crise profunda da Educação Física Escolar ao final do período”.

Esta concepção ia ao encontro da proposta de um “Brasil - Potência”, e a Educação Física contribuiu através do esporte como um dos sustentáculos ideológicos do Estado. Caberia à Educação Física elevar os níveis de aptidão física da população, fornecer campeões que pudessem fazer a propaganda do governo e também atuava como pacificador dos movimentos sociais. Num período em que era importante o clima de desenvolvimento e prosperidade, com a eliminação das críticas internas e dos movimentos estudantis, o binômio Educação Física/Esporte passou a contribuir para desviar a atenção das questões sócio-políticas e contribuir para a construção do modelo de corpo apolítico (CASTELLANI FILHO, 1988; GHIRALDELLI, 1991).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, a concepção de Educação Física, que norteou o currículo prescrito nos primeiros regimentos, revelou as ações e interesses do Estado, bem como as capacidades dos indivíduos, como sujeitos sociais em diferentes contextos, de ressignificar estas concepções com vistas a atender às necessidades locais e, desse modo, interagir com as diversas situações do cotidiano, seja para ratificar a ordem vigente, ou para criticá-la.

2 AS REFORMAS CURRICULARES IMPLANTADAS NO CEDF-UEPA EM 1982 E 1988

2.1 O CONTEXTO HISTÓRICO EM QUE OCORRERAM AS REFORMAS CURRICULARES DE 1982 E 1988 IMPLEMENTADAS NO CEDF-UEPA

A década de 80 do século XX marca o início do processo de redemocratização do País, marcada pelo processo de abertura política e desgaste do governo militar, em que o Brasil encontrava-se em uma grande crise financeira e educacional. A educação passava por profundas transformações no que diz respeito ao tipo de funções que destinavam ao desenvolvimento do cidadão enquanto agente participativo dessas mudanças.

2.1.1 As Mudanças Sofridas pelo Curso de Educação Física no Brasil na Década de 1980

O curso de Educação Física viveu uma crise e procurou justificar seu papel na sociedade e nas transformações sociais e questiona sobre o processo de formação dos seus professores. A escola deixou de ser o único mercado de trabalho para o professor de Educação Física, e esse fenômeno se relaciona com as mudanças no contexto sócio-político e econômico brasileiro, principalmente, na emergente valorização da prática da atividade física como forma de promoção social e de culto ao corpo, apoiado em um discurso de combate ao sedentarismo, com a finalidade de melhorar as condições de saúde e de vida, servindo assim para ampliar o mercado de trabalho do profissional de Educação Física.

Conforme Kuns et all (1998), esse fenômeno sociocultural denominado de “esportivização da sociedade”, fez com que os cursos de licenciatura plena em Educação Física incorporassem nos seus currículos várias disciplinas (musculação, Ginástica de academia etc.) para atender a essa demanda crescente nos diferentes campos de atuação não-escolar, provocando “a descaracterização da especificidade dos currículos dos cursos de licenciatura plena e, por outro, não dava consistência à formação das competências específicas requeridas para atuação profissional nos

diferentes campos de trabalho[...]” (p. 39). Em consequência disso, os cursos desenvolveram uma perspectiva de licenciatura ampliada para atender ao campo escolar e ao campo não escolar.

O Governo Federal publica o III Plano Setorial de Educação Cultura e Desporto (PSECD) 1980/1985, com os seguintes objetivos: ampliar as oportunidades educacionais, especialmente para os grupos mais carentes; diminuir as disparidades regionais; introduzir mudanças significativas nos conteúdos curriculares; e valorizar a função docente.

Betti (1988) comenta que alguns dados quantitativos mostram o panorama da situação educacional do período. Em 1980, 26% da população de 15 anos para cima eram analfabetos, mas houve melhoras com relação aos períodos anteriores a 1970, pois essa taxa era de 33% e, em 1950, era de 51%. As taxas de repetência e evasão continuavam altas, pois, de cada 1000 alunos que entraram na 1ª série do 1º grau em 1969, apenas 178 alunos concluíram a 8ª série e 110 alunos concluíram o 2º grau em 1980; índices um pouco melhores que no período de 1959-1970, que foram de 77 alunos concluindo o 1º grau e 58 alunos concluindo o 2º grau, respectivamente.

Em 1981, foram elaborados as Diretrizes Gerais para a Educação Física e Desportos e, com prenúncios de mudanças em sua concepção, foram estabelecidos os seguintes objetivos:

Promover e aperfeiçoar programas de conscientização de toda a população para a importância da prática regular das atividades físicas, sua necessidade e seus valores, com ênfase sobre as populações carentes das zonas urbanas e rurais; desenvolver ações que visem a incorporar, efetivamente, o hábito da prática regular da Educação Física na escola, com prioridade para a faixa de educação pré-escolar e as quatro primeiras séries do 1º grau; desenvolver programas de desporto que visem a melhoria das elites nacional, estadual e municipal (BRASIL 1981 apud BETTI 1988, p, 136).

Segundo Betti (1988), vários problemas foram detectados na área escolar, como a inexistência nas escolas de espaços e instalações para a prática da Educação Física; uma Educação Física deficiente da 5ª à 8ª séries; a quase

inexistência da prática de Educação Física de 1ª à 4ª séries; e uma formação deficiente dos professores da área, em consequência da proliferação de cursos sem as menores condições de proporcionar um ensino de boa qualidade, currículos desajustados e pessoal docente desqualificado.

Novas diretrizes foram definidas para a Educação Física e concentravam seus esforços na expansão da Educação Física no 1º grau, principalmente nas quatro primeiras séries; implantar programas para a faixa de educação pré-escolar; e aprimorar os cursos de formação de professores de Educação Física e adequar as necessidades do ensino de 1º grau e pré-escolar.

Com essa prioridade de ensino para a pré-escola e as quatro primeiras séries, foi diagnosticada uma inadequação na formação de professores nessa área, pois a prioridade dos cursos de Educação Física se dirigia para a 5ª série do 1º grau em diante, com uma preocupação na aprendizagem de habilidades esportivas. Em razão disso, Betti (1988, p. 137) diz que foi proposta uma Educação Física caracterizada por “uma educação psicomotora, fundamentada nos aspectos de crescimento e desenvolvimento da criança, agindo simultaneamente sobre os domínios cognitivo, afetivo e motor”.

Em 1982, o Departamento de Educação Física e Desportos (DED) do MEC mudou para Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) elevando seu status. Tinha a finalidade de:

[...] subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes no campo da Educação Física e desportos; planejar, coordenar e supervisionar a sua execução em âmbito nacional; prestar cooperação técnica e assistência financeira supletiva as unidades federadas e as instituições de ensino e de prática desportiva, bem como as entidades nacionais dirigentes do desporto; e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente (BRASIL 1985 apud BETTI 1988, p, 134).

A partir de 1982, com a volta dos primeiros pós-graduados em Educação Física do exterior, com a criação de cursos de pós-graduação em Educação Física no país, com o aumento do número de publicações especializadas, com a realização de congressos, simpósios e cursos de especialização, há uma grande divulgação de

novas idéias em Educação Física, com um maior embasamento científico e reflexão teórica.

Em 1983 foi criada a Comissão de Pesquisa em Educação Física e Desportos (COPED), por meio da Portaria SEED nº 09/83, que tinha a finalidade de assessorar a Secretaria de Educação Física e Desportos (SEED) nos assuntos relacionados à pesquisa na área, em todos os níveis de análise, como sociológico, pedagógico e psicológico.

Vários seminários foram realizados nessa década que discutiram e avaliaram a formação profissional na área e também a alteração do currículo dos cursos superiores de Educação Física, a saber: em 1981, em Florianópolis, em que defendiam a formação do especialista versus o generalista; em Curitiba, 1983, houve um acordo entre os defensores das formações de especialistas e generalistas; e, a partir de 1984, houve seminários em São Paulo, Santa Maria, Viçosa e Brasília que defendiam a formação do Bacharel.

A Carta de Belo Horizonte, elaborada em 1984, faz reflexões e sugestões sobre a Educação Física nesse período, mostra suas contradições, avanços e retrocessos. No capítulo destinado à Educação Física, Educação e Cultura, diz que:

a Educação Física, no Brasil, na busca de sua identidade cultural, ultrapasse o atual estado de alienação, falta de autenticidade e autoritarismo, e se apresente como fenômeno social de marcante universalidade, passando a constituir um segmento essencial da Educação, a fim de contribuir para o desenvolvimento integral de indivíduos autônomos, democráticos, críticos e participantes,[...] que a Educação Física brasileira, desenvolvida em âmbito formal e informal, atenda a todos, sem discriminação, integrando-se ao esforço geral de uma educação e cultura comprometidas com a transformação social e com construção de uma nova sociedade (2001, p. 10).

A Carta de Belo Horizonte tinha também como preocupação a organização política da área, por meio da mobilização do professorado e da opção pelo associativismo (FARIA JUNIOR, 2001).

Conforme Pereira Filho (2005), Souza Neto (2004), Azevedo e Malina (2004), em 1987, dezoito anos após a Resolução CFE n. 69/69, que instituiu o currículo

mínimo, e após uma série de discussões compreendidas no período de 1978 a 1986 (em agosto de 1978 foi promovido um seminário que marcou o início das discussões sobre a reforma curricular dos cursos de Educação Física), foi promulgada a Resolução CFE nº. 03, de 16 de junho de 1987, que regulamentava uma nova reforma curricular, conferindo aos currículos a flexibilidade reclamada, que não deveriam ser iguais, nem quanto ao perfil desejado e nem também quanto à estruturação e quanto às matérias que os comporiam, transferindo esta responsabilidade para as Instituições de Ensino Superior (IES); em seu artigo 1º, possibilitava uma formação diferenciada em Licenciatura ou Bacharelado em Educação Física; em seu 4º artigo aumentava a carga horária mínima do curso de 1800 horas-aula para 2880 horas-aula, que deveriam ser cumpridas no mínimo em 4 anos e no máximo em 7 anos; suprimiu a composição de grades curriculares por meio de disciplinas de conteúdos e instituiu as áreas de conhecimento; e, no seu 5º artigo, tornou obrigatório tanto o estágio curricular, com a duração mínima de um semestre, quanto a apresentação de uma monografia no final do curso.

Este currículo contemplava grande parte das deliberações tomadas nas reuniões dos coordenadores de Cursos e nas discussões que eram travadas nos cursos de Educação Física do país e, de acordo com Kunz et al (1998, p. 38), a criação do Bacharelado foi “ uma resposta aos argumentos de que a formação do licenciado não vinha atendendo ao desenvolvimento das qualificações e das competências necessárias à intervenção do profissional nos diversos campos de trabalho não-escolar”.

Esta resolução aprovava o terceiro modelo oficial de currículo para a formação dos profissionais em Educação Física, na qual conforme seu o artigo 3º a nova estrutura curricular dos cursos passaria a ter duas partes: a primeira parte de Formação Geral subdividida em área de conhecimento de cunho humanístico, que compreendia o conhecimento filosófico, do ser humano e da sociedade (20% da carga horária) e área de conhecimento técnico (60% da carga horária) e a segunda parte com o Aprofundamento de Conhecimentos (20% da carga horária).

A introdução de disciplina denominada “Aprofundamento de Conhecimentos” representou uma importante inovação nessa reforma curricular, pois permitia ao aluno escolher a área de seu interesse para aprofundamento de conhecimentos,

visando a sua inserção no mercado de trabalho. O parágrafo 3º do artigo 3º da resolução 03/87 determinava que cabia:

Aos interesses dos alunos, criticar e projetar o mercado de trabalho considerando as peculiaridades de cada região e perfis profissionais desejados. Será composta por disciplinas selecionadas pelas IES e desenvolvidas de forma teórico-prática, permitindo vivências de experiências no campo real de trabalho (BRASIL, MEC/CFE, 1987).

As mudanças verificadas nesse período apontavam a trajetória percorrida, no contexto nacional, pelo Curso de Educação Física, na década de 1980, no sentido de se adequar às novas exigências do campo epistemológico, do mercado e da sociedade. Essas exigências repercutiram também, em nível local, provocando alterações nas matrizes curriculares de 1982 e 1988.

No Pará, na década de 1980, vários grupos empresariais nacionais e estrangeiros foram atraídos pela existência de grandes reservas minerais. Houve a implantação de vários projetos econômicos industriais de mineração como: o complexo minero-metalúrgico de Carajás; o projeto da Mineração Rio do Norte (extração de bauxita); o projeto Albrás-Alunorte (extração de alumina e alumínio), propriedade da Companhia Vale do Rio Doce.

Devido a esse processo de industrialização com os projetos econômicos implantados na região, o Pará, fazendo parte da Amazônia Legal, teve seu crescimento econômico intensificado. No período de 1980 a 1990, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), na Amazônia Legal foi de 5,6%, enquanto no Brasil foi na ordem de 1,6% (CHAVES, 2005). Esta autora afirma que este crescimento econômico foi direcionado, principalmente, para o mercado externo e que, no contexto regional, a maior parte das atividades econômicas eram desenvolvidas em pequenos negócios,

desde a pequena produção agrícola até a transformação de bens primários em pequenas unidades produtivas (setor alimentar, de fármacos, de cosméticos, de metais, de madeiras etc.) ou de comércio, representando um montante considerável de geração de renda e emprego, com grande potencial de expansão (ibid, p. 154).

Verifica-se, com isso, que a sociedade da região não foi beneficiada pelo processo de industrialização, mantendo seu modelo econômico primário-exportador.

No período de 1983-1987 Jader Barbalho, então Governador do Estado do Pará, fazia oposição ao governo militar; em consequência disto, não poderia esperar ajuda financeira do governo federal. Relacionado a este motivo, seu governo apresentou as diretrizes para a educação nas propostas a seguir:

Abandonar os meios convencionais como forma de atacar as profundas deficiências que o setor apresenta. Somente os meios alternativos e poupadores de recursos poderão alterar a situação presente; produzir livros didáticos para o ensino fundamental e médio no próprio Estado, através da formação de equipes com postura interdisciplinar, para que o texto didático tenha relação com o contexto sócio-cultural paraense, o que não acontece presentemente; reciclagem urgente do quadro docente da rede pública e qualificação dos docentes leigos; criação urgente de uma rede pública pré-escolar, especialmente no interior do Estado; construção de novas escolas pela própria comunidade – através de mutirões, associações etc. – para suprir o déficit do ensino pré-escolar e do ensino médio; criar mecanismos que permitam uma participação efetiva da comunidade na administração, orientação e construção de escolas; interiorização do ensino fundamental e médio; criação de um plano intensivo e alternativo de alfabetização de adultos no qual fossem utilizados estudantes universitários como monitores, aproveitando-se os períodos de férias (JORNAL DE CAMPANHA. PMDB 1982 apud TAVARES NETO 1998, p. 52)

Essas diretrizes tinham a finalidade de transformar a estrutura educacional vigente e resolver as pendências herdadas dos governos anteriores.

No Governo de Hélio Gueiros, pelo período de 1987 a 1990, o sistema educacional seria guiado por um Plano Estadual de Educação, com o seguinte objetivo geral: “ampliar as oportunidades educacionais e estimular o ensino de boa qualidade que oriente a formação do aluno para o exercício da cidadania, com ênfase na formação da consciência ecológica” (PARÁ 1987-1990 apud TAVARES NETO p. 56). E com estes objetivos específicos:

Expandir e diversificar a oferta de vagas para atender a clientela escolar na idade própria e os que estão fora dela, visando a redução dos déficits existentes; melhorar as condições materiais e da prática pedagógica do processo educativo visando à formação da cidadania, com ênfase no desenvolvimento da consciência ecológica, e o aumento dos níveis de eficiência escolar e; modernizar o sistema educacional com vistas a maior eficiência e participação dos atores envolvidos: unidades educativas,

peçoal docente, discentes e técnico-administrativo e a comunidade (TAVARES NETO, p. 41).

Durante este governo foram propostas alterações no Plano Estadual e, para realizá-las, vários programas e projetos foram desenvolvidos, como os relativos à expansão e melhoria de ensino com o projeto Novo Instituto da Educação do Pará, que tinha a finalidade de qualificar a formação docente de nível médio; criação do Centro de Informática e Educação, para docentes e discentes se habilitarem na utilização dos recursos dos computadores na educação etc.

Os Governos de Jader Barbalho e Hélio Gueiros, conforme Tavares Neto (1998, p. 60), “foram insuficientes para superar as carências educacionais no Estado”, dando início à década de 1990 com os mesmos problemas educacionais das décadas de 1970 e 1980, como o analfabetismo, baixa qualificação docente, altas taxas de repetência, reprovação e evasão, e um significativo número de crianças excluídas do ensino educacional.

Neste panorama, a Educação Física merecia atenção especial em virtude das mudanças e exigências apontadas pela sociedade da época. O que se observa na prática, no entanto, é que apenas um pequeno número de Escolas de Educação Física se adequou de imediato às transformações sociais em curso. No que diz respeito ao CEDF – UEPA, teremos a oportunidade, a seguir, de refletirmos sobre a realidade do mesmo no que tange ao currículo prescrito e ao perfil profissional adotados nesse período.

2.2 AS REFORMAS DE 1982 E 1988 NO CEDF-UEPA: CURRÍCULO PRESCRITO E PERFIL PROFISSIONAL

A década de 1980 presenciou um significativo desenvolvimento da Educação Física no Brasil, com uma maior fundamentação científica e propostas inovadoras, conforme visto anteriormente.

2.2.1 O Currículo Prescrito e o Perfil Profissional na Reforma de 1982

A Resolução nº 247 de 10 de dezembro de 1981 do Conselho Estadual de Educação (CEE), autoriza a alteração no regimento da ESEFPa. Conforme o Parecer nº 258/81- CEE, esta mudança ocorre pela necessidade da Escola acompanhar o vestibular unificado da Fundação Educacional do Pará (FEP) previsto em razão do regime seriado, uma vez por ano. Por este motivo a Escola passou do regime semestral e matrícula por disciplina, para o regime anual e seriado, sendo necessária uma alteração no regimento nos seguintes artigos: art. 60 (relativo aos créditos e pré-requisitos); art. 70 (ano letivo); art. 73 (concurso vestibular); os artigos 82, 84, 85, 87 e 91 (relativos à matrícula e vagas); art. 104 e 105 (avaliação do rendimento escolar); e o art. 217 (disposições gerais e transitórias).

O CEDF ainda estava sob a vigência da Resolução nº. 69/69 do CFE, e as mudanças regimentais e curriculares ocorridas não alteraram o perfil do profissional e aprofundaram a tendência desportiva e biológica definida pelo currículo mínimo estabelecido pela resolução 69/69 do CFE. Assim, exigem-se destes profissionais um perfil técnico e desportista, capaz de conduzir alunos para a prática desportiva e que pouco incentivava a formação holística do educando.

Quadro 7. Desenho Curricular 1982 - Sistema Seriado

1ª SÉRIE		2ª SÉRIE	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	CH
Anatomia	90	Cinesiologia	60
Biologia	60	Fisiologia geral	60
Ginástica geral	60	Rítmica	60
Atletismo	90	Natação	90
Higiene	60	Recreação	90
Educação musical	60	Atletismo	90
Estudos Problemas Brasileiros	60	Ginástica geral	60
Língua Portuguesa e Comunicação	90	História e legislação	60
Estatística	60	Judô	60
Inglês/espanhol	60	Ginástica olímpica	90
Karatê (optativa)	60		
Antropologia cultural (optativa)	60		

3ª série		4ª série	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	
Treinamento desportivo	60	Prática de ensino	90
Psicologia do desenvolvimento	60	Fisioterapia	60
Fisiologia do esforço	60	Estrutura de funcionamento de 1º e 2º	60
Voleibol	90	Biometria	60
Didática	60	Sociologia	60
Natação	90	Basquetebol	90
Rítmica	60	Ginástica Rítmica Desportiva	90
Tênis de quadra	60	Futebol de campo	90
Organização de competições	60	Handebol	90
Socorros urgentes	60	Rítmica	60
Futebol de salão (optativa)	60	Pólo aquático (optativa)	60
Prática coreográfica (optativa)	60	Saltos ornamentais (optativa)	60
		Pesos e halteres (optativa)	60

Fonte: Desenho Curricular 1982, Curso de Educação Física.

No eixo de formação geral biológica de 1982 várias disciplinas tiveram sua carga horária diminuída de 75 para 60 horas, como: Higiene, Cinesiologia, Fisiologia, Fisioterapia e Biometria. Houve a inclusão da disciplina Fisiologia do Esforço com 60 horas (ver anexo 09).

No eixo de formação geral humanístico os desenhos curriculares apresentavam as mesmas disciplinas, com aumento na carga horária na Disciplina Língua Portuguesa e Comunicação que passou para 90 horas, Sociologia que passou para 60 horas e Inglês, Francês e Espanhol também com 60 horas. Houve a junção das disciplinas EPB I e II com um total de 90 horas para EPB com 60 horas e Psicologia I e II com 90 horas, para Psicologia do Desenvolvimento com 60 horas (ver anexo 10).

No eixo de formação técnico-desportiva em 1982, foram acrescentadas mais três disciplinas: Educação Musical com 60 horas, Treinamento Desportivo com 60 horas e Ginástica Rítmica Desportiva com 90 horas (ver anexo 11).

Houve a junção das disciplinas sem perda de carga horária (90 horas): Atletismo I, II, III, IV para Atletismo I,II; Basquetebol I e II para Basquetebol; Ginástica I, II, III, IV para Ginástica I e II; Ginástica Olímpica I, II para Ginástica Olímpica; Handebol I, II para Handebol; Natação I, II, III, IV para Natação I e II; Recreação I, II para Recreação; Ritmica I, II, III, IV para Ritmica I, II, e III; Voleibol I,II para Voleibol, Futebol de Campo I e II para Futebol de Campo.

As disciplinas Tênis de Quadra e Judô tiveram a carga horária aumentada para 60 horas e as disciplinas História e Administração, Legislação e Organização tiveram aumento de carga horária (para 60 horas), e a nomenclatura substituída respectivamente por História e Legislação, e Organização de Competições. A disciplina Futebol de Salão saiu do desenho curricular de 1982.

No eixo de formação pedagógico no desenho curricular de 1982, houve aumento de carga horária na disciplina Prática de Ensino para 90h e mudança de nomenclatura da disciplina Estrutura para Estrutura de Funcionamento de 1º e 2º Graus com a mesma carga horária (ver anexo 12).

Em contrapartida, verifica-se que no eixo de formação científica não houve mudanças (ver anexo 13).

As alterações identificadas no currículo prescrito de 1982, embora apontem a inclusão e exclusão de disciplinas, mudanças de nomenclaturas, aumento e redução de carga horária, não sugerem uma ruptura de concepção de Curso e de perfil do profissional de Educação Física. Isto se explica, em parte, pela vigência da Resolução 69/69, que ainda vigorava no país, o qual se mantinha ainda sob o regime militar. O que se pode aventar de relevante sobre o CEDF, nesse período, é a mudança no regime de crédito, para seriado.

A partir de 1987, uma nova legislação entra em vigor e as mudanças decorrentes deste novo documento serão analisadas a seguir.

2.2.2 O Currículo Prescrito e o Perfil Profissional na Reforma de 1988

A Resolução nº. 166, de 11 de abril de 1988, do Conselho Estadual de Educação, aprovou as grades curriculares do Curso de Educação Física – Licenciatura Plena e Curta da ESEFPA. Conforme o Parecer nº. 155/88 – CEE, a Escola submete, ao Conselho, as propostas das novas grades curriculares do Curso de Educação Física, com 3000 horas para a habilitação Plena e 1800 horas para a habilitação Curta, obedecendo aos termos do Parecer 215/87 e da Resolução nº. 03/87, do Conselho Federal de Educação. Este Parecer diz também que para o curso de Bacharelado, a grade curricular seria apresentada posteriormente.

Com a resolução CFE nº. 03/87 um novo modelo curricular denominado de técnico - científico⁵ deveria ser introduzido em superação ao currículo tradicional esportivo, conforme o Parecer CNE/CES 0058/2004.

Esta concepção e esta forma de organização curricular puseram termo ao modelo curricular baseado em um currículo mínimo comum de matérias obrigatórias, em prol de uma concepção curricular aberta e flexível para fazer frente à dinâmica da produção do conhecimento e do próprio mercado de trabalho (p. 03).

Apesar da autonomia, na prática, a mudança na Escola ocorreu no aumento da carga horária, que passou para 3030 horas, onde o mínimo exigido era de 2880 horas e na organização das disciplinas, cumprindo a exigência da reforma. Algumas disciplinas foram excluídas ou fundidas, outras foram incluídas (ver nos comentários após os Desenhos Curriculares) mantendo, entretanto, a continuidade na ênfase das disciplinas nas áreas técnicas- esportivas e biológicas.

O Projeto Político Pedagógico (1999, p. 09) confirma o que foi dito anteriormente ao mostrar que “apesar das discussões ocorridas na maioria das instituições brasileiras, o Curso de Educação Física em Belém, no ano de 1988, fez adequações em relação a algumas disciplinas, apenas para cumprir a formalidade legal”.

Apesar dessa nova proposta de currículo preconizar por uma Formação de um Profissional de Educação Física generalista e humanista, com conhecimentos mais abrangentes, o CEDF/UEPA manteve a formação tradicional do Professor de

⁵ Betti e Betti (1996) identificaram dois tipos de currículos: o currículo **tradicional- esportivo** que enfatiza as disciplinas práticas, especialmente as esportivas. A prática esta baseada na execução e demonstração, por parte do aluno, de habilidades técnicas e capacidades físicas. A ênfase teórica se dá nas disciplinas da área biológico-psicológica: fisiologia, biologia, psicologia etc. A teoria é o conteúdo apresentado na sala de aula e a prática é a atividade na quadra, piscina, pista etc. O currículo de **orientação técnico-científica** valoriza as disciplinas teóricas - gerais e aplicadas - e abre espaço ao envolvimento com as Ciências Humanas e a Filosofia. O conceito de prática é outro: trata-se de ensinar a ensinar. O conhecimento flui da teoria para a prática, e a prática é a aplicação dos conhecimentos teóricos, na seguinte seqüência: ciência básica – ciência aplicada – tecnologia (por este motivo a expressão técnico refere-se à tecnologia de maneira geral, e não a técnicas de movimento, técnicas esportivas). Recebeu influência da concepção que vê a Educação Física como área de conhecimento, que seria responsável pela produção de conhecimentos científicos sobre o “homem em movimento”, nas perspectivas biológica, psicológica, sociológica, etc.

Educação Física que era a de um técnico generalista, com uma concepção de licenciatura ampliada, ou seja, capaz de atender tanto à formação da educação formal quanto a não formal.

Pereira Filho acredita que este profissional:

Deveria dominar os instrumentos, métodos e técnicas [...]; identificar as necessidades regionais, [...] a fim de fazer da Educação Física e dos Desportos um meio eficiente e eficaz de auxílio aos alunos (as), proporcionando-lhes desenvolvimento integral e estimulando-os a um viver cooperativamente dentro da complexidade de nossa atualidade social, política e econômica. (2005, p. 60).

No período acima pesquisado, pouco se percebe com relação à alteração significativa sobre o perfil dos profissionais para atuar no curso de Educação Física. Apesar da tentativa da resolução 03\87 de reorganizar o perfil profissional, o curso continuou a adotar matrizes curriculares pautadas na formação de um profissional técnico e instrumentalizado, porém já se percebe o aparecimento de disciplinas que incentivam a formação mais humanística e reflexiva.

Quadro 8. Desenho Curricular 1988

1ª SÉRIE		2ª SÉRIE	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	CH
Anatomia	90	Metodologia da Pesquisa	60
Biologia	60	Fisiologia Básica	60
Ginástica Geral	60	Sociologia	90
Atletismo	90	Rítmica	90
Higiene	60	Natação	90
Educação Musical	60	Recreação	90
História da Educação Física	60	Basquetebol	90
Língua Portuguesa e Comunicação	90	Handebol	90
Judô	60	Atletismo	90
Inglês	60	Ginástica Escolar	90
Karatê (Optativa)	60	Filosofia da Educação	90
Antropologia Cultural (Optativa)	60		

3ª SÉRIE		4ª SÉRIE	
DISCIPLINAS	CH	DISCIPLINAS	CH
Estrutura de Funcionamento de 1º e 2º Grau	60	Fundamentos de Educação Física Especial	60
Biomecânica	60	Prática de Ensino	90
Fisiologia do Esforço	60	Socorros Urgentes	60
Psicologia da Educação	60	Pesos e Halteres	60
Didática	90	Fundamentos de Fisioterapia	60
Folclore	60	Organização de Competições	60
Natação	90	Ginástica Rítmica Desportiva	90
Ginástica Artística	90	Futebol de Campo	90
Voleibol	90	Biometria	60
Estatística	60	Treinamento Desportivo	90
Tênis de Quadra	60	Pólo Aquático (Optativa)	60
Futebol de Salão (Optativa)	60	Saltos Ornamentais (Optativa)	60
Prática Coreográfica (Optativa)	60		

Fonte: Desenho Curricular de 1988, Curso de Educação Física.

O eixo de formação geral biológica, no desenho curricular de 1988, apresentou um pequeno declínio com a saída da Disciplina Cinesiologia e Biometria com um total de 120 horas, mas inseriu a Disciplina Biomecânica com 60 horas (ver anexo 09).

O eixo de formação geral humanístico teve um incremento de 120 horas com a entrada das disciplinas Filosofia da Educação com 90 horas e História da Educação Física com 60 horas. Apesar de ter sido excluída a Disciplina Estudos dos Problemas Brasileiros com 60 horas; teve um aumento da carga horária de Sociologia para 90 horas e a mudança de nomenclatura da Disciplina Psicologia do Desenvolvimento para Psicologia da Educação mantendo a carga horária em 60 horas (ver anexo 10).

No eixo de formação técnico-desportiva em 1988, entraram as disciplinas: Ginástica Escolar com 90 horas, Ginástica Artística com 90 horas, Pesos e Halteres com 60 horas, Folclore com 60 horas e Fundamentos de Educação Física Especial com 60 horas (ver anexo 11).

As disciplinas Ginástica Olímpica e História e Legislação saíram do desenho curricular.

Houve a junção da Disciplina Ritmica I, II, III, com diminuição da carga horária de 120 horas no total para Ritmica com 90 horas.

No eixo de formação pedagógico houve um aumento na carga horária da disciplina Didática que passou para 90h (ver anexo 12).

No eixo de formação científica, a Disciplina Metodologia da Pesquisa com 60 horas foi incorporada ao desenho (ver anexo 13).

Apesar de anunciado na resolução nº. 166 de 1988, do Conselho Estadual de Educação, o CEDF/UEPA não aderiu ao Bacharelado, permanecendo somente com o curso de licenciatura plena e do técnico desportivo. As mudanças preconizadas na Resolução nº. 03/87, e embaladas na abertura política do país, não obtiveram o sucesso almejado na sua prática, pois o CEDF manteve sua concepção e perfil em cima de um paradigma de uma Educação Física direcionado à aptidão física e desportista. Esta concepção de Educação Física e os resultados práticos da permanência desta concepção no CEDF serão analisados a seguir.

2.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADOTADA

Apesar dos avanços que a Resolução CFE nº. 03/87 trouxe para a formação profissional na Educação Física, como a ampliação da carga horária mínima, que passou de 1800 horas para 2880 horas, a criação de áreas de conhecimentos (filosófico, do ser humano, da sociedade e técnico) no lugar das grades de disciplinas; e a obrigatoriedade da apresentação da monografia na conclusão de curso, na prática as reformulações curriculares, não constituíram grandes avanços para a área, “observando-se nos currículos um inchaço nas áreas esportivas e biológicas e um investimento para atender às demandas emergentes das transformações ocorridas no mercado de trabalho” (ANDRADE FILHO, 2001; AZEVEDO, 2004; SOUZA NETO, 2004).

Taffarel (1992, p. 52) afirma que a Resolução nº03/87, do Conselho Federal de Educação, constituiu uma manifestação para recompor as exigências colocadas pela “reorganização do processo de trabalho no modo de produção capitalista, e, ainda pelos modismos, pelo consumo e pelo marketing empresarial”.

A mesma autora comenta, também, que a reformulação proposta não se concretizou, pois não continha alterações que a sustentassem enquanto reforma:

Não ocorreram alterações significativas, durante a década de 80, na estrutura de organização do processo de trabalho no interior dos cursos de formação; não ocorreram alterações na legislação referente às Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; não ocorreram transformações na forma de administração, transmissão e avaliação do conhecimento no interior dos cursos, ou seja, não mudou a forma de se tratar o conhecimento; continua colocado um descontentamento que vem sendo constantemente expresso, principalmente por estudantes e profissionais e egressos do Ensino Superior, a respeito da formação acadêmica; na realidade dos currículos não ocorreram alterações significativas em termos de mudanças paradigmáticas; o trato com o conhecimento não foi alterado, simplesmente incorporaram-se alguns conteúdos, sem alteração na forma de administrá-los, transmiti-los e avaliá-los, com isto, ampliaram-se para outro curso (Bacharelado) os vícios presentes no curso de Licenciatura, que, por sua vez encontra-se escamoteado e relegado dentro das escolas e departamentos. (TAFFAREL 1992, p. 53).

Os desenhos curriculares de 1982 e 1988 do CEDF/UEPA, conforme a análise feita, não se distanciaram do que ocorreu nos cursos de Educação Física no Brasil, com os debates e movimentos questionando e contestando as práticas e políticas públicas da época e também se compararmos aos desenhos curriculares, adotados na década anterior no CEDF/UEPA, não se percebem alterações significativas, pois tiveram uma modificação na carga horária e na organização das disciplinas; assim, algumas disciplinas foram excluídas e/ou fundidas, e outras foram incluídas para cumprir a exigência da reforma (ver anexos 7 a 11). Por este motivo, manteve-se o enfoque no âmbito técnico-esportivo e biológico com a predominância das disciplinas das áreas desportivas (55%) e biológicas (17%) sobre as disciplinas das áreas pedagógicas (7%), humanas (12%), e científicas (2,5%), apesar de um pequeno aumento na carga horária das mesmas, dando continuidade a uma concepção de Educação Física esportivizada e competitivista.

Conforme Maneschy,

a análise das diversas grades curriculares até hoje instituídas na ESEF-PA, permitem concluir que em nenhuma delas houve qualquer diferenciação entre uma habilitação e outra, senão que sempre prevaleceu a formação de cunho tecnicista e direcionada a formação de profissionais treinadores, vinculados a prática do rendimento e performance esportiva. (MANESCHY, 1996, p. 30)

Assim, o que se percebe é que, apesar da resolução 03/87, mesmo que de forma teórica em algumas instituições, introduziu um modelo e concepção de Educação Física mais voltada para a formação de um profissional que priorizasse questões mais crítico-reflexivas e humanizantes na sua ação cotidiana, muito pouco mudou na estrutura curricular da década de 1980 do CEDF/UEPA.

Esse fato, no entanto, é plenamente compreensível, sobretudo se levarmos em conta a afirmação de Moreira e Silva (2000) que, ao se referir ao currículo, considera as implicações do mesmo no contexto social em que ele está inserido. Para ele, “o currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas [...]” (ibid. p. 08). Ora, tendo em vista que o fim do regime militar nos anos de 1980 não representou o fim do domínio das relações de poder instituídas socialmente, era de se esperar que os currículos como construtos sociais, também não avançassem. Neste sentido, o conservadorismo e o tradicionalismo que os currículos prescritos desta época revelaram advêm da concepção de Educação Física tradicionalmente construída pela geração anterior, a saber, a competitivista. Não sem razão, essa concepção esteve arraigada à gênese e à natureza do próprio curso.

Por outro lado, quando se fala da concepção de Educação Física que perpassou os currículos prescritos na década de 1980, deve-se considerar o quadro político da época. Desde os finais dos anos de 1970 já se observava a efervescência dos movimentos em favor da abertura política. Vários setores da sociedade engajavam-se na luta contra a ditadura militar e, nesse contexto, professores e estudantes se destacaram. Isto significa dizer que a atmosfera nacional inspirava os segmentos sociais diversos à busca pela mudança. Certamente que, embalados

nessa rede de relações sociais, os profissionais de Educação Física também criaram expectativas de mudanças.

O resultado destas disputas políticas nas eleições que se sucederam após as “Diretas Já” nos ajuda a entender o processo de construção do currículo desse período. No caso aqui pesquisado, compreende-se que o currículo que se prescreve é a representação das disputas e das lutas políticas do período. Claro que, valho-me novamente da idéia de que o currículo é um construto social e que, portanto, representa as vozes e as tensões dos sujeitos sociais que participam direta ou indiretamente de sua elaboração.

Parte-se desta premissa também para entender a concepção de Educação Física como elemento constituinte das lutas e das tensões sociais inerentes aos processos de construção curricular. Assim sendo, evidencia-se, através do desenho curricular já exposto no item anterior, as rupturas e permanências constantes do período. Em outras palavras, se é fato que as disputas políticas se polarizavam no quadro nacional em representantes de projetos sociais distintos, no que se refere à elaboração curricular, é possível, na década de 1980, enxergarmos concepções polarizadas igualmente, a saber, a que percebe a Educação Física com caráter competitivista e aquela que esboça, em sua prática, algo mais voltado para as necessidades individuais e específicas de cada grupo social.

O abandono de disciplinas relacionadas à formação científica e a redução de disciplinas pedagógicas e humanísticas, conforme observado nos desenhos curriculares de 1982 e 1988, podem ser classificadas como rupturas. Quanto às permanências, consideram-se as disciplinas desportivas e biológicas que foram mantidas. Estas permanências não desmerecem em hipótese alguma o esforço dos profissionais do período em questão ao tentarem modificar o desenho curricular, apenas dão conta de entender esta geração como uma geração em transição, em busca de novos parâmetros que fundamentem suas conquistas e idéias sobre a Educação Física.

É nesta perspectiva que iremos abordar os anos de 1990 que, em tese, teriam feito a diferença ao permitir que as reformas curriculares no final do século XX se apoiassem tanto quanto possível na concepção de uma Educação Física democrática em franco diálogo com as demais ciências e áreas do conhecimento.

3 AS TRANSFORMAÇÕES VERIFICADAS NO CURSO E NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO FINAL DO SÉCULO XX E NO INÍCIO DO SÉCULO XXI - O CURRÍCULO DE 1999

3.1 O CONTEXTO HISTÓRICO DA REFORMA CURRICULAR DE 1999 OCORRIDA NO CEDF-UEPA

No final do século XX e início do século XXI, o Curso de Educação Física passou por profundas mudanças estruturais. Estas mudanças influenciaram diretamente na formação do profissional desta área. O PPP de 1999, na forma em que se apresentou, tinha o texto final que revelou uma nova concepção de Educação Física. Desta feita, a ênfase foi dada ao desenvolvimento de habilidades e de competências necessárias ao cidadão do novo milênio. A trajetória destas mudanças e os novos rumos seguidos pelo curso serão analisados a seguir.

3.1.1 Os Novos Rumos para os Cursos de Educação Física no Brasil no Contexto das Reformas Educacionais Neoliberais

Na década de 1990 a reforma educacional começou a desenvolver-se por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para Educação Nacional, n.º 9394/96, e do Plano Nacional de Educação (PNE) de 09 de janeiro de 2001, apresentando-se numa perspectiva de dar forma às políticas neoliberais, caracterizadas principalmente pela privatização.

Estas políticas, segundo Enguita (1996), proclamaram o discurso do Estado Mínimo, no qual se deixou de investir na área de educação e em serviços públicos essenciais à população. O Governo brasileiro, ao assumir declaradamente o neoliberalismo, comprometeu as políticas públicas educacionais e alinhou-se à nova ordem mundial.

No Governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), em decorrência das políticas adotadas, o Ensino Superior sofreu o impacto do sucateamento das Universidades públicas pelos cortes de verbas, e não abertura de concursos públicos para professores e funcionários técnico-administrativos. Em decorrência deste descaso expandiu-se o ensino superior privado e, com isso, o governo conseguiu implementar uma política de privatização não declarada para o ensino. No caso do estado do Pará, o número de IES privadas cresceu assustadoramente. A capital, Belém, possuía 28 IES que funcionavam regularmente e, dentre essas, existiam universidades que prestavam serviços fora de sua sede. Contraditoriamente o Ensino Público Estadual e Federal continuavam estagnados em apenas duas universidades federais e uma estadual. (CHAVES, 2005).

Em 1995, a Lei nº. 9.131 recriou o Conselho Nacional de Educação (CNE), que tinha como um de seus objetivos a deliberação sobre as Diretrizes Curriculares propostas para os cursos de graduação, dando início à fase de implementação das políticas sociais do governo federal voltadas para a capacitação de recursos humanos.

Em 1996, Paulo Renato de Souza, Ministro da Educação do Governo Fernando Henrique Cardoso, pronunciou-se sobre os pilares de sua política para a reforma Universitária, que traziam em si as recomendações do Banco Mundial, que eram: Avaliação Institucional e Exame Nacional de Cursos (Provão); Autonomia Universitária; e Melhoria do Ensino, por meio do Programa de Gratificação e estímulo à Docência (GED). Estes pilares consolidam o projeto neoliberal para as propostas de “autonomia universitária”, com a intenção de privatização da universidade pública brasileira, descomprometendo o Estado com o seu financiamento (MATA, 2005).

Conforme Arroyo (2000), a implementação destas políticas avaliativas de caráter quantitativo objetivaram oportunizar, ao governo, uma diagnose da situação educacional brasileira; entretanto, acredita-se que dados quantitativos não representavam a veracidade dos fatos essenciais, ou seja, não se esperava que o retrato ofertado por essas políticas avaliativas do ensino brasileiro pudessem ser consideradas como únicas norteadoras de políticas públicas de resignificação do ensino superior.

No final do século, com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, e com a lei nº 9. 696/98, que regulamentou a profissão de Educação Física, delineou-se um novo desenho curricular⁶ para a Educação em geral e um novo campo de intervenção profissional da Educação Física. Estes dois documentos tornaram legal a matriz de competências como orientadora da organização curricular dos cursos de graduação em Educação Física.

As transformações que ocorreram no perfil do profissional de Educação Física, com a expansão do mercado de trabalho (clubes, academias, clínicas etc.), gerando crescimento e ampliação (via mídia, modismo etc.) dos espaços para atividades corporais e esportivas; com o desenvolvimento do paradigma da saúde e da aptidão física, impuseram novas frentes para o profissional da área, gerando uma crise nos cursos de formação quanto ao perfil desse profissional.

Oliveira (2000, apud SOUZA, 2007) diz que o mercado de trabalho para o profissional de Educação Física está dividido em cinco áreas: escola (creche/pré-escola, ensino fundamental, médio e superior); saúde (hospitais, clínicas de recuperação – cardíaca e fisioterápica, clínicas de reeducação motora, centro de tratamento de distúrbios motores/mentais e outros); lazer (clubes, hotéis, estâncias hidrominerais, hotéis fazenda, SESI, SESC, animação de festas e outros); esporte (profissional e amador – clubes esportivos, empresas, prefeituras, clubes sociais etc., escolas de natação, escolas de tênis); e empresa (indústria, academias, escolinhas de forma geral e outros).

Essa divisão que Oliveira (op.cit.) aponta representou a ampliação do mercado de trabalho do profissional de Educação Física para outras áreas. A concepção da escola, como único reduto de atuação deste profissional, ficou ultrapassada, posto que as ofertas ampliadas no mercado de trabalho transpuseram as fronteiras escolares. Além disso, as exigências da sociedade emergente, como uma melhor qualidade de vida e promoção de saúde, requeriam um profissional com habilidades e competências suficientes para atender a essa demanda.

⁶ O quarto modelo curricular para os cursos de Formação de Professores em Educação Física nasce embasado em três orientações normativas: Resolução nº 1/2002 e nº 2/2002 do CNE, dando integralidade e terminalidade à licenciatura, designada tecnicamente de Formação de Professores na educação Básica; e a Resolução nº 7/2004 do CNE para Graduação na Educação Física, antigo bacharelado.

Nozaki (2004) comenta que o reordenamento do trabalho do professor de Educação Física se processou em dois momentos: em primeiro lugar houve uma desvalorização do magistério que acompanhou os ajustes estruturais do neoliberalismo e, durante essa desvalorização, houve a secundarização da Educação Física, ocasionada através das demandas da formação do trabalhador de novo tipo e, em segundo lugar, o profissional de Educação Física vislumbrou a possibilidade de atuar no campo das práticas corporais do meio não-escolar (academias de ginástica, clubes, condomínios, nos espaços de lazer etc.), sendo identificada com a perspectiva da promoção da saúde e da obtenção da qualidade de vida caracterizada pela precariedade do trabalho.

Assim, percebe-se que estas reestruturações iam ao encontro das políticas de competências, habilidades e atitudes exigidas pelo governo que proporcionavam um curso mais centrado na formação holística do profissional, nas áreas pedagógica e humanas, distanciando-se das questões técnico-metodológicas, até então presentes nos currículos dos cursos de Educação Física; entretanto, estes momentos de mudanças e incertezas na reformulação curricular dos cursos, promoveram reflexões sobre até que ponto os currículos poderiam realmente garantir a formação mais integral do profissional de Educação Física, fazendo questionamentos como: Será que esta reformulação ocorreria de forma significativa no novo milênio?

O processo de construção das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de professores para os cursos de graduação em Educação Física será comentado em um breve histórico a seguir.

Em 1997 o CNE lançou o Edital n.º 4/97, da Secretaria de Ensino Superior (SESU) do MEC, que convocava as instituições a apresentarem propostas para as novas diretrizes curriculares dos cursos, que seriam elaboradas pelas Comissões de Especialistas nomeadas pelo SESU/MEC; e nesse mesmo ano seria lançado o Parecer n.º 776/97 do MEC, que indicava as orientações gerais para a formulação das diretrizes curriculares dos cursos de graduação. As Diretrizes Curriculares conforme o Parecer 776/97:

Constituem no entender do CNE/CES, as orientações para a elaboração dos currículos que devem ser necessariamente respeitadas por todas as

instituições de ensino superior. Visando assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes (p. 06).

O Parecer 776/97 apontava como princípios: possibilitar diferentes formações e habilitações para cada área; privilegiar áreas de conhecimento ao invés de disciplinas e cargas horárias definidas na composição dos currículos; definir competências e habilidades adaptadas às exigências da sociedade; garantir liberdade às IES para definir pelo menos 50% do total dos conteúdos curriculares, de acordo com suas especificidades, permitindo uma flexibilização na construção dos currículos plenos; e buscava a redução do tempo de duração do curso.

De acordo com o Parecer 776/97, as diretrizes curriculares deveriam assegurar ampla liberdade às instituições de ensino superior na composição da carga horária e especificação do campo de estudo a ser ministrado. Deveriam, também, incentivar uma sólida formação geral, diferentemente do currículo mínimo que se caracterizou por excessiva rigidez na fixação detalhada de mínimos curriculares. Conforme o Parecer nº 776/97 (Brasil, p.02), “o currículo mínimo se revela ineficaz para garantir a qualidade desejada, além de desencorajar a inovação e a benéfica diversificação da formação oferecida”, resultando em uma gradual diminuição da margem de liberdade para as instituições organizarem suas atividades de ensino.

Simultaneamente foi nomeada uma Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física (COESP/EF), que deveria elaborar as novas diretrizes curriculares da área. Tomaram como ponto de partida a Resolução n. 03/87 e lançaram como proposta final que a formação profissional da área seria desenvolvida em curso de graduação, conferindo ao formando o título de Graduado em Educação Física, habilitado a atuar dentro e fora da escola. Sustentava a tese da licenciatura ampliada (generalista) e a necessidade da reunificação das habilitações em Educação Física. Essa proposta produzida pela COESP/EF, em 1999, ficou suspensa, aguardando a apreciação no CNE.

3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE 1999: O NOVO DESENHO CURRICULAR E O PERFIL PROFISSIONAL ALMEJADO

A reestruturação curricular no Curso de Educação Física da UEPA, em razão das alterações promovidas para atender à legislação vigente e aos novos rumos da Educação, foi bastante ampla e envolveu o redimensionamento do conhecimento necessário à formação de um bom profissional de Educação Física, com um perfil inovador e ao fazer uma análise do curso, quanto aos conhecimentos filosóficos, humanos, da sociedade e técnicos, revelou-se que “a natureza do ensino [...] é eminentemente instrumental, sem uma fundamentação teórica aprofundada por ser atividade exclusivamente prática com o intuito de manter a ordem e a disciplina [...]” (PPP, 1999, p. 10).

Esse tipo de formação voltada “ao saber fazer de forma prática e mecânica”, foi muito discutida pelos profissionais da área e, com o despertar de uma sociedade atenta às necessidades emergentes. Neste sentido o PPP apontou:

a necessidade de se discutir o papel do Curso de Educação Física junto à sociedade, como agente formador, visando viabilizar uma formação humanizante que atenda aos anseios do profissional, da comunidade acadêmica e da sociedade à qual este profissional irá atuar (PPP, 1999, p. 09).

O PPP de 1999 seguiu as diretrizes vigentes na época, contidas na Resolução 03/87 (que, entre outras coisas, instituiu a Licenciatura e o Bacharelado); na LDB 9394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais, bem como levou em consideração as propostas de Diretrizes Curriculares para os cursos de Educação Física que estavam em discussão e que resultaram na Resolução 07/04 do CNE, que instituiria as Diretrizes Curriculares Nacionais, para os cursos de graduação em Educação Física, em nível superior de graduação plena (PPP 1999).

O curso foi estruturado por meio do Projeto Político Pedagógico (P. P. P), construído com a adoção de uma metodologia participativa, composta pelo colegiado do curso e, posteriormente, por um grupo de trabalho (GT), que foi formado por interesse e compromisso de seus integrantes e membros da

comunidade, entre professores, alunos, funcionários e comunidade externa (P. P. P. 1999).

Os novos rumos do CEDF foram apontados baseados nos anseios e desejos da comunidade acadêmica, norteadores da elaboração desse projeto e que almeja:

um curso que tenha um currículo regionalizado, com a tríade ensino-pesquisa-extensão enfatizada e inter-institucional, corpo docente em permanente capacitação, uso prioritário das instalações para os alunos e interiorização do curso (PPP, 1999, p. 13).

O projeto visava “atender às demandas do mercado, ter uma função social definida e identificar sua intervenção pedagógica” (PPP 1999, p. 14).

O PPP (1999, p. 18), “conferiu ao curso a habilitação em licenciatura voltada para a Educação Básica”, e ficou definido como curso de Licenciatura em Educação Física, tendo como principal eixo a formação em Educação Física Escolar e uma formação simultânea, em que o aluno de acordo com seus interesses, aprofundava seus conhecimentos, nas áreas do treinamento das atividades físicas e do lazer. Assim, o desenho curricular do curso tinha, nas disciplinas obrigatórias, a formação em Licenciatura em Educação Física Escolar e, nas disciplinas eletivas, que correspondem a todas as disciplinas esportivas e algumas da área de Biologia, o aprofundamento, que atenderia à necessidade da atuação no ensino informal⁷.

Os critérios avaliativos do curso, conforme o PPP (1999, p. 19), passaram de uma avaliação “tradicional e autoritária”, para uma avaliação de “natureza participativa e emancipatória”, contribuindo “[...] efetivamente para a formação e elemento potencializador do ato criativo e produção de conhecimento [...]”.

A organização e o anseio de mudanças, na estrutura do curso de Educação Física, revelaram a necessidade de transformação da prática curricular para uma perspectiva mais ampla, que destinava conhecimentos mais filosóficos, humanísticos e capazes de favorecer a formação de um profissional reflexivo e

⁷ Ensino Informal: academias, clubes, spa's, empresas, condomínios fechados, associações atléticas, federações e confederações desportivas, hospitais, etc.

integrado com o contexto atual. Isto se confirmou com as modificações na reestruturação do currículo, caracterizadas pelo aumento na carga horária que passou para 3060 horas. Algumas disciplinas foram retiradas do desenho curricular e outras foram incluídas (ver nos comentários sobre os eixos de formação, após o quadro 09). Houve mudanças nas denominações de algumas delas também. Todas as disciplinas esportivas passaram a ser eletivas. A pesquisa científica, as disciplinas metodológicas e filosóficas foram incrementadas com um aumento na carga horária e no número de disciplinas.

A apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso tornou-se obrigatória para os concluintes. Uma exigência para obtenção do diploma e uma oportunidade para socializar a pesquisa, de modo que o caráter científico e acadêmico do curso se consolidava.

Acreditou-se que, atender a este perfil dos profissionais do século XXI, torna-se um grande desafio para as licenciaturas, pois estas necessitaram reorganizar seus desenhos curriculares, na tentativa de oportunizar conhecimentos válidos pela sociedade, que exigia um profissional mais contextualizado e atento às mudanças no cenário da era globalizada (GENTILLI, 2000).

O PPP (1999, p. 14) buscou um curso com uma concepção ou diversas, que ajudassem “na constituição de um curso que contribua para a formação de um homem capaz de elaborar sínteses analíticas da realidade e transformar essa realidade” e também que “contribua para a formação de um profissional capaz de além de identificar o que a EF tem feito hoje, produzir conhecimentos e propor alternativas sociais para a cultura corporal” (ibid p. 16).

Com a obrigatoriedade da apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a pesquisa científica teve sua carga horária aumentada de 120h para 360h, o que foi um grande avanço para o CEDF, propiciando ao aluno desenvolver uma maior capacidade crítica.

Em decorrência do aumento da carga horária da pesquisa, das disciplinas de caráter pedagógico, filosófico e humanista, na formação do profissional de Educação Física, acreditava-se que esta estrutura curricular atendesse mais plenamente ao que o P. P. P estabelecia, porém vale pontuar uma reflexão que se fez presente neste cenário: ao adotar tais posicionamentos e concepções sobre o perfil do

profissional mais humanístico, crítico e reflexivo, em detrimento das ações técnicas e específicas do fazer deste profissional, não se estaria inibindo o potencial prático da formação de que estes educadores necessitariam nas suas atividades cotidianas?

No contexto da educação contemporânea, Saviani (1997) aborda que de nada adianta um profissional estar repleto de teorias e argumentações, sobre como fazer para garantir aprendizagens mais significativas e concretas na escola. Também, não se pode esperar que esta aprendizagem ocorra por profissionais que possuem apenas experiências vindas da sua ação cotidiana. Para o autor, o mais centrado seria a união da teoria com a prática, a qual denomina de práxis pedagógica. Tornar esse momento possível é tarefa de todos os envolvidos no contexto educacional e, ao educador, cabe uma reflexão constante sobre sua ação cotidiana.

O desenho curricular, as ementas e os objetivos das disciplinas foram construídos pelos professores e pela comunidade. As disciplinas do desenho curricular foram distribuídas de acordo com a Resolução 03/87, já com vistas à nova proposta, que estava para ser aprovada e quando isto ocorresse, seriam feitos somente alguns ajustes (PPP 1999).

O currículo pleno para os cursos de formação de professores em Educação Física conforme determinam as Diretrizes (Res. nº.03/87, PPP 1999), deveria ter duas partes, o Conhecimento identificador da área e o Conhecimento identificador do tipo de aprofundamento. O primeiro dividido em Conhecimento de Formação Básica (conhecimento do homem e sociedade; conhecimento científico-tecnológico; conhecimento do corpo humano e desenvolvimento) e Conhecimento de Formação Específica (conhecimento didático pedagógico; conhecimento técnico-funcional aplicado; conhecimento sobre a cultura do movimento). O segundo representado pelas disciplinas eletivas e com aprofundamento nas áreas de Treinamento das atividades físicas e do Lazer, por opção da comunidade acadêmica.

O quadro 9 representa a matriz curricular do curso atual de Educação Física.

Quadro 9. Desenho Curricular de 1999

1º SEMESTRE- DISCIPLINAS e CH		
1.	Técnicas de Estudo e Pesquisa	60
2.	Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física	60
3.	História da Educação Física e dos Esportes	60
4.	Fundamentos e Métodos do Jogo	120
5.	Fundamentos e Métodos do Esporte	120
TOTAL de CARGA HORÁRIA		420
AULAS SEMANAIS		28

2º SEMESTRE – DISCIPLINAS e CH		
1.	Bases Fisiológicas Aplicadas à Educação Física	60
2.	Bases Sociológicas Aplicadas à Educação Física	60
3.	Fundamentos da Administração de Eventos em Educação Física	60
4.	Fundamentos e Métodos da Ginástica	120
5.	▪ Optativa I: Futsal/Natação/Pólo Aquático	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		300
AULAS SEMANAIS		26

3º SEMESTRE- DISCIPLINAS e CH		
1.	Cinesiologia	90
2.	Bases Psicológicas Aplicadas à Educação Física	60
3.	Fundamentos e Métodos das Atividades Rítmicas	120
4.	Pensamento Pedagógico da Educação Física Brasileira	60
5.	▪ Optativa II: Fisiologia do Exercício/Ginástica Contemporânea/Basquete	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		420
AULAS SEMANAIS		28

4º SEMESTRE- DISCIPLINAS e CH		
1.	Bases Filosóficas Aplicadas à Educação Física	60
2.	Fundamentos do Lazer I	90
3.	Fundamentos e Métodos das Lutas	120
4.	▪ Optativa III: Biomecânica/Folclore/Handebol	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		360
AULAS SEMANAIS		24

5º SEMESTRE– DISCIPLINAS e CH		
1.	Didática Aplicada à Educação Física	60
2.	Desenvolvimento e Aprendizagem	60
3.	Fundamentos da Educação Física Adaptada	90
4.	Legislação da Educação Física e dos Esportes	90
5.	▪ Optativa IV: Crescimento e Desenvolvimento Motor/Voleibol/Fundamentos do Lazer II/Dança	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		390
AULAS SEMANAIS		26

6º SEMESTRE– DISCIPLINAS e CH		
1.	Teoria e Metodologia da Pesquisa	60
2.	Prática Docente I	150
3.	Bases do Treinamento Aplicado à Educação Física	60
4.	▪ Optativa V: Medidas, Avaliação e Estatística Aplicada à Educação Física/Tênis de Quadra/Atletismo	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		360
AULAS SEMANAIS		24

7º SEMESTRE– DISCIPLINAS e CH		
1.	Seminário de Projeto de TCC	120
2.	Prática Docente II	150
3.	▪ Optativa VI: Treinamento das Atividades Físicas/Futebol de Campo/Saltos Ornamentais/Ginástica Rítmica Desportiva	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		360
AULAS SEMANAIS		24

8º SEMESTRE– DISCIPLINAS e CH		
1.	Seminário de TCC	120
2.	Prática Docente III	150
3.	▪ Optativa VII: Bases Metodológicas da Musculação/Administração e Marketing das Atividades Físicas/Ginástica Olímpica	90
TOTAL de CARGA HORÁRIA		360
AULAS SEMANAIS		24

Fonte: Desenho Curricular de 1999 do Curso de Educação Física

O eixo de formação geral biológica na matriz de 1999 apresentou um declínio acentuado de 50% na carga horária com a retirada das disciplinas: Fisioterapia, Higiene, Biomecânica, Fisiologia do Esforço e Anatomia (ver anexo 09).

As Disciplinas Fisiologia do Esforço, Biomecânica e Biometria (que passou a ser chamada de Medidas e Avaliação em Educação Física), passaram a ser eletivas.

A disciplina Cinesiologia, com 90 horas, foi novamente incluída com um aumento de carga horária, com a responsabilidade de abordar, também, o conteúdo da Disciplina Anatomia interligada com a Disciplina Fisiologia.

Foram inseridas as disciplinas Bases Biológicas Aplicadas à Educação Física com 60 horas e Bases Fisiológicas Aplicadas à Educação Física com 60 horas.

No eixo de formação geral humanístico, saíram duas disciplinas: Inglês e Língua Portuguesa, que foram absorvidas pela disciplina Técnicas de Estudo e Pesquisa, e que têm, na sua ementa, a interpretação de leituras acadêmico-científicas (ver anexo 10).

As disciplinas Sociologia, Filosofia e Psicologia tiveram uma mudança na nomenclatura com a inserção do termo “Bases Aplicadas”, com carga horária de 60 horas, ficando assim denominadas de Bases Sociológicas aplicadas à Educação Física, Bases Filosóficas aplicadas à Educação Física e Bases Psicológicas aplicadas à Educação Física, além da inclusão da disciplina Desenvolvimento e Aprendizagem com 60 horas.

O eixo de formação técnico-desportiva que representava o destaque dos currículos em Educação Física, constituía um componente sempre com percentual superior a 50% em termos de carga horária. O total de carga horária entre os dois pontos extremos – 1970 a 1999 – diminuiu em quase 50% da carga horária, sem contar com o aumento da carga horária total do curso (ver anexo 11).

Em 1999, todas as atividades esportivas, saíram da matriz obrigatória e passaram a ser optativas como outras disciplinas da área biológica.

Foram alteradas em nomenclatura e carga horária: Fundamentos e Métodos da Ginástica 120 horas, Fundamentos e Métodos das Lutas 120 horas, Fundamentos e Métodos das Atividades Rítmicas 120 horas, Fundamentos do Lazer 90 horas, Fundamentos e Métodos do Jogo 120 horas, Fundamentos e Métodos do Esporte 120 horas, Legislação da Educação Física e dos Esportes 90 horas, Bases do Treinamento Aplicados à Educação Física 60 horas, Fundamentos da Educação Física Adaptada 90 horas e voltou a disciplina Fundamentos da Administração de Eventos em Educação Física 60 horas.

No eixo de formação pedagógica na matriz de 1999, houve um crescimento na faixa de 300% em carga horária desse eixo com o incremento de Prática de Ensino que passou para Prática Docente I, II e III, todas com carga horária de 150hs; Didática passou para Didática aplicada à Educação Física, diminuindo a carga horária; entrou a disciplina Pensamento Pedagógico da Educação Física Brasileira com 60hs e saiu a disciplina Estrutura e Funcionamento de 1º e 2º Graus (ver anexo 12).

Os cinco primeiros desenhos curriculares de 1970 a 1988, praticamente apresentaram as mesmas disciplinas, com mudanças na carga horária, diminuindo ou aumentando, e mudanças na nomenclatura. O conjunto era formado basicamente pelas disciplinas: Didática, Prática de Ensino e Estrutura.

O Eixo de Formação Científica, nos três primeiros desenhos curriculares, só tinha como disciplina Estatística com 60 horas. Esse eixo também teve um incremento de 200% na sua carga horária, apesar da saída da disciplina Estatística (ver anexo 13). Mas, somente a partir da matriz atual, 1999 foi que realmente houve uma preocupação e incentivo à produção científica, com a obrigatoriedade da apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso e a entrada das disciplinas Teoria e Metodologia da Pesquisa com 60 horas, Técnicas de Estudo e Pesquisa 60 horas, Seminário de Projeto de TCC com 120 horas e Seminário de TCC também com 120 horas.

3.3 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ADOTADA NO CURRÍCULO DE 1999

A década de 1990 começou com os impactos das mudanças que concorreram para fomentar a idéia de que uma nova ordem mundial se desenhava no planeta. O contexto era propício à reflexão acerca do homem, do planeta e das políticas de estado que orientariam o novo século. No Brasil, a propaganda dos projetos de arrancada do país para o século XXI tinha em comum os discursos da modernização, do crescimento econômico e do desenvolvimento social da nação brasileira.

Assim, verificou-se que estava em discussão, a educação, a saúde, a segurança e o emprego. A educação, no entanto, já mostrava no setor público ares

de falência e esperava-se que a política educacional contribuísse para as melhorias do Ensino Público no país. Foi nessa expectativa de mudanças que foram engendrados os debates e as articulações para se construir o novo currículo de Educação Física.

Sob a influência das teorias críticas da Educação o curso se vê questionado quanto ao seu papel e a sua dimensão política na sociedade. Houve uma mudança de enfoque com relação a sua natureza que passou de uma visão da área biológica, para uma ênfase nas dimensões afetivas, sociais, cognitivas e psicológicas, vendo o aluno na sua integralidade humana; ampliaram seus objetivos e diversificaram seus conteúdos, deixando para trás paradigmas como aptidão física e esportes (BRASIL, 1997). Todavia, a integralidade humana e suas respectivas dimensões como referencial norteador da Educação Física nos anos de 1990 não foi suficiente para aquietar as críticas ao currículo em questão.

A existência de diversas abordagens resultantes de teorias e concepções psicológicas, sociológicas e filosóficas, ampliou os campos de atuação e reflexão da Educação Física, aproximando-a das ciências humanas, tendo em comum “a busca de uma Educação Física que articule as múltiplas dimensões do ser humano” (BRASIL, 1997, p. 24).

O paradigma contrário ao da aptidão física, conforme o Coletivo de Autores (1993) é o da cultura corporal, que:

busca desenvolver uma reflexão pedagógica sobre o acervo de formas de representação do mundo que o homem tem produzido no decorrer da história, exteriorizadas pela expressão corporal: jogos, danças, lutas, exercícios ginásticos, esporte, [...], que podem ser identificadas como formas de representação simbólicas de realidades vividas pelo homem, historicamente criadas e culturalmente desenvolvidas (p. 38).

Os currículos dos cursos de Educação Física, com a contribuição das disciplinas da área das Ciências Humanas, representadas pela Psicologia, Filosofia, Sociologia e Antropologia, passaram de um currículo esportivizado, centrado em conhecimentos esportivos e biológicos, com uma prática profissional embasada no saber fazer, para um currículo onde o campo de formação básica do aluno é

ampliado através de outras abordagens, que se caracterizam pela realização de uma análise crítica, numa perspectiva de transformação social, dentro de um contexto cultural, político e econômico, onde o movimento humano é entendido em todas as suas dimensões e significados (BRASIL, 1997).

A questão é que essas novas abordagens não se efetivam na prática se não forem pensadas no conjunto da comunidade acadêmica e escolar. A orientação é interessante e instigante; todavia, a complexidade própria da condição humana, dificulta uma ação pedagógica que permita essa dimensão da transformação social de que trata o novo currículo. O desafio, contudo, é colocado. Insinua-se, aqui, a proposição de que a realização desse currículo, com essa abordagem humanista, pode ser uma alternativa para alcançar essa transformação social, porém não é a única. Tem-se, neste caso, como exemplo, as concepções Pedagógica, Popular, Progressista, Aberta, Crítico-Superadora, Crítico-Emancipatória, Construtivista e Sistêmica etc. que uma vez colocadas em prática apontam os limites e avanços teóricos próprios de abordagens conceituais.

O curso de Educação Física da UEPA, com o PPP 1999 e um novo desenho curricular, sem dúvida superou uma trajetória de curso caracterizado desde sua criação por uma concepção de curso desportivizado, sem uma fundamentação teórica nas disciplinas pedagógicas, filosóficas e sociológicas. A predominância nas disciplinas das áreas de esportes e biológicas, no antigo currículo, corroborou na formação de um profissional acrítico e ahistórico, com um perfil profissional voltado para o técnico-desportivo e instrumental. O novo currículo, no entanto, enfatizava em conformidade com o PPP de 1999, uma formação humanizante que atenderia aos anseios do profissional da comunidade acadêmica e da sociedade. Neste sentido, o que passa a caracterizar o profissional de EF, na atualidade, é a sua capacidade de articular o conhecimento acadêmico e científico às necessidades sociais emergentes. Essa articulação deve mobilizar, entre outras coisas, o caráter humanista e humanitário desse profissional.

Após o currículo de 1999, houve uma reorientação nas concepções e práticas no âmbito pedagógico (com um aumento na carga horária de 200%), e científico (com um aumento de 300%), com a finalidade de formar um professor com um perfil polivalente, crítico, com capacidade de decisão e interatividade e com uma concepção de curso voltada para a Licenciatura, para a docência, que tem como

objetivo geral “formar professores qualificados para agir, atuar, desenvolver e implementar a atividade docente expressa no trabalho pedagógico em diferentes campos de trabalho, mediado pelo objeto – práticas corporais, esportivas e de lazer” (PPP 1999). Esse profissional em conformidade ao PPP teria a responsabilidade de participar não somente da educação formal como no passado. Sua responsabilidade social o instigaria a ampliar sua ação à comunidade como extensão da docência. Esta práxis elevaria não só a importância do Curso, mas do próprio profissional que, neste serviço prestado à comunidade, revelaria a concepção humanista presente no PPP de 1999.

O caráter tecnicista e competitivista da Educação Física, neste contexto, são eliminados. O contato com a comunidade e com os problemas vivenciados pelos docentes e discentes, na Academia e nos projetos sociais, acirraram a criticidade e a politização dos profissionais de Educação Física; no entanto, isto não significa dizer que estas posturas críticas e politizadas só se efetivaram a partir dos currículos da década de 1990. Dizer isto seria negar as outras formas e os outros espaços de educação e de formação do indivíduo; seria negar a participação, ainda que sutil e desconhecida, de profissionais da área nas mobilizações e nos protestos contra os regimes ditatoriais vigentes ao longo da história deste país, o que pode ser um interessante objeto de estudo. Quero dizer, aqui, que é na década de 1990 que o currículo do CEDF/UEPA, assume um caráter crítico e politizado em seu desenho curricular; talvez, é claro, pelo diálogo mais profícuo com as Ciências Humanas e com a comunidade, veiculado no Projeto Político Pedagógico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto apresentou uma breve retrospectiva a respeito do processo de estruturação e reestruturação dos currículos dos cursos de Educação Física, a partir da documentação disponível nos acervos visitados e consultados. Leis, decretos, grades e desenhos curriculares, manuais, revistas e livros foram considerados como fontes para a escrita da história do currículo de Educação Física. A análise dessa documentação é que me possibilitou dialogar com os intelectuais que pesquisam sobre o tema aqui abordado e foram estes diálogos que me permitiram fazer as reflexões sobre a história do currículo do Curso de formação do profissional de Educação Física no CEDF/UEPA.

Quanto ao Perfil Profissional de Educação Física, este, em seu processo histórico, sofreu várias transformações devido às várias funções sociais que assumiu ao longo do tempo; às vezes, como protetor da saúde da sociedade; às vezes, como agente da eugenia com vistas a melhorar a raça humana; às vezes, como disciplinadora de corpos para a manutenção da ordem e da segurança nacional; e também com a finalidade de melhorar e qualificar a mão-de-obra produtiva para o país. Todos estes aspectos, que configuraram o perfil do professor, variavam apenas com as peculiaridades do contexto histórico a que estavam inseridas.

O currículo, levando em conta as transformações ocorridas e as determinações dos perfis, sofreu algumas reconceituações, passando de estruturas curriculares tradicionais conservadoras, estruturadas com base em grades e conteúdos disciplinares, ligadas a normas de saúde e de segurança nacional, baseadas em modelos fechados, como o currículo mínimo nacional para, a partir do final de 1980, apresentar uma estrutura mais aberta, dinâmica, flexível e se orientar por áreas de conhecimento.

Constata-se que, até a implantação do PPP 1999, a trajetória da existência do CEDF-UEPA foi formada por um processo histórico em que os conteúdos de ensino concentravam-se na área de esportes e nas disciplinas biológicas, que davam sustentação ao seu desenvolvimento, caracterizando o curso com uma concepção desportivizada, com uma natureza instrumental, sem uma fundamentação teórica

principalmente nas áreas metodológicas, filosóficas e pedagógicas, formando um profissional com um perfil técnico desportivo.

No regimento de 1970, a Educação Física estava orientada por uma aprendizagem tecnicista, com predomínio das disciplinas desportivas e biológicas, configurando um currículo esportivizado e um perfil de profissional técnico esportivo. Esse inchaço de disciplinas desportivas, conforme visto anteriormente, se explica pelo contexto da política educacional da época, quando o esporte, naquele momento, era do interesse do país, com a finalidade de formar atletas que conquistariam medalhas olímpicas.

No regimento de 1973, apesar de ter havido algumas mudanças como o aumento na duração do curso que passou de três (03) para quatro (04) anos, o aumento da carga horária que passou de 2079 horas para 2760 horas (o mínimo para os dois regimentos era de 1800 horas), o aumento de disciplinas que passaram de 36 para 55, aumento este que ocorreu principalmente nas disciplinas esportivas, não se observou nenhuma alteração com relação à concepção de Educação Física e ao perfil de profissional almejado do regimento de 1970.

No regimento de 1979 quase não houve alteração na estrutura do curso, apesar da diminuição da carga horária de 2760 horas para 2685 horas (o mínimo exigido continuava de 1800 horas), com a retirada de duas disciplinas esportivas, permanecendo a mesma concepção de Educação Física e o mesmo perfil de profissional dos regimentos anteriores.

Durante a década de 1970, os conhecimentos adquiridos com as disciplinas do eixo de formação biológica e do eixo de formação desportivo davam sustentação ao currículo desportivizado; conseqüentemente, a figura do técnico desportivo ou treinador predominou nas escolas durante este período em que a Educação Física servia de instrumento do governo federal e tinha como objetivos o desenvolvimento da aptidão física, a ocupação do tempo livre dos estudantes e a apresentação de uma imagem do Brasil no campo do desenvolvimento e do rendimento esportivo internacional.

No regimento de 1982, uma das mudanças relevantes ocorridas no CEDF foi com relação ao seu regime que passou do regime semestral e matrícula por disciplina (créditos), para o regime anual e seriado. Houve, também, um aumento da

carga horária de 2685 horas para 2880 horas (o mínimo continuava de 1800 horas). Na década de 1980 a Educação Física no Brasil passava por mudanças, tais como uma maior fundamentação científica e propostas inovadoras relacionadas à volta dos primeiros pós-graduados na área no país, e à realização de congressos, simpósios, cursos de especialização e o aumento do número de publicações especializadas da área. Apesar de todo esse movimento de renovação poucas mudanças curriculares ocorreram no CEDF, como a inclusão de uma disciplina no eixo de formação biológica, de três disciplinas no eixo de formação técnico-desportiva; a junção de diversas disciplinas, as quais apresentavam uma divisão em I, II, III e IV, que passaram para somente I e II, principalmente no eixo de formação técnico-desportiva. Algumas tiveram sua carga horária aumentada e outras diminuídas, conforme visto anteriormente no texto e nos anexos 9, 10, 11, 12 e 13, não provocando mudanças na concepção de Educação Física e no perfil de profissional do curso nesse período, pois os Cursos de Educação Física ainda estavam na vigência da Resolução CFE nº. 69/69 e também ainda estava em vigor, no país, o regime militar.

No regimento de 1988, algumas mudanças ocorreram em virtude da nova legislação vigente, através da Resolução. CFE nº. 03/87, em que o currículo tradicional esportivo deveria ser substituído por um novo modelo curricular, conforme explicado no texto na pág. 53. O CEDF, apesar da autonomia dada por essa nova Resolução, fez adequações na organização de algumas disciplinas somente para cumprir a exigência legal, aumentou a carga horária para 3030 hs (o mínimo pela nova resolução passou para 2880 hs), mantendo a continuidade na ênfase das disciplinas dos eixos de formação biológica e técnico-desportiva, dando continuidade a uma concepção de Educação Física esportivizada e competitivista e a um perfil de profissional técnico-esportivo, mas já se percebe, com a introdução de disciplinas no eixo de formação geral humanístico e científico, um incentivo a uma formação mais humanística e reflexiva.

Após o currículo de 1999, houve uma reorientação nas concepções e práticas no âmbito pedagógico, humanístico, filosófico e científico, com a finalidade de formar um professor com um perfil polivalente, crítico, com capacidade de decisão e interatividade e com uma concepção de curso voltada para a Licenciatura, para a docência. No CEDF houve um incremento nas disciplinas dos eixos de formação

pedagógica, científica e humanística e uma diminuição nas disciplinas dos eixos de formação biológica e técnico-desportiva. Essa contribuição das disciplinas, na área de ciências humanas, pedagógicas e científicas no CEDF, fez com que os currículos dos cursos de Educação Física superassem uma orientação esportivizada, priorizando uma abordagem onde o campo de formação básica do aluno é ampliado com características de uma análise crítica, dentro de um contexto econômico, político e cultural, numa perspectiva de transformação social, em que o movimento humano é entendido em todas as suas dimensões. Este novo currículo enfatizava uma formação humanizante para atender aos anseios do profissional de Educação Física e da sociedade.

Ressalta-se, como importante nesse processo de alteração curricular, o caráter participativo, no qual toda a comunidade tem direito a opinar; o cuidado em formar um profissional atento com o ser humano na sua totalidade; propiciar as discussões decorrentes sobre o papel da Educação Física na sociedade, sobre o processo formativo, sobre a importância da pesquisa e do trabalho na extensão da formação do profissional de Educação Física e, também, as várias mudanças implantadas sempre na tentativa de melhorar o curso.

Finalmente, sem ter a pretensão de fechar as discussões sobre as alterações no currículo do curso de Educação Física da Universidade do Estado do Pará, acredita-se que a estrutura do PPP 1999, apesar de contemplar teoricamente os modelos e exigências de um profissional mais preparado para atuar numa sociedade em constante mudança, deveria, na nova estruturação, priorizar a formação mediada entre as ações técnicas e as competências pedagógicas e humanizadoras, o que possibilitaria a formação de um profissional capaz de garantir uma aprendizagem mais significativa e concreta para os educandos.

Numa perspectiva de mudanças e incertezas na formação do educador para o século XXI, as dúvidas e as reflexões devem permear o trabalho dos docentes no sentido de redimensionar os cursos superiores que são a base para a concretização de uma educação para a vida e para a cidadania.

Para finalizar a análise histórica do currículo do Curso de Educação Física da UEPA, deixa-se uma citação de Silva (1999):

O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, curriculum vitae: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade (p. 150).

REFERÊNCIAS

ANDRADE FILHO, N. F. de. Sobre o conhecimento que orienta a formação profissional em Educação Física brasileira. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Gama Filho: RJ. 2001.

_____. **Formação Profissional em Educação Física Brasileira** – uma súmula da discussão dos anos de 1996 a 2000. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 22, n. 3, p. 23-37, maio 2001- b.

ARROYO, M. G. Trabalho, Educação e Teoria Pedagógica. In: FRIGOTTO, G. **Educação e Crise no Trabalho: perspectivas de final de século.** Petrópolis: RJ. Vozes, 1998.

AZEVEDO, A. C. B. de; MALINA, A. Memória do Currículo de Formação Profissional em Educação Física no Brasil. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas: SP. v. 25, n. 2, p. 129-142, jan. 2004.

_____. **Novas Abordagens sobre o currículo de formação superior em Educação Física no Brasil: memória e documentos.** Dissertação (Mestrado em Educação Física). Universidade Gama Filho: RJ. 1999.

BETTI, I. C. R; BETTI, M. Novas perspectivas na formação profissional em Educação Física. Motriz. Revista de Educação Física/UNESP, v. 2, n. 1, p. 10-15, jun 1996.

BETTI, M. A Educação Física na Escola Brasileira de 1º e 2º Graus, no período de 1930-1986: uma abordagem sociológica. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Escola de Educação Física da Universidade de São Paulo. 1988.

BETTI, M. Educação Física e Sociedade. São Paulo: Ed. Movimento, 1991.

BORGES, C. M. F. O professor de Educação Física e a construção do saber. Campinas. SP: Papyrus, 1998. (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).

BRASIL. Ministério da Educação e Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais.** Educação Física. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: DF. MEC/SEF, 1997.

_____. **Resolução nº 03, de 16 de Junho de 1987.** Conselho Federal de Educação fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados nos Cursos de Graduação em Educação Física (Bacharelado E/Ou Licenciatura Plena).

_____. **Parecer CNE Nº. 776/97,** que orienta para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação.

_____. **Parecer nº. 009/CNE/CP/2001,** de 08 de maio de 2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena.

_____. **Resolução nº. 01/CNE/CP/2002,** de 18 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de Licenciatura, de Graduação Plena.

_____. **Resolução nº. 002/CNE/CP/2002,** de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior.

_____. **Resolução nº. 07/CNE/CES/2004,** de 31 de março de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Graduação em Educação Física, em nível superior de Graduação Plena.

CARMO, A. A. do. Educação Física: competência técnica e consciência política em busca de um movimento simétrico. Uberlândia, Universidade Federal de Uberlândia, 1985.

CARTA DE BELO HORIZONTE. As Cartas Brasileiras de Educação Física. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 23, nº1. P. 9-17. Set. 2001.

CASTELLANI FILHO, L. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Campinas: SP. Papirus, 1988.

CENTRO DE MEMÓRIA INEZILL PENNA MARINHO. Memória Documental da ENEFD – UB. Escola de Educação Física e Desportos. UFRJ. Disponível em: <http://www.ceme.eefd.ufrj.br/docs/mdenefd.html>>. Acessado em 12/07/2007.

CHAVES, V. L. J. As feições da privatização do público na educação superior brasileira – o caso da UFPA. Tese - Universidade Federal de Minas Gerais: Faculdade de Educação. Belo Horizonte: MG. 2005.

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino de Educação Física. São Paulo: SP. Cortez, 1993. (Coleção magistério 2º grau. Série formação do professor).

CORRÊA, P. S. de A. As Políticas Educacionais para o Ensino Médio no Pará: Passado e Presente. Dissertação. São Paulo: SP. 1997.

DARIDO, S. C. e RANGEL, I. C. (Coord.). Educação Física na Escola: implicações para prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DAVID, N. A. N. Novos Ordenamentos Legais e a Formação de Professores de Educação Física: pressupostos de uma nova Pedagogia de Resultados. Dissertação. Campinas: SP. 2003

ENGUITA, F. M. Trabalho, Escola e Ideologia. Porto Alegre: RS. Artes Médicas, 1993

FARIA JUNIOR, A. G. Reflexões sobre a Educação Física Brasileira – A Carta de Belo Horizonte. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 23, nº1, p. 19-31. Set. 2001.

FENSTERSEIFER, P. E. A Educação Física na Crise da Modernidade. Tese de Doutorado. Campinas, SP. 1999.

FIGUEIREDO, E. S. A. de. Reforma do Ensino Superior no Brasil: um olhar a partir da história. Revista da UGF – Tema Ensino Superior. Ano VII. N. 2, Dez. 2005. Disponível em: http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/45anos/c-reforma.html >. Acessado em 04/02/2008.

FIGUEIREDO, Z C. C. Uma perspectiva da Formação Profissional em Educação Física frente às Diretrizes Curriculares. Anais da 55ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Recife: PE. Julho, 2003.

FRIGOTTO, G. Educação e Crise no Trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: RJ. Vozes, 1998.

FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da educação física. São Paulo: SP. Scipione, 1997. (Pensamento e ação no magistério).

GENTILLI, P. (org). Globalização Excludente: desigualdades, exclusão e democracia na nova ordem mundial. Petrópolis: vozes, 2000.

GHIRALDELLI JÚNIOR, P. Educação Física Progressista - A Pedagogia crítico-social dos conteúdos e a Educação Física Brasileira. 3. ed. São Paulo: SP. Edições Loyola, 1991. v. 10.

GOODSON, I. F. Currículo: teoria e história. Tradução de Atilio Brunetta; apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: R. J. Vozes, 1995. (Ciências sociais da Educação).

GONÇALVES, L. A. O. (Org.). Currículo e políticas públicas. Belo Horizonte: MG. Autêntica, 2003.

HILDEBRANDT, R. et al. Concepções abertas no ensino da educação física. Tradução Sonnhilde vonder Heide. - Rio de Janeiro: RJ. Ao Livro Técnico, 1986.

KUNZ, E. Transformação didático-pedagógica do esporte. 7 ed.-Ijuí: Ed.Unijuí, 2006.

KUNZ, E. et all. Novas Diretrizes Curriculares para os Cursos de Graduação em Educação Física: Justificativas – Proposições – Argumentações. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 20, nº1, p. 37-47. Set. 1998.

LE BOULCH, Jean. Educação psicomotora: a psicomotricidade na idade escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MANESCHY, P. P. Educação e Corporeidade: O Vivido e o Pensado na ESEF-PA. Dissertação (Mestrado em Educação). Piracicaba: SP, 1996.

MATA, L. P. de. As Continuidades e Descontinuidades da Educação Superior no Brasil: as reformas do ensino superior no governo militar e no governo neoliberal. Trabalhonecessário. Issn: 1808-799X. Ano 03, nº 03, 2005. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/Leandra%20TN3.htm>. Acessado em 04/02/2008.

MATNI N. C. & SANTOS C. U. A formação do docente de Educação Física e sua realidade local. Palestra proferida no V Encontro de Pró-Reitores das IES do Norte e Nordeste. Belém: Pará. 1984.

MOREIRA, A. F. & SILVA, T. T. (Orgs.). Currículo, cultura e sociedade. Tradução de Maria aparecida Baptista. 4ª ed. São Paulo: SP. Cortez, 2000.

NOZAKI, H. T. Educação Física e Reordenamento no mundo do Trabalho: Mediações da regulamentação da profissão. Doutorado em Educação. Niterói: RJ. Universidade Federal Fluminense, 2004.

_____. **Mundo do Trabalho, Formação de Professores e Conselhos Profissionais.** In: Figueiredo, Zenólia Christina Campos (Org.). Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. Coletânea de textos, v. 1, 2005. p. 11-30.

OLIVEIRA, V. M. de. Educação Física Humanista. [prefácio de Maria Ângela Vinagre de Almeida]. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.

PÁDUA, E. M. M. de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 6ª ed. rev. e ampl. Campinas: São Paulo. Papirus, 2000. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico). p. 52 a 77.

PARÁ, Diário Oficial do Estado do. **Regimento da Escola Superior de Educação Física do Pará.** Belém: PA. 11 de abril de 1970, nº. 21. 762.

_____. **Regimento da Escola Superior de Educação Física do Pará.** Belém: PA. 22 de maio de 1973, nº. 22. 532.

PARÁ, Governo do Estado do. **Regimento da Escola Superior de Educação Física do Pará.** Conselho Estadual de Educação, Resolução nº. 172, de 17 de maio de 1979.

_____. **Aprovação das grades curriculares da Escola Superior de Educação Física do Pará.** Conselho Estadual de Educação, Resolução nº. 166, de 11 de abril de 1988.

_____. **Projeto Político-Pedagógico do Curso de Educação Física.** Universidade do Estado do Pará. Centro de Ciências Biológicas e da Saúde. Belém: PA. Fev. 1999.

PEREIRA FILHO, E. Educação Física: Limites da Formação e Exercício Profissional. In: Figueiredo, Zenólia Christina Campos (Org.). Formação Profissional em Educação Física e Mundo do Trabalho. Coletânea de textos, v. 1. Vitória: ES. 2005. p. 47-69.

ROCHA, G. O. R. da. A Trajetória da Disciplina Geografia no Currículo Escolar Brasileiro (1837 – 1942). Mestrado em Educação. Puc, SP. 1996.

SANTOS, C U. Histórico da Escola Superior de Educação Física do Pará: 1970 – 1985. Belém: PA. ESEFPA, 1985.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. Plano de Ensino de 1932. Edição n.º 1, maio de 1932. Disponível em: http://www.revistadeeducacaofisica.com.br/artigos/1932/1_planodeensino.pdf>. Acessado em: 09 jan. 2008.

REVISTA DE EDUCAÇÃO FÍSICA. A Escola de Educação Física do Exército: uma das realizações da inteligência e da tenacidade brasileira. Edição n.º 49, p. 3-8, Nov. de 1941. Disponível em: http://www.revistadeeducacaofisica.com.br/artigos/1941/49_aescola.pdf>. Acessado em: 09 jan. 2008.

SAVIANI, D. A filosofia da educação e o problema da inovação na educação In: JR GARCIA, V. E. (coord.). **Inovação Educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** São Paulo: SP. Cortez, 1997.

SILVA, P. da T. N. A Formação do Professor de Educação Física no Brasil: avanços e retrocessos. Tese de doutorado. Campinas: SP. 2002.

SILVA, T. T. da. Documentos de Identidade: uma introdução as teorias do currículo. Belo Horizonte: MG. Autêntico, 1999.

SOARES, C. L. Educação Física. Raízes Européias e Brasil. Campinas: SP. Autores Associados, 1994. (Coleção Educação Contemporânea).

SOUZA, J. P. de. Formação do Profissional de Educação Física: o caso da Unioeste. Mestrado em Educação Física. Universidade São Judas Tadeu, São Paulo. SP. 2007.

SOUZA NETO, S. de. et al. A Formação do Profissional de Educação Física no Brasil: uma história sob a perspectiva da Legislação Federal no século XX. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Campinas, v. 25, n. 2, p. 113-128, jan. 2004.

TAFFAREL, C. N. Z. Análise dos Currículos de Educação Física no Brasil: contribuições ao debate. In: Revista da Educação Física da UEM, Maringá, v. 3, nº. 1, p. 48-56, 1992.

_____. **A Formação do Profissional da Educação: O Processo de Trabalho**

Pedagógico e o Trato com o Conhecimento no Curso de Educação Física. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. Campinas, SP. 1993.

_____. **Prática Pedagógica e Produção do Conhecimento na Formação Profissional na Área de Educação Física & Esporte no Nordeste do Brasil: Um estudo a Partir da Avaliação Institucional na UFPE.** Disponível em: [HTTP://www.educacaoonline.pro.br/pratica_pedagogica.asp?f_id_artigo=373.>](http://www.educacaoonline.pro.br/pratica_pedagogica.asp?f_id_artigo=373) Acessado em 08/02/2007.

TANI, Go. et al. Educação física escolar: fundamentos de uma abordagem desenvolvimentista. São Paulo. EPU. Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

TAVARES NETO, J. G. O Lado Instituinte das Políticas Públicas de Educação no Estado do Pará e o Sistema de Organização Modular de Ensino (SOME) 1980-1998. Dissertação. Universidade Federal do Pará. 1998.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: SP. Atlas, 1987.

ANEXOS

Anexo 1

Plano de Ensino de 1932 dos cursos de Instrutores (oficiais) e Monitores (sargentos) do Centro Militar de Educação Física (CMEF), transformado em 19 de outubro de 1933 na Escola de Educação Física do Exército - EsEFEx.

Curso de instrutores

Primeira parte
1ª Secção.
a) Biologia: anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos. Bioquímica.
b) Quinesiologia.
c) Higiene.
d) Socorros de urgência nos acidentes desportivos.
2ª Secção.
a) Fisioterapia, ginástica ortopédica e massagem desportiva.
b) Prática de morfologia, biometria e bioestatística.
3ª Secção.
a) Pedagogia da educação Física e desportiva, com a parte prévia de psico-pedagogia. Organização civil e militar da educação física.
b) Histórico da educação física em geral, e no Brasil era particular. Estudos dos métodos.
Segunda Parte
I – Educação física geral: todos os ciclos: e educação física militar.
II – Esgrima das armas de mão.
III – Desportos terrestres e aquáticos.
IV – prática de atuação como juiz de desportos.
Terceira Parte
Constará de visitas aos estabelecimentos de ensino ou desportivos, e excursões que interessem direta ou indiretamente à Educação Física.
Art. 36 – este curso terá a duração de 9 meses.

Fonte: Revista de Educação Física, 1932

Curso de monitores de Educação Física

Primeira Parte
1ª Secção.
a) Noções de anatomia e fisiologia dos grandes aparelhos e bioquímica.
b) Quinesiologia prática.
c) Elementos de higiene.
d) Prática de socorros de urgência nos acidentes desportivos.
2ª Secção.
a) Prática de fisioterapia, massagem e ginástica ortopédica.
b) Prática elementar de morfologia e biometria.
3ª Secção.
a) Pedagogia da Educação Física e desportiva com a parte prévia de psico-pedagogia. Organização civil e militar da Educação Física.
b) Noções de história da Educação Física em geral, e no Brasil, em particular. Métodos.
Segunda Parte
É a mesma do curso de instrutores, desenvolvendo-se especialmente a parte de execução.
Terceira Parte
É a mesma do curso de instrutores.

Fonte: Revista de Educação Física, 1932

Anexo 2

Plano de Ensino da Escola de Educação Física do Exército (ESEFEx) distribuído em dois grupos conforme a finalidade de cada curso: Instrutor de Educação Física, Monitor de Educação Física, Médico especializado em Educação Física, Massagista Esportivo, Mestre D'armas.

INSTRUÇÃO FUNDAMENTAL	INSTRUÇÃO APLICADA
Cinesiologia	Educação Física geral e militar
Anatomia e fisiologia humanas	Natação (inclusive Saltos)
Fisiologia aplicada	Pólo aquático
Cardiologia	Remo
Bioenergética (físico-química aplicada, metabolismo basal e alimentação)	Corridas
Psicologia	Saltos
Biometria (etnologia, biotipologia, Antropometria e bioestatística)	Arremessos
Higiene aplicada	Ginástica de aparelho
Socorros de urgência	Levantamento de pesos e halteres
Fisioterapia (massagem e ginástica ortopédica)	Esportes terrestres coletivos (voleibol, basquetebol e futebol)
História da Educação Física	Ataque e defesa (boxe, jiu-jítsu, luta capoeiragem e esgrima)
Estudo crítico dos diferentes métodos e organização da Educação Física	
Pedagogia	
Metodologia da Educação Física	

Fonte: Revista de Educação Física, n. 49, 1941

Anexo 3

Primeiro Desenho Curricular do Curso Superior de Educação Física da Escola Nacional de Educação Física e Desportos (ENEFD), que seguiu o modelo da ESEFEx.

Primeira série	
1. Anatomia e Fisiologia Humana	8. História da Educação Física
2. Cinesiologia	9. Ginástica Rítmica
3. Higiene Aplicada	10. Educação Física Geral
4. Socorros de Urgência	11. Desportos Aquáticos
5. Biometria	12. Desportos Terrestres Individuais
6. Psicologia Aplicada	13. Desportos Terrestres Coletivos
7. Metodologia da Educação Física	14. Desportos de Ataque e Defesa

Segunda série	
1. Cinesiologia	7. Ginástica Rítmica
2. Fisioterapia	8. Educação Física Geral
3. Biometria	9. Desportos Aquáticos
4. Psicologia Aplicada	10. Desportos Terrestres Individuais
5. Metodologia da Educação Física	11. Desportos Terrestres Coletivos
6. Organização da Ed. Fís. E dos Desportos	12. Desportos de Ataque e Defesa

Fonte: Decreto Lei 1.212 de 17 de abril de 1939. Capítulo II, art.3º
Centro de Memória Inezill Penna Marinho

Anexo 4

Primeiro Desenho Curricular do Curso Normal de Educação Física da ENEFD

Anatomia e fisiologia humanas
Cinesiologia
Higiene aplicada
Socorros de urgência
Fisioterapia
Biometria
Metodologia da Educação Física
História da Educação Física e dos Desportos
Organização da Educação Física e dos Desportos
Ginástica Rítmica
Educação Física geral
Desportos aquáticos
Desportos terrestres individuais
Desportos terrestres coletivos
Desportos de ataque e defesa

Fonte: Decreto Lei 1.212 de 17 de abril de 1939. Capítulo II, art.3º
Centro de Memória Inezill Penna Marinho

Anexo 5

Primeiro Desenho Curricular do Curso de Técnica Desportiva da ENEFD

Anatomia e fisiologia humanas
Cinesiologia
Higiene aplicada
Socorros de urgência
Fisioterapia
Biometria
Psicologia Aplicada
Metodologia da Educação Física
História da Educação Física e dos Desportos
Organização da Educação Física e dos Desportos
Ginástica Rítmica
Educação Física geral
Desportos aquáticos
Desportos terrestres individuais
Desportos terrestres coletivos
Desportos de ataque e defesa

Fonte: Decreto Lei 1.212 de 17 de abril de 1939. Capítulo II, art.3º
Centro de Memória Inezill Penna Marinho

Anexo 6

Primeiro Desenho Curricular do Curso de Treinamento e Massagem da ENEFD

Anatomia e fisiologia humanas
Higiene aplicada
Fisioterapia
Socorros de urgência
Metodologia da Educação Física
História da Educação Física e dos Desportos
Organização da Educação Física e dos Desportos
Ginástica Rítmica
Educação Física geral
Desportos aquáticos
Desportos terrestres individuais
Desportos terrestres coletivos
Desportos de ataque e defesa

Fonte: Decreto Lei 1.212 de 17 de abril de 1939. Capítulo II, art.3º
Centro de Memória Inezill Penna Marinho

Anexo 7

Primeiro Desenho Curricular do Curso de Medicina da Educação Física e dos Desportos da ENEFD

Cinesiologia
Fisiologia
Fisioterapia
Metabologia
Biometria
Psicologia Aplicada
Traumatologia
Metodologia da Educação Física
Metodologia do Treinamento Desportivo
Higiene aplicada
História da Educação Física e dos Desportos
Organização da Educação Física e dos Desportos
Ginástica Rítmica
Educação Física geral
Desportos aquáticos
Desportos terrestres individuais
Desportos terrestres coletivos
Desportos de ataque e defesa

Fonte: Decreto Lei 1.212 de 17 de abril de 1939. Capítulo II, art.3º
Centro de Memória Inezill Penna Marinho

Anexo 8

Segundo Desenho Curricular da Escola Nacional de Educação Física e Desportos

Primeiro Ano
1. Higiene Aplicada
2. Socorros de Urgência
3. Historia e Organização da Ed. Fís. e dos Desportos
4. Metodologia da Educação Física
5. Educação Física Geral
6. Desportos Aquáticos e Náuticos
7. Desportos Terrestres Individuais
8. Desportos Terrestres Coletivos
9. Desportos de Ataque e Defesa
10. Ginástica Rítmica
Segundo Ano
1. Cinesiologia Aplicada
2. Fisiologia Aplicada
3. Metabologia Aplicada
4. Metodologia da Educação Física
5. Educação Física Geral
6. Desportos Aquáticos e Náuticos
7. Desportos Terrestres Individuais
8. Desportos Terrestres Coletivos
9. Desportos de Ataque e Defesa
10. Ginástica Rítmica
Terceiro Ano
1. Fisioterapia Aplicada
2. Psicologia Aplicada
3. Biometria Aplicada
4. Metodologia da Educação Física e dos Desportos
5. Educação Física Geral
6. Desportos Aquáticos e Náuticos
7. Desportos Terrestres Individuais
8. Desportos Terrestres Coletivos
9. Desportos de Ataque e Defesa
10. Ginástica Rítmica

Anexo 9

Evolução das disciplinas do Eixo de Formação Geral Biológica de 1970 a 1999 do CEDF/UEPA

1970	1973	1979	1982	1988	1999
Anat I 45	Anat I 45	Anat 90	Anat 90	Anat 90	-
-	Anat II 45	-	-	-	-
Higiene 41	Higiene 75	Higiene 75	Higiene 60	Higiene 60	-
Biologia 61	Biologia 45	Biologia 60	Biologia 60	Biologia 60	Bases Biol Ap Ed Fís 60
Soc Urg 83	Soc Urg 60	Soc Urg 60	Soc Urg 60	Soc Urg 60	-
Cinesiol 58	Cinesiol 75	Cinesiol 75	Cinesiol 60		Cinesiol 90
Fisiol 57	Fisiol 90	Fisiol 90	Fisiol Ger 60	Fisiol Básic 60	Bases Fisiol Ap Ed Fís 60
Fisiot 52	Fisiot 75	Fisiot 75	Fisiot 60	Fund Fisiot 60	-
Biomet 62	Biomet 75	Biomet 75	Biomet 60	-	-
-	-	-	Fisiol Esfor 60	Fisiol Esfor 60	-
-	-	-	-	Biomecânic 60	-

Fonte: Curso de Educação Física Tabela elaborada pela autora.

Anexo 10

Evolução das disciplinas do Eixo Formação Geral Humanística de 1970 a 1999 do CEDF/UEPA

1970	1973	1979	1982	1988	1999
-	LPC 75	LPC 75	LPC 90	LPC 90	-
E. M.C. I 30	EPB I 45	EPB I 45	EPB 60	-	-
E. M.C.II 30	EPB II 45	EPB II 45	-	-	-
E. M.C.III 40	-	-	-	-	-
Sociol 75	Sociol 45	Sociol 45	Sociol 60	Sociol 90	Bases Sociol aplic Ed Fís 60
Psicol 45	Psicol I 45	Psicol I 45	Psicol Desenv 60	Psicol Educ 60	Bases Psic aplic Ed Fís 60
-	Psicol II 45	Psicol II 45	-	-	-
-	Ing/Franc/Esp 45	Ing/Franc/Esp 45	Ing/Esp 60	Inglês 60	-
-	-	-	-	Hist Ed Fís 60	Hist Ed Fís e Esp 60
-	-	-	-	Filosofia Ed 90	Bases Filos aplic Ed Fís 60
-	-	-	-	-	Desenv e Aprend 60

Fonte: Curso de Educação Física
Tabela elaborada pela autora.

Anexo 11

Evolução das disciplinas do Eixo Formação Técnico-Desportivo de 1970 a 1999 do CEDF/UEPA

1970	1973	1979	1982	1988	1999
Atletismo I 72	Atletismo I 45	Atletismo I 45	Atletismo 90	Atletismo 90	-
Atletismo II 70	Atletismo II 45	Atletismo II 45	Atletismo 90	Atletismo 90	-
Atletismo III 70	Atletismo III 45	Atletismo III 45	-	-	-
-	Atletismo IV 45	Atletismo IV 45	-	-	-
-	Atletismo V 45	-	-	-	-
-	Atletismo VI 45	-	-	-	-
- Desportos I (exceto Natação e Atletismo) 377	Basquete I 45	Basquete I 45	Basquete 90	Basquete 90	-
-	Basquete II 45	Basquete II 45			-
Gin I 60	Gin Geral I 45	Ginástica I 45	Gin Geral 90	Gin Geral 60	Fun e Met da Gin 120
Gin II 70	Gin Geral II 45	Ginástica II 45	Gin Geral 90	Gin Escolar 90	-
Ginástica III 90	Ginástica III 45	Ginástica III 45	-	-	-
-	Ginástica IV 45	Ginástica IV 45	-	-	-
-	Gin Olímp I 45	Gin Olímp I 45	Gin Olímp 90	Gin Artística 90	-
-	Gin Olímp II 45	Gin Olímp II 45	-	-	-
-	Handbol I 45	Handbol I 45	Handbol 90	Handbol 90	-
-	Handbol II 45	Handbol II 45	-	-	-
-	Judô 45	Judô 45	Judô 60	Judô 60	Fund e Met Lutas 120
Natação I 47	Natação I 45	Natação I 45	Natação 90	Natação 90	-
Natação II 50	Natação II 45	Natação II 45	Natação 90	Natação 90	-
Natação III 50	Natação III 45	Natação III 45	-	-	-
-	Natação IV 45	Natação IV 45	-	-	-
Recreação I 52	Recreação I 45	Recreação I 45	Recreação 90	Recreação 90	Fund Lazer I 90
Recreação II 50	Recreação II 45	Recreação II 45	-	-	
Rítmica e Dança I	Rítmica I 45	Rítmica I 45	Rítmica 60	Rítmica 90	Fun e Met das Ativ Rít 120
Rítmica e Dança II	Rítmica II 45	Rítmica II 45	Rítmica 60	-	-
Rítmica e Dança III 30	Rítmica III 45	Rítmica III 45	Rítmica 60	-	-
-	Rítmica IV 45	Rítmica IV 45	-	-	-
- Desportos II (exceto Natação e Atletismo) 334	Voleibol I 45	Voleibol I 45	Voleibol 90	Voleibol 90	-

-	Voleibol II 45	Voleibol II 45	-	-	-
-	Tênis de Quad 45	Tênis de Quad 45	Tênis de Quad 60	Tênis de Quad 60	-
- Desportos III (exceto Natação e Atletismo) 265	Fut Cam I 45	Fut Campo I 45	Fut Campo 90	Fut Campo 90	-
-	Fut Cam II 45	Fut Cam II 45	-	-	-
-	Fut Salão 45	Fut Salão 45	-	-	-
Hist e Leg da EF e Desp 77	Hist e Adm 45	Hist e Adm 45	Hist e Legis60	-	Fund Adm de Ev Ed Fís 60
Org. e Adm. da EF e dos Desp 50	Leg e Org Comp 45	Leg e Org Comp 45	Org de Comp 60	Org de Comp 60	Leg Ed Fís e Esp 90
	-	-	Ed Musical 60	Ed Musical 60	-
	-	-	Trein Desp 60	Trein Desp 60	Bases do Trein Aplic Ed Fís 60
	-	-	Gin Rit Desp 90	Gin Rit Desp 90	-
-	-	-	-	Pesos e halt 60	-
-	-	-	-	Folclore 60	-
-	-	-	-	Funde Ed Fís Esp 60	Fund Ed Fís Adapt 90
-	-	-	-	-	Fund e Met Jogo 120
-	-	-	-	-	Fund e Met Esporte 120

Fonte: Curso de Educação Física Tabela elaborada pela autora.

Anexo 12

Evolução das disciplinas do Eixo Formação Pedagógica de 1970 a 1999 do CEDF/UEPA

1970	1973	1979	1982	1988	1999
Didática 95	Didática 60hs	Didática 60hs	Didática 60hs	Didática 90hs	Did. Aplic. à Ed. Fís. 60hs
-	Prát. Ens. 75hs	Prát. Ens. 75hs	Prát. Ens. 90hs	Prát. Ens. 90hs	Prát Doc I 150hs
Est e Func do 2º G 40	Estrutura 60hs	Estrutura 60hs	Est de Func de 1º e 2º G 60hs	Est de Func de 1º e 2º G 60hs	-
-	-	-	-	-	Pens. Ped da Ed Fís. Bras 60hs
-	-	-	-	-	Prát Doc II 150hs
-	-	-	-	-	Prát Doc III 150hs

Fonte: Curso de Educação Física
Tabela elaborada pela autora.

Anexo 13

Evolução das disciplinas do Eixo de Formação Científica de 1970 a 1999 do CEDF/UEPA

1970	1973	1979	1982	1988	1999
-	Estatística 60	Estatística 60	Estatística 60	Estatística 60	-
-	-	-	-	Met Pesq 60	Teoria e Met Pesq 60
-	-	-	-	-	Tecn Estudo e Pesq 60
-	-	-	-	-	Semin de Proj de TCC 120
-	-	-	-	-	Seminário de TCC 120

Fonte: Curso de Educação Física
Tabela elaborada pela autora.

Anexo 14

Distribuição da carga horária em cada matriz curricular por eixos de formação do CEDF/UEPA

Eixos de Formação		Matrizes Curriculares					
		1970	1973	1979	1982	1988	1999
Formação Geral Biológica FGB	C/H	459	585	540	570	570	210
	%	21,35%	21,20%	20,57%	20,21%	18,27%	8,64%
Formação Geral Humanística – FGH	C/H	220	345	345	330	450	300
	%	10,23%	12,50%	13,14%	11,70%	14,42%	12,35%
Formação Técnica Desportiva – FTD	C/H	1335	1575	1485	1650	1740	990
	%	62,12%	57,07%	56,57%	58,51%	55,77%	40,74%
Formação Pedagógica FPE	C/H	135	195	195	210	240	570
	%	6,28%	7,07%	7,43%	7,45%	7,69%	23,46%
Formação Científica FC	C/H	-	60	60	60	120	360
	%	-	2,17%	2,29%	2,13%	3,85%	14,81%
Carga Horária Parcial/Total	C/H	2149/ 2149	2760/ 2760	2625/ 2685	2820/ 2880	3120/ 3030	2430/ 3060
		1800	1800	1800	1800	2880	2880
Carga Horária Mínima Exigida		1800	1800	1800	1800	2880	2880
Número de Disciplinas		40	57	54	47	48	27

Fonte: CEDF. Valores obtidos em cima das cargas horárias das disciplinas oferecidas no curso (Parcial).

Não foram contadas as cargas horárias das disciplinas optativas e eletivas, do Estágio Complementar (Total).

Tabela elaborada pela autora.

Anexo 15

Histórico Escolar de 1970

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome _____

Filiação: Pai _____
Mãe _____

Data do Nascimento ____ de ____ de ____

Estado _____ Município _____

Serviço Militar: Data da expedição _____
Repartição Expedidora _____
Documento apresentado _____

Título de Eleitor: Número _____ Zona _____ Município _____

Identidade: Número _____ Repartição _____

CURSO DE 2º GRAU

CICLO	DATA DA CONCLUSÃO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	LOCAL
1º			
2º			

CONCURSO VESTIBULAR

Realizado ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ

Ano letivo de 1970 Curso de EDUCAÇÃO FÍSICA

D I S C I P L I N A S	NOTAS DE APROVAÇÃO	M É D I A
PORTUGUÊS	6,20	
MATEMÁTICA	7,20	
INGLÊS	9,00	
BIOLOGIA	7,70	
	<i>[Assinatura]</i>	7,52

Histórico Escolar de 1970

C Ó D I G O	SÉRIE	D I S C I P L I N A S	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	CARGA POR ÁREA
EF0105	1a.	HISTÓRIA ✓	7,75 ✓	35
EF0413		RECREAÇÃO ✓	7,00 ✓	52
EF0208		SOCORROS URGENTES ✓	8,25 ✓	83
EF0501		HANDEBOL ✓	7,60 ✓	40
EF0307		NATAÇÃO ✓	8,00 ✓	47
EF0301		ATLETISMO ✓	8,25 ✓	72
EF0201		ANATOMIA ✓	5,13 ✓	45
EF0509		FUTEBOL ✓	8,50 ✓	54
EF0207		HIGIENE ✓	7,45 ✓	41
EF0401		GINÁSTICA GERAL ✓	7,94 ✓	60
EF0103		EST. PROB. BRASILEIROS ✓	6,00 ✓	30
EF0415		PESOS E HALTERES ✓	6,73 ✓	21
EF0514		VOLEIBOL ✓	7,20 ✓	73
EF0106		LEGISLAÇÃO ✓	6,18 ✓	42
EF0402		2a.	GINÁSTICA GERAL ✓	7,10 ✓
EF0505	BASQUETE ✓		7,50 ✓	66
EF0202	BIOLOGIA ✓		6,50 ✓	61
EF0107	PSICOLOGIA ✓		8,00 ✓	45
EF0205	FISIOLOGIA ✓		5,50 ✓	57
EF0515	VOLEIBOL ✓		7,50 ✓	70
EF0204	CINESIOLOGIA ✓		7,75 ✓	58
EF0104	EST. PROB. BRASILEIROS ✓		5,50 ✓	30
EF0302	ATLETISMO ✓		7,50 ✓	70
EF0313	JUDÔ ✓		8,75 ✓	23
EF0510	FUTEBOL ✓		7,75 ✓	55
EF0414	RECREAÇÃO ✓		9,00 ✓	50
EF0308	NATAÇÃO ✓		8,00 ✓	50

Fonte: Curso de Educação Física Histórico Escolar de 1970

Histórico Escolar de 1970

C Ó D I G O	SÉRIE	D I S C I P L I N A S	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
EF0403	3a.	GINÁSTICA GERAL	7,52	90
EF0316		BOX	7,75	25
EF0513		FUTEBOL DE SALÃO	8,50	25
EF0303		ATLETISMO	8,00	70
EF0101		DIDÁTICA	9,25	95
EF0106		ORGANIZAÇÃO	7,62	50
EF0203		BIOMETRIA	8,50	62
EF0206		FISIOTERAPIA	8,70	52
EF0102		ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DO 1º E 2º GRAU	8,75	40
EF0110		SOCIOLOGIA	7,55	75
EF0104		EST. PROB. BRASILEIROS	9,00	40
EF0521		POLO AQUÁTICO	7,75	45
EF0409		RÍTMICA	9,00	30
EF0309		NATAÇÃO	7,00	50

Curso de Licenciatura em EDUCAÇÃO FÍSICA

Data de colação de grau 20 DE DEZEMBRO DE 1972

Grau conferido LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

Escola Superior de Educação Física do Pará

Visto:


DIRETOR


SECRETÁRIA

Anexo16

Histórico Escolar de 1970

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ESTADO DO PARÁ
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ

HISTÓRICO ESCOLAR

Nome _____
Filiação: Pai _____
Mãe _____
Data do Nascimento _____ de _____ de _____
Estado _____ Município _____
Serviço Militar: Data da expedição _____
Repartição Expedidora _____
Documento apresentado _____
Título de Eleitor: Número _____ Zona _____ Município _____
Identidade: Número _____ Repartição _____

CURSO DE 2º GRAU

CICLO	DATA DA CONCLUSÃO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO	LOCAL

CONCURSO VESTIBULAR

Realizado ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO PARÁ
Ano letivo de 1970 Curso de EDUCAÇÃO FÍSICA

DISCIPLINAS	NOTAS DE APROVAÇÃO	MÉDIA
PORTUGUÊS	7,50	6,75
MATEMÁTICA	6,20	
FRANCÊS	6,70	
BIOLOGIA	6,60	

[Assinatura]

Histórico Escolar de 1970

C Ó D I G O	SÉRIE	D I S C I P L I N A S	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
EF	1a.	HISTÓRIA	7,25	35
		RECREAÇÃO	7,00	82
		SOCORROS URGENTES	7,25	83
		HANDEBOL	7,40	40
		NATAÇÃO	7,75	47
		ATLETISMO	7,50	72
		ANATOMIA	6,32	45
		FUTEBOL	9,50	54
		HIGIENE	7,55	41
		GINÁSTICA GERAL	8,87	60
		EST. PROB. BRASILEIROS	6,38	30
		PESO E HALTERES	7,10	21
		VOLEIBOL	7,00	73
		LEGISLAÇÃO	9,50	42
	2a.	GINÁSTICA GERAL	8,12	70
		BASQUETEBOL	8,00	66
		BIOLOGIA	7,00	61
		PSICOLOGIA	7,80	45
		FISIOLOGIA	8,00	57
		VOLEIBOL	8,00	70
		CINESIOLOGIA	9,00	58
		EST. PROB. BRASILEIROS	5,90	30
		ATLETISMO	7,00	70
		JUDÔ	8,00	23
		FUTEBOL	7,75	55
		RECREAÇÃO	9,00	50
		NATAÇÃO	6,40	50

[Handwritten Signature]

continua

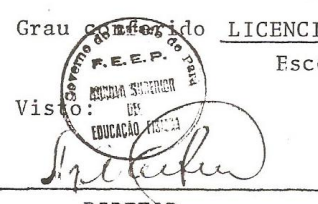
Histórico Escolar de 1970

C Ó D I G O	SÉRIE	D I S C I P L I N A S	MÉDIAS DE APROVAÇÃO	CARGA HORÁRIA
EF0403	3a.	GINÁSTICA GERAL ✓	7,00 ✓	90
EF0316		BOX ✓	8,50 ✓	25
EF0513		FUTEBOL DE SALÃO ✓	7,50 ✓	25
EF0303		ATLETISMO ✓	7,12 ✓	70
EF0101		DIDÁTICA ✓	10,00 ✓	95
EF0106		ORGANIZAÇÃO ✓	6,18 ✓	50
EF0203		BIOMETRIA ✓	8,50 ✓	62
EF0206		FISIOTERAPIA ✓	7,90 ✓	52
EF0102		ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO ENSINO DO 1º E 2º GRAU ✓	7,57 ✓	40
EF0110		SOCIOLOGIA ✓	7,50 ✓	75
EF0104		EST. PROB. BRASILEIROS ✓	5,75 ✓	40
EF0521		POLO AQUÁTICO ✓	7,50 ✓	45
EF0409		RÍTMICA ✓	9,25 ✓	30
EF0309		NATAÇÃO ✓	6,75 ✓	50


Curso de Licenciatura em EDUCAÇÃO FÍSICA
 Data de colação de grau 20 DE DEZEMBRO DE 1972

Grau conferido LICENCIADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA.
 Escola Superior de Educação Física

Visto:



DIRETOR



SECRETÁRIA

